



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Título: Desenvolvimento local: como medir a qualidade de vida nos municípios em Portugal?

Candidato: Nelson Júdice Silvério Quico

Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Orientador: Professor Raul Lopes,
Professor Associado com Agregação, ISCTE-IUL

Outubro, 2024

Agradecimento

O presente trabalho constitui o corolário de dois anos de frequência no Mestrado de Economia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. Representa um desejo de renovação de conhecimentos e também a sensação de “regresso a casa”: o ISCTE, uma casa que conheço desde 1990, no curso de Organização e Gestão de Empresas.

Neste desafio, tive o privilégio de contar, desde a primeira hora, com a sapiência e o bom humor do Professor Raul Lopes, cuja amizade e admiração persistem desde há largos anos. Naturalmente, endereço ao Professor Raul Lopes os meus sinceros agradecimentos pela valorosa orientação e apoio prestado nos momentos certos.

E porque a família é um dos bens mais preciosos da vida, o meu agradecimento aos meus entes mais queridos pelo apoio e compreensão nesta recente etapa do meu percurso.

E é somente mais uma etapa de uma longa jornada. Consciente de muitas etapas percorridas. Ansioso por continuar a trilhar a viagem que, assim espero, ainda vai a meio e tem tanto por descobrir...

Resumo

Este documento é uma dissertação de mestrado que discute a medição da qualidade de vida nos municípios portugueses, explorando os principais índices de desenvolvimento internacionais e nacionais. O estudo analisa criticamente o uso do PIB como indicador de bem-estar, defendendo a necessidade de indicadores multidimensionais que reflitam a complexidade do desenvolvimento humano, social e ambiental. A dissertação aborda a construção e os desafios de índices compostos, apresentando e comparando diversos exemplos, como o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice “Better Life” da OCDE, o Índice de Competitividade Regional da UE, o Índice de Progresso Social, e outros. Conclui-se que a construção de um índice de desenvolvimento local em Portugal, com enfoque na qualidade de vida nos municípios, exige uma abordagem multidimensional e integrada, considerando as necessidades específicas dos diferentes territórios e promovendo o envolvimento da comunidade.

Palavras-chave: qualidade de vida, índices compósitos, desenvolvimento, municípios, Portugal

Códigos JEL: I30, R58

Abstract

This document discusses the measurement of quality of life in Portuguese municipalities, exploring the main international and national development indices. The study critically analyses the use of GDP as an indicator of well-being, defending the need for multidimensional indicators that reflect the complexity of human, social and environmental development. The document addresses the construction and challenges of composite indices, presenting and comparing several examples, such as the Human Development Index, the OECD Better Life Index, the EU Regional Competitiveness Index, the Social Progress Index, and others. The conclusion is that the construction of a local development index in Portugal, focusing on the quality of life in municipalities, requires a multidimensional and integrated approach, considering the specific needs of the different territories and promoting community involvement.

Keywords: quality of life, composite indices, development, municipalities, Portugal

JEL codes: I30, R58

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Sobre a qualidade de vida... para além do PIB	3
2.1. Para além do PIB	3
2.2. Sobre a qualidade de vida	6
Capítulo 3. Principais índices de desenvolvimento	13
3.1. Sobre a construção de índices compósitos	13
3.2. Índice de Desenvolvimento Humano	19
3.3. Os novos índices da ONU	21
3.4. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: índice e painéis	25
3.5. Índice “Better Life”	29
3.6. Índice de Competitividade Regional	36
3.7. Índice de Progresso Social e Índice Regional de Progresso Social	39
3.8. Os índices do Fórum Económico Mundial	44
3.9. Índice de Bem-Estar	48
3.10. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional	50
3.11. Índices nacionais de âmbito concelhio	54
3.12. A Plataforma ODSlocal	57
Capítulo 4. Discussão dos resultados e conclusões	61
4.1. Sobre os índices compósitos analisados	61
4.2. Considerações finais	71
Referências bibliográficas	77

Índice de tabelas

Tabela 2.1 – Algumas definições de desenvolvimento humano, qualidade vida e bem-estar	8
Tabela 3.1 – Lista de verificação para a construção de indicadores compósitos	18
Tabela 3.2 – Nº indicadores por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2024)	27
Tabela 3.3 – Lista atual de indicadores do Índice “Better Life” – bem-estar atual	32
Tabela 3.4 – Lista atual de indicadores do Índice “Better Life” – bem-estar futuro	32
Tabela 3.5 – Lista atual de indicadores do índice de bem-estar regional (OCDE)	36
Tabela 4.1 – Lista de temas constantes dos índices compósitos	63
Tabela 4.2 – Síntese dos temas constantes dos índices compósitos	68
Tabela 4.3 – Preponderância dos temas nos índices compósitos	69

Índice de figuras

Figura 3.1 – Fluxograma relativo à seleção do método de construção dos indicadores compósitos	17
Figura 3.2 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano	20
Figura 3.3 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	22
Figura 4 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano por Género	23
Figura 3.5 – Dimensões e indicadores do Índice de Desigualdade de Género	24
Figura 3.6 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	26
Figura 3.7 – Representação gráfica da metodologia de tendências de evolução para os ODS	28
Figura 3.8 – Perfil de Portugal no Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2024	29
Figura 3.9 – Enquadramento conceptual do bem-estar segundo a OCDE	30
Figura 3.10 – Página inicial do “site” interativo do Índice “Better Life”	34
Figura 3.11 – Enquadramento conceptual do bem-estar a nível regional segundo a OCDE	35
Figura 3.12 – Página do “site” interativo do índice de bem-estar regional (OCDE)	35
Figura 3.13 – Estrutura conceptual do Índice de Competitividade Regional 2.0	38
Figura 3.14 – Perfil regional no “site” interativo do Índice de Competitividade Regional	39
Figura 3.15 – Enquadramento conceptual do Índice de Progresso Social	41
Figura 3.16 – Mapa do desempenho das regiões europeias no Índice Regional de Progresso Social (2024)	43
Figura 3.17 – Enquadramento conceptual do Índice de Competitividade Global 4.0	45
Figura 3.18 – Perfil do país no Índice de Competitividade Global 4.0 (excerto)	46
Figura 3.19 – Enquadramento conceptual do Futuro do Crescimento	47
Figura 3.20 – Perfil do país no Futuro do Crescimento (excerto)	48
Figura 3.21 – Enquadramento conceptual do Índice de Bem-Estar (INE)	49
Figura 3.22 – Mapa das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013)	51
Figura 3.23 – Índice sintético de desenvolvimento regional (NUTS III para 2021)	53
Figura 3.24 – Índice sintético de desenvolvimento regional por domínio (NUTS III para 2021)	53
Figura 3.25 – Indicador do poder de compra “per capita” por município para 2021	54
Figura 3.26 – Enquadramento conceptual do “Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking”	55
Figura 3.27 – “Rating” concelhio do “Municípios Online” (exemplo: Anadia)	56
Figura 3.28 – Enquadramento conceptual da análise das características municipais que contribuem para as dimensões da Agenda 2030	57
Figura 3.29 – Comparação do desempenho das sub-regiões (NUTS III) e dos municípios rumo às metas dos ODS segundo a Plataforma ODSlocal (2023)	59
Figura 4.1 – Diagrama esquemático relativo à organização hierárquica dos índices compósitos	63

CAPÍTULO 1

Introdução

O presente trabalho constitui a síntese do Mestrado em Economia e Políticas Públicas (Departamento de Economia Política) no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

O tema escolhido visa o aprofundamento dos instrumentos de medição da qualidade de vida em Portugal a uma escala municipal. Para o efeito, a pergunta de partida delineada, correspondente ao título do trabalho, é a seguinte: “Desenvolvimento local: como medir a qualidade de vida nos municípios em Portugal?”.

Tendo como pressuposto a existência de desigualdades territoriais significativas em Portugal, empiricamente evidentes a vários níveis, merece reflexão a necessidade de territorialização das políticas públicas, designadamente, através do ajustamento das medidas de política em contextos territoriais distintos. Tal ajustamento de políticas públicas exige um diagnóstico rigoroso, assente numa visão integrada do desenvolvimento, focado nas pessoas, e em torno dos conceitos de qualidade de vida e bem-estar. Neste contexto, os índices compósitos de desenvolvimento territorial emergem como uma resposta pertinente à necessidade de construir instrumentos de análise capacitados a apoiar as decisões dos atores políticos (desde Administração Central até às autarquias) com o envolvimento e participação da sociedade civil.

No capítulo 2 é efetuado um enquadramento ao tema proposto, começando por contextualizar o Produto Interno Bruto (PIB) enquanto indicador de desenvolvimento de um território. Apesar da relevância do PIB como elemento síntese da dimensão e evolução de uma economia, é amplamente reconhecido, quer por investigadores, quer por decisores políticos, que este indicador não é um eficaz preditor de um relevante conjunto de dimensões associadas à qualidade de vida.

Com efeito, os conceitos de “desenvolvimento humano”, “qualidade de vida” e “bem-estar”, nas suas várias aceções consoante os autores, visam exprimir uma realidade multidimensional, no seio da qual as pessoas constituem o cerne dos processos de desenvolvimento. Neste contexto, a qualidade de vida vai muito para além da dimensão económica, englobando domínios como a saúde, a educação, a habitação, o ambiente, o acesso a serviços coletivos, a participação cívica, a segurança, o bem-estar individual, entre outros. Cientes da necessidade de medir o conceito de qualidade de vida, muitos investigadores e organismos de âmbito internacional e nacional têm-se debruçado, nas últimas décadas, em construir instrumentos de análise capazes de sintetizar num “único número” (à semelhança do PIB) o estágio de desenvolvimento, associado à qualidade de vida, de um país ou região. Tais instrumentos têm assumido a forma de índices compósitos ou de painéis de indicadores.

O capítulo 3 é dedicado a uma revisão bibliográfica assente nos índices considerados mais relevantes e influentes a nível internacional, além de estudos aplicados ao contexto português. Para cada um desses índices, é apresentado o seu enquadramento conceptual, as dimensões analisadas, os indicadores selecionados, a metodologia aplicada, entre outros aspetos. A descrição da metodologia utilizada nos índices é um dos pontos evidenciados, sendo feitas referências às principais etapas metodológicas (normalização, ponderação, agregação, etc.) aí consagradas. A bibliografia pertinente demonstra a crescente relevância deste tema, tanto no plano internacional como nacional, e uma progressiva adoção de métricas associadas a esta temática.

No capítulo 4, a síntese crítica dos principais índices de desenvolvimento irá possibilitar um confronto entre os seus objetivos, metodologias, pontos fortes e fracos, bem como uma análise transversal às mais e menos enfatizadas dimensões da qualidade de vida constantes desses índices e respetivos indicadores. Finalmente, são apresentadas considerações finais sobre a oportunidade dos índices compósitos no quadro do desenvolvimento local e de um desenho de políticas públicas mais ajustado a uma realidade territorial mais fina.

Sobre a qualidade de vida... para além do PIB

2.1. Para além do PIB

As causas fundadoras do desenvolvimento económico dos territórios (países, regiões, cidades) têm suscitado um amplo interesse desde os primórdios da Economia enquanto ciência.

Adam Smith, na sua obra seminal “A Riqueza das Nações” (Smith, 1776), considerava que a riqueza de uma nação está na sua capacidade de produzir bens e serviços. Assim, o crescimento económico tem como princípios subjacentes a divisão e especialização do trabalho (tendentes ao aumento da produtividade), o mercado livre e autorregulado (a “mão invisível” e o papel mínimo do Estado) e a acumulação de capital (físico e humano).

Nos anos 30 do século XX, Kuznets emerge como autor do conceito de Produto Interno Bruto (PIB), o qual representa o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos numa economia num determinado período (Kuznets, 1934 e 1952). O PIB baseia-se numa metodologia estabelecida que permite efetuar comparações ao longo do tempo e entre países e regiões (CE, 2009).

Este autor fez uma avaliação crítica do PIB, considerando ser um indicador com limitações, não refletindo a distribuição do rendimento na sociedade, nem o bem-estar das populações. Kuznets alertava para o perigo da “prodigiosa capacidade da mente humana em simplificar uma situação complexa numa caracterização sintética” (Kuznets, 1934). Não obstante esta autocrítica, o PIB, como quantificação monetária da produção total de uma nação, torna-se o referencial do desenvolvimento económico, comumente adotado em todo o mundo até aos dias de hoje. Com efeito, a existência de um “único número” como síntese do estado socioeconómico de um país continua a ser muito apelativa para os decisores políticos (Lepenies, 2016).

A partir dos anos 1960, década de particular clivagem social e cultural, e dos anos 1970, com as crises económicas decorrentes dos choques petrolíferos, o debate académico e político torna evidente a necessidade de ampliar as dimensões do desenvolvimento, para além do PIB (Annoni et al., 2020). Com efeito, pela sua natureza e finalidade, o PIB não é o instrumento adequado para a medição de importantes domínios, como sejam a sustentabilidade ambiental ou a inclusão social (CE, 2009).

Um dos trabalhos mais aprofundados sobre o PIB e a medição do desempenho económico e do progresso social surge em 2009, num relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (Stiglitz et al., 2009), em resposta a uma iniciativa da presidência francesa. Uma das principais constatações do relatório é a de que o PIB, sendo o indicador por excelência da atividade económica, mede essencialmente a produção

transacionada no mercado, apesar de ser encarado como um referencial de bem-estar económico e social.

O documento da Comissão de Alto Nível sobre a Aferição do Desempenho Económico e do Progresso Social, liderada por Stiglitz, não sendo pioneiro nesta abordagem, sistematiza as principais limitações associadas ao PIB enquanto instrumento de medida do bem-estar. Em primeiro lugar, os sistemas estatísticos nacionais dispõem de um conjunto amplo de indicadores nos mais variados domínios. Em segundo, é hoje aceite que a perspetiva do agregado familiar é a mais pertinente para a análise do nível de vida das populações. Neste plano, o acesso a serviços públicos (p. ex., saúde e educação), não contribuindo diretamente para o rendimento do agregado familiar, pode ter uma forte relevância no bem-estar social. Em terceiro, a distinção entre três dimensões – rendimento, consumo e riqueza – importa ser equacionada nessa análise. O consumo de bens e serviços por parte dos agregados familiares depende não apenas do seu nível de rendimentos, mas também do acesso a um conjunto de serviços públicos (que, proporcionados gratuitamente ou a preços reduzidos, aumentam indiretamente o rendimento do agregado) e ainda da sua riqueza, associada ao “stock” de ativos (p. ex., poupanças e património). A conjugação destas três dimensões é determinante na qualificação dos níveis de bem-estar dos agregados familiares. Em quarto lugar, a distribuição do rendimento, consumo e riqueza dos agregados numa sociedade deve ser equacionada para além dos indicadores médios como o PIB “per capita”. Assim, a medição das desigualdades socioeconómicas deve estar inscrita na construção de indicadores associados ao bem-estar. Por último, conforme resulta das premissas anteriores, o âmbito de análise do bem-estar e da qualidade de vida deve ser alargado a diversos domínios (Stiglitz et al., 2009). Adiante, serão retomados os principais contributos deste relatório, o qual tem influenciado a produção científica e o trabalho das instituições oficiais nos últimos anos.

Paralelamente a esta iniciativa francesa, a Comissão Europeia havia lançado em 2007 uma conferência intitulada “Para Além do PIB” (“Beyond GDP”) com a participação do Parlamento Europeu, da Organização Global de Conservação da Natureza (WWF) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Na sequência desta iniciativa, a Comissão (CE, 2009) reconhece a necessidade de, num contexto económico e político em mudança (recorde-se o alargamento da União Europeia em 2004 e a crise financeira de 2007/08), encontrar um conjunto de indicadores ambientais e sociais complementares ao PIB. A Comissão Europeia dava o mote aos Estados-Membros e respetivos organismos estatísticos, no sentido de melhorarem a produção estatística com um conjunto de indicadores de resultados (“outputs”) relativos à qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (além de indicadores de entrada ou “inputs”), bem como em relação ao ambiente, com índices ambientais mais abrangentes sobre os danos e pressão no meio ambiente, em áreas como as alterações climáticas, a energia, a biodiversidade, a poluição, o uso da água e dos recursos naturais e a gestão dos resíduos (CE, 2009). A construção de um indicador compósito no domínio do ambiente,

apesar de possível (vide os exemplos da “pegada ecológica”), comporta o desafio de abarcar indicadores físicos de diferentes aceções (p. ex., toneladas de emissões de CO₂), por um lado, e de “monetizar” os custos dos danos ambientais e dos benefícios da proteção do ambiente (vide, p. ex., a dificuldade em atribuir um valor quantitativo a uma área protegida ou paisagem).

Porém, muito antes destas iniciativas que têm marcado a investigação académica e a produção estatística em anos mais recentes, diversos autores (Van den Bergh, 2009)¹ sublinharam a insuficiência do PIB enquanto indicador de desenvolvimento, procurando relevar outras perspetivas, como a coesão social e a sustentabilidade. Apesar do amplo reconhecimento das limitações do PIB, este continua a ser “o” indicador mais utilizado, porventura porque está correlacionado positivamente com indicadores que tentam captar elementos de bem-estar ou de qualidade de vida, tais como a esperança de vida à nascença, a mortalidade infantil, a taxa de alfabetização e as liberdades civis (Van den Bergh, 2009).

O primeiro grande marco internacional na medição do desenvolvimento “para além do PIB” é dado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990. A Organização das Nações Unidas (ONU) assumia a necessidade de mudar o discurso sobre o desenvolvimento de uma ótica estritamente económica para uma visão mais holística centrada no “desenvolvimento humano” (Morse, 2023). O IDH é um indicador compósito que combina três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a saúde, a educação e a economia.

A visão de “desenvolvimento humano” do PNUD foi inspirada pelo trabalho de Sen (Sen, 1985; Anand e Sen, 1994), o qual explorou a importância das capacidades no desenvolvimento do ser humano: a capacidade de ter uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença (assumindo que quanto maior a esperança de vida, melhor o nível de saúde expectável); a capacidade de adquirir conhecimentos, medida pelo nível de escolaridade (assumindo que uma população mais qualificada pode ter mais rendimento e fazer melhor uso do mesmo); e a capacidade de alcançar um padrão de vida aceitável, medido pelo PIB “per capita” (pressupondo que maior rendimento possibilita maior escolha na aquisição de bens e serviços) (PNUD, 2018; Morse, 2023). Em suma, o desenvolvimento deve estar para além do crescimento do rendimento (PIB): o seu foco deve estar nas pessoas (PNUD, 1990).

Esta iniciativa protagonizada pela agência da ONU teve um enorme impacto nas décadas seguintes, tanto ao nível científico, como no plano político-institucional. Além da expansão do PIB e do PIB “per capita”, os países passaram a poder ser comparados por um novo índice, em formato de

¹ Citados em Van den Bergh (2009), na lista de autores críticos, incluindo alguns prémios Nobel, estão: Hicks (1948); Galbraith (1958); Samuelson (1961); Mishan (1967); Nordhaus e Tobin (1972); Easterlin (1974); Hueting (1974); Hirsch (1976); e Sen (1976).

“ranking” anual, com os países de indicadores mais satisfatórios no topo da tabela, e os países com pior desempenho no fundo da tabela. Para a ONU, a ideia subjacente é a de que, sobretudo, os países em desenvolvimento progridam, não somente em termos económicos, mas também na saúde e educação das suas comunidades. Na qualidade de índice, o IDH constitui-se fundamentalmente como um instrumento de comunicação (Morse, 2023).

Apesar da sua relevância e impacto, o IDH tem sido objeto de um conjunto de críticas, as quais, como se verá adiante, têm sido parcialmente corrigidas nos últimos anos. Em primeiro lugar, este índice mede algumas das “necessidades” (educação, saúde, rendimento) subjacentes ao bem-estar, mas não mede o bem-estar propriamente dito. Em segundo, o IDH baseia-se em indicadores médios por país (p. ex., esperança média de vida, PIB “per capita”), não refletindo as desigualdades na sua distribuição (Anand e Sen, 1994). Em terceiro, diversos autores têm expressado a inexistência da dimensão ambiental no IDH (Morse, 2023)².

Face às críticas, a agência da ONU optou por manter inalterado o âmbito do IDH, garantindo a comparabilidade temporal dos dados, bem como uma comunicação mediática mais eficaz e, assim, uma melhor compreensão junto da opinião pública. Nos anos mais recentes, com a evolução da qualidade da informação estatística em muitos países, a ONU desenvolveu outros índices, relacionados com a inclusão social e a sustentabilidade, descritos adiante.

O relevo internacional alcançado pelo IDH constituiu o principal “motor de arranque” de inúmera produção científica e de construção de novos índices, com as respetivas críticas, tendo mobilizado tanto a comunidade académica como os organismos públicos nacionais e internacionais durante as três últimas décadas. Os contributos considerados mais significativos, para efeitos do presente trabalho, são desenvolvimentos no próximo capítulo.

Em suma, com diferentes abordagens teóricas e técnicas aplicadas, existe um amplo consenso sobre a necessidade de repensar o desenvolvimento “para além do PIB”. Uma visão mais integrada do desenvolvimento dos territórios e das populações que inclua, além da dimensão económica, um amplo espetro de outros domínios da vida das pessoas. E, sendo (ou devendo ser) as pessoas o foco do desenvolvimento, então a tónica da análise – e conseqüentemente nas políticas públicas – deve incidir nos temas do desenvolvimento humano / bem-estar / qualidade de vida.

2.2. Sobre a qualidade de vida

Os conceitos de “desenvolvimento humano”, “bem-estar” e “qualidade de vida”, apesar de serem próximos, são entendidos por diversos autores e instituições com formulações relativamente distintas.

² Citados em Morse (2023), esses autores são: Bravo (2014); Hickel (2020); Morse (2004); Neumayer (2001, 2012); Sagar e Najam (1998); Hou et al. (2015)

A qualidade de vida é um conceito mais lato que a produção económica e os padrões de vida, incluindo todo o conjunto de fatores que tornam a vida satisfatória e agradável, alguns dos quais não são transacionáveis ou passíveis de conversão monetária (p. ex., estar com a família e amigos). Ainda que a lista precisa desses fatores se encontre no âmago dos valores individuais, há um consenso alargado sobre o qual a qualidade de vida das pessoas depende: da sua saúde e educação, das suas atividades quotidianas (incluindo o direito à habitação e ao emprego digno), da sua participação política e cívica, do ambiente natural e social em que vivem, e da sua segurança física e económica.

Retomando o relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), “ainda que algumas áreas da contabilidade nacional permitam a inclusão de elementos que expressam a qualidade de vida através de medidas convencionais de bem-estar económico, esta abordagem permanece limitada (...). Em primeiro lugar, os recursos são meios transformados em bem-estar de forma diferenciada (...): indivíduos com maior capacidade para a autossatisfação ou mais aptos (...) podem sentir-se mais bem-sucedidos mesmo detendo menos recursos económicos. Em segundo lugar, muitos recursos não são transacionados, e mesmo quando o são, assumirão preços diferentemente percecionados pelos indivíduos, tornando problemática a comparação direta do rendimento real das pessoas. Finalmente, muito do que é determinante para o bem-estar humano é ditado pelas circunstâncias particulares da vida de cada um” (Stiglitz et al., 2009).

Na tabela 2.1, encontram-se, a título exemplificativo, algumas das definições propostas para os conceitos de “desenvolvimento humano”, “bem-estar” e “qualidade de vida”.

A Comissão Europeia, na aludida comunicação (CE, 2009), enfatiza a necessidade de obtenção de marcadores mais inclusivos, além do PIB, integrando um conjunto de realizações (p. ex., melhorias na coesão social, na saúde pública, na qualidade do ar, nos serviços básicos a preços acessíveis, etc.) e perdas a nível social e ambiental (p. ex., aumento de pobreza, aumento de criminalidade, delapidação de recursos naturais, etc.). Com efeito, a perceção dos cidadãos, de acordo com inquéritos então feitos (CE, 2009), era de uma quebra nos rendimentos e a degradação dos serviços públicos (recorde-se a crise financeira de 2007/08 que assolou a Europa nesse período). Segundo a Comissão Europeia, impunham-se várias ações para uma melhor medição do desenvolvimento, contribuindo também para a aproximação das políticas públicas às legítimas aspirações dos cidadãos europeus. Tais ações consistiam em: (i) complementar o PIB com indicadores sociais e ambientais, enfatizando o tema da qualidade de vida e bem-estar; (ii) a obtenção de informação quase em tempo real para a tomada de decisões; (iii) a criação de informação detalhada sobre distribuição e desigualdades; (iv) a criação de um painel de avaliação de desenvolvimento sustentável; e (v) o alargamento das contas nacionais às questões ambientais e sociais.

Tabela 2.1 – Algumas definições de desenvolvimento humano, qualidade de vida e bem-estar

Conceitos	Algumas definições
Desenvolvimento humano	<p>O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. Por princípio, estas escolhas podem ser infinitas e mudarem ao longo do tempo. Mas em todos os níveis de desenvolvimento, os três tópicos essenciais para as pessoas são: usufruir de uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Se estas escolhas essenciais não estiverem disponíveis, muitas outras oportunidades permanecerão inacessíveis.” (PNUD, 1990)</p> <p>“O desenvolvimento humano é a expansão das liberdades das pessoas para uma vida longa, saudável e criativa; para alcançar objetivos que valorizam; e para se envolver ativamente num desenvolvimento equitativo e sustentável do planeta. As pessoas são quer beneficiárias quer líderes do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupo.” (PNUD, 2010)</p>
Qualidade de vida	<p>“Um julgamento cognitivo consciente de satisfação com a própria vida” (Rejeski e Mihalko, 2001)</p> <p>“A percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Kuyken e Group, 1995)</p>
Bem-estar	<p>“Na sua essência, o bem-estar refere-se à satisfação ou felicidade decorrente de um ótimo funcionamento. Esta necessidade é um conceito subjetivo e relativo. O ponto de referência para a avaliação do bem-estar reside nas próprias aspirações da pessoa, baseadas numa mistura de realidade objetiva com as suas reações subjetivas.” (McDowell, 2010);</p> <p>“O bem-estar subjetivo inclui as avaliações das pessoas sobre as próprias vidas. Inclui tanto as reflexões cognitivas, como a satisfação com a vida, como as respostas emocionais sobre a vida quotidiana, quer em termos de emoções positivas, quer emoções negativas.” (Diener et al., 2018)</p>

Fonte: adaptado de Morse, 2023

Neste contexto, a medição da qualidade de vida exige a inclusão de um leque de indicadores, de espetro multidimensional, obedecendo a alguns princípios metodológicos: (i) um enfoque nas pessoas, nas suas prioridades e valores; (ii) a consideração da natureza pluridimensional associada à qualidade de vida; (iii) a consideração da equidade e justiça social nos vários tópicos que compõem o bem-estar; e (iv) um enfoque no presente ao invés das gerações futuras (Stiglitz et al., 2009).

De acordo com o relatório de Stiglitz, é notória uma significativa consistência dos domínios associados à medição dos amplos conceitos de qualidade de vida, bem-estar ou desenvolvimento humano. Os domínios aí referenciados são os seguintes: (i) a saúde; (ii) a educação; (iii) as atividades pessoais; (iv) a habitação; (v) a “voz política” e a governança; (vi) as relações sociais; (vii) as condições ambientais; (viii) a segurança. Nos parágrafos seguintes, são sintetizadas as ideias principais deste relatório para cada um destes domínios.

A saúde constitui, porventura, a componente mais fundamental das capacidades individuais, uma vez que, no limite, sem vida nenhuma das demais componentes tem qualquer valor. Em termos metodológicos, têm sido feitas diversas tentativas para encontrar um indicador sintético que abranja as múltiplas componentes associadas à saúde das pessoas. Apesar de existirem vários índices

combinados em saúde, não há um consenso generalizado sobre os índices a utilizar. Em todo o caso, os indicadores mais comuns são: ao nível da mortalidade, a esperança de vida à nascença e a esperança média de vida; ao nível da morbilidade, dados sobre doenças específicas (p. ex., cardiovasculares, cancro, etc.), dados de autoavaliação do estado de saúde, entre outros (Stiglitz et al., 2009).

Um segundo tópico relevante é a educação. Desde Adam Smith, é amplamente reconhecido o papel do capital humano como um fator (“input”) crítico na produção económica. Daí, a relevância da educação e da aquisição de competências como contributo essencial para o desempenho económico. Para os cidadãos, a educação detém, além de um retorno monetário na medida em que uma maior qualificação proporciona o acesso a empregos mais bem remunerados (logo, maior rendimento do agregado familiar), também um retorno não-monetário, uma vez que estudos demonstram os efeitos da educação noutras dimensões intrínsecas à qualidade de vida, como sejam, a saúde, a participação cívica e o bem-estar subjetivo (Stiglitz et al., 2009). Diversos indicadores ligados à educação têm sido utilizados: uns, relacionados com a oferta (“inputs”), como sejam as despesas com a educação, alunos matriculados, etc.; outros, relativos a resultados (“outputs”), tais como taxas de graduação, número médio de anos completos de escolaridade, etc. Mais recentemente, os indicadores utilizados no campo da educação têm visado a medição das competências das pessoas: é o caso dos resultados dos testes PISA (Programme for International Student Assessment) da OCDE.

As atividades pessoais constituem outra das dimensões inerentes à qualidade de vida. Com efeito, as atividades em que as pessoas se envolvem têm efeitos tanto nas suas experiências mais hedonísticas, como nos seus juízos de valor. O contributo do trabalho remunerado é disso exemplo: por um lado, proporciona rendimento e interações sociais; por outro, pode ser fonte de experiências negativas. Daí, o enfoque recente (vejam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU) no conceito de trabalho digno como determinante da qualidade de vida. Ainda no âmbito das atividades pessoais, a medição do tempo dedicado ao lazer (qualidade e quantidade desse tempo, diferenças entre grupos e géneros, etc.) tem vindo a ser objeto de inquéritos mais sistematizados a nível internacional, possibilitando a comparação de resultados entre territórios. As tarefas domésticas não remuneradas constituem outro tópico relevante das atividades pessoais, incluindo-se aqui a confeção de refeições, a limpeza e manutenção da casa, o cuidado pessoal a crianças e idosos, entre outras. Ainda que a externalização destas tarefas domésticas tenha um efeito diretamente quantificável no PIB, a sua execução pelo agregado familiar tem impacto no respetivo rendimento e na dimensão subjetiva do bem-estar (Stiglitz et al., 2009).

A habitação é outro dos domínios essenciais da qualidade de vida. Trata-se de uma área de crescente relevo em anos mais recentes, considerando o fenómeno, transversal a muitos países, de significativo acréscimo do preço médio das habitações (próprias ou arrendadas) a um ritmo muito superior ao crescimento dos rendimentos familiares, com consequências no acesso à “habitação

digna” e ao recrudescimento da gentrificação dos principais centros urbanos e da sobreocupação das casas. A comparação internacional dos indicadores relativos à habitação é feita por algumas variáveis que visam medir a taxa de esforço no orçamento familiar, a potencial sobrelocação dos espaços, a “pobreza energética”, entre outros. A problemática da habitação está incluída em índices como o Índice “Better Life”, o Índice de Progresso Social, o Índice Regional de Progresso Social e o Índice Global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, discutidos adiante.

Ainda segundo o relatório de Stiglitz et al. (2009), a “voz política” e a governança são parte integrante da qualidade de vida, tendo valor intrínseco e valor instrumental. Dentro desta dimensão, é possível encontrar indicadores ligados a temas como: (i) a participação cívica (eleições democráticas, participação na governação, representação de minorias, valia das organizações não-governamentais, imprensa livre, etc.); (ii) as garantias legais (constitucionais, direitos políticos e sociais, necessidades socioeconómicas básicas, direitos humanos, etc.); e (iii) o Estado de Direito (independência das instituições judiciais, equidade de acesso à justiça, etc.). A medição destes aspetos requer a implementação de inquéritos junto da população, providenciando informação sobre a perceção dos cidadãos acerca do funcionamento das instituições políticas e judiciais. A realização deste tipo de inquéritos é pouco frequente.

As relações sociais são outro relevante domínio na esfera da qualidade de vida. A vasta bibliografia produzida demonstra que as relações sociais beneficiam as pessoas pertencentes às redes (reciprocidade e confiança). A evidência científica sugere que, tanto no plano individual como no plano coletivo, os relacionamentos sociais estão entre os preditores mais robustos da apreciação subjetiva sobre a satisfação com a vida. Em nenhum outro domínio (incluindo o económico), existe uma relação causal tão evidente entre as relações sociais e o bem-estar subjetivo. A construção de indicadores fiáveis neste tema carece da recolha de dados através da implementação de inquéritos. Alguns dos tópicos suscetíveis de serem abordados são: a confiança interpessoal, o isolamento social, as redes informais, o envolvimento laboral, o envolvimento religioso, entre outros (Stiglitz et al., 2009).

As condições ambientais e a sustentabilidade compreendem outro importante domínio da qualidade de vida. A forma mais prática de medição das condições ambientais continua a ser os indicadores físicos (p. ex., emissões de CO₂). Porém, a amplitude e diversidade dos ativos e recursos ambientais (água, resíduos, solos, biodiversidade, poluição, etc.) torna muito complexa a definição de um único índice compósito: de um lado, existem ativos ambientais transacionados nos mercados sendo possível atribuir-lhes um valor relativo ao seu contributo para o bem-estar; do outro lado, existem ativos não transacionáveis cuja tradução monetária só é possível através de métodos indiretos que tentem capturar os danos ambientais associados e o seu impacto no bem-estar futuro (veja-se p. ex. a dificuldade de quantificação das perdas associadas à biodiversidade). E aqui residem as principais dificuldades na medição da sustentabilidade: por um lado, trata-se sobretudo de um exercício de

projeção futura; por outro, está dependente da própria definição de sustentabilidade e dos tópicos que são propostos sustentar (Stiglitz et al., 2009). Ainda assim, como se verá adiante, têm vindo a ser estabelecidas métricas – quer índices, quer painéis de indicadores – para conferir legibilidade à evolução das condições ambientais, por parte de instituições oficiais e de organizações não-governamentais nestes últimos anos.

O tema da segurança é igualmente uma das dimensões associadas ao bem-estar. Neste contexto, importa diferenciar a segurança pessoal e a segurança económica. A primeira contempla os fatores externos suscetíveis de colocar em risco a integridade física dos indivíduos, designadamente, crimes e acidentes. A segunda, a segurança económica, consiste na incerteza acerca das condições materiais que podem prevalecer no futuro.

Em todos estes domínios, são visíveis desigualdades entre indivíduos, entre grupos com diferentes características (p. ex., segundo o género) e uma persistência de vantagens e desvantagens entre gerações. A evidência mostra que existem tantas desigualdades quantas as dimensões da qualidade de vida (Stiglitz et al., 2009). Além disso, devido à existência de ligações entre as dimensões, alguns tipos de desigualdades podem reforçar-se entre si (veja-se o caso, p. ex., da inter-relação entre pobreza económica e os níveis de qualificação).

Principais índices de desenvolvimento

Nesta secção, são descritos aqueles que são considerados os principais índices de desenvolvimento, tendo em vista o objetivo último deste trabalho, ou seja, a discussão da oportunidade e relevância da construção de um índice para a medição do desenvolvimento local em Portugal. Neste sentido, são elencados e sumariamente caracterizados os índices internacionais de maior impacto sob o ponto de vista técnico e das políticas públicas. Posteriormente, é apresentada uma síntese metodológica deste conjunto de índices. Antes disso, porém, importa sistematizar os principais desafios na construção de índices compósitos.

3.1. Sobre a construção de índices compósitos

Conforme supracitado, a obtenção de um “único número”, como síntese de determinada realidade, é o “Santo Graal” de decisores políticos, bem como de muitos académicos. Apesar do apelo, sobretudo comunicacional, de um “único número” como força explicativa de um contexto (económico, social, territorial, etc.), esse exercício constitui uma simplificação de uma realidade complexa, de múltiplas causas, inter-relações e efeitos.

Os principais fatores positivos associados aos indicadores compósitos são: a capacidade de sintetizar uma realidade multidimensional, a maior facilidade de interpretação (face a uma bateria de indicadores), uma comunicação pública mais eficaz (cidadãos e “media”), a possibilidade de comparar o desempenho dos territórios entre si e ao longo do tempo. Os principais aspetos negativos são: a natureza arbitrária da metodologia utilizada (seleção de indicadores, ponderação, etc.) e o suscetível enviesamento das conclusões por lacunas na construção dos indicadores e na qualidade dos dados estatísticos, podendo conduzir a mensagens erradas ou a políticas públicas desadequadas (OCDE, 2008).

Em 2008, a OCDE publicou um compêndio (“Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide”) que constitui uma das mais importantes sistematizações feitas no âmbito dos indicadores compósitos. Trata-se de um verdadeiro manual sobre a construção deste tipo de indicadores, num processo que deve envolver 10 passos (vide tabela 3.1).

O primeiro passo deste processo é o enquadramento teórico. Antes de mais, importa definir o fenómeno a ser medido. Considerando que um indicador composto serve para ilustrar uma realidade complexa e multidimensional, é adequado definir sub-grupos ou domínios, os quais, por sua vez, são compostos por determinado número de indicadores. Para este efeito, é necessário definir os critérios para a seleção de indicadores que, idealmente, devem ser escolhidos “a priori” em função do objeto de estudo e não da sua disponibilidade. Os indicadores podem ser de realização (“inputs”), de resultados (“outputs”) ou de processo (OCDE, 2008).

O segundo passo é a seleção das variáveis. Estas variáveis, ou seja, os indicadores individualmente considerados, devem ser escolhidos a partir de requisitos como a relevância, fiabilidade, acessibilidade e periodicidade. O resultado do processo de seleção das variáveis, qualquer que seja, será sempre sujeito a crítica (Booyesen, 2002). Por isso, torna-se útil a criação de uma tabela síntese com as características técnicas das variáveis, incluindo uma apreciação crítica dos respetivos pontos fortes e fracos (OCDE, 2008).

É expectável que a maioria dos dados seja quantitativa e obtida através de instituições estatísticas oficiais, garantindo o cumprimento dos procedimentos na respetiva recolha e tratamento. Além disso, os dados podem ser qualitativos, sendo posteriormente sujeitos a técnicas de normalização, adiante indicadas.

A terceira etapa consiste no tratamento dos dados “em falta”, através de técnicas de imputação. Com efeito, em alguns casos é necessário efetuar estimativas por inexistência de dados primários (p. ex., em determinado ano ou território), devendo ser feitos testes de sensibilidade aos resultados do indicador, com a variância expectável do indicador em questão.

O quarto passo prende-se com a análise multivariada. Nesta fase, podem ser utilizadas diferentes abordagens analíticas, como p. ex., a Análise de Componentes Principais (ACP), que permite averiguar se as dimensões do fenómeno estão estatisticamente equilibradas no índice. O principal propósito da ACP é o de revelar como diferentes variáveis se alteram em relação umas às outras e como estão associadas (Booyesen, 2002; Mazziotto et al., 2013). Porém, a ACP é sensível à presença de registos atípicos (“outliers”) e a amostras pouco representativas. Usada devidamente, a ACP permite retirar conclusões sobre a robustez da estrutura de dados estatísticos. Além da ACP, a análise multivariada pode ser efetuada através de técnicas como a Análise Fatorial, o Coeficiente Alfa de Cronbach ou a Análise de “Clusters” (OCDE, 2008).

A quinta etapa consiste na normalização dos dados, sendo esta uma das fases mais relevantes na construção de um índice compósito. O compêndio da OCDE identifica uma lista de 9 métodos de normalização (OCDE, 2008), com diferentes níveis de complexidade. A seleção do método mais indicado é subjetiva, devendo ser adequado à natureza dos dados obtidos. O “ranking” é a técnica de normalização mais simples: não é afetado por “outliers” e permite acompanhar a evolução temporal dos registos segundo as posições relativas de uma tabela ordenada (“ranking”). A estandardização (ou “z-score”) é um método segundo o qual os indicadores são convertidos numa escala comum cuja média é de zero e o desvio padrão é igual a um. Neste caso, os indicadores com valores mais extremados têm maior efeito no índice compósito. No método “min-max”, os indicadores são transformados numa escala de 0 a 1, cujos extremos são determinados pelos registos mínimo (0) e máximo (1), respetivamente. Cada registo é calculado em relação ao registo mínimo (p. ex., 0,8 significa que determinada observação se encontra 80% acima do valor mínimo e 20% abaixo do valor máximo). Por seu turno, no método da “distância à referência”, cada registo é calculado em relação ao registo máximo (p. ex., valor do melhor país) ou a determinada meta política ou aspiracional (p. ex., comparação internacional das taxas de mortalidade infantil com o melhor país). O método das escalas de categorias é utilizado para converter respostas qualitativas em quantitativas (p. ex., a conversão de 1 a 5 valores de uma escala do tipo “muito negativo/negativo/indiferente/positivo/muito positivo”). Este método também é usado em indicadores quantitativos, agrupando em percentis os dados obtidos (p. ex., 1 valor de 0 a 20%, 2 valores de 20% a 40%, 3 de 40% a 60%, etc.).

A escolha de um destes ou outro método de normalização deve ser feito criteriosamente, tendo em conta as características dos dados e o objetivo do índice compósito. A etapa da normalização envolve necessariamente alguma perda de informação face aos dados originais, devendo ser prestada atenção ao efeito dos valores atípicos (“outliers”) na elaboração da escala adotada (OCDE, 2008; Booyesen, 2002).

O sexto passo, com impacto relevante no processo de construção do índice compósito, corresponde à ponderação e agregação. Na maioria dos índices compósitos, é dada igual ponderação a todos os indicadores. Os indicadores de maior afinidade temática ou estatística são agrupados em domínios. Por sua vez, os domínios contribuem geralmente com igual peso relativo na composição do índice. A vasta literatura produzida sobre este tópico identifica um conjunto de métodos alternativos de ponderação, todos eles com os seus prós e contras (Mazziotta et al., 2013; Booyesen, 2002).

O método de ponderação escolhido, seja qual for, tem subjacente um juízo de valor. Assim, há autores que consagram métodos de ponderação baseados em técnicas estatísticas, outros defendem a adoção de métricas de recompensa ou punição (Mazziotta et al., 2013)³ às variáveis consideradas mais relevantes, outros ainda defendem a utilização de métodos participativos, que incorporem a opinião das partes interessadas no estabelecimento dos ponderadores dos indicadores. Essa participação pode ser feita pelo parecer de especialistas, através da abordagem da “afetação orçamental” (Booyesen, 2002) ou de sondagens à opinião pública (veja-se o caso do índice “Better Life” da OCDE, adiante indicado).

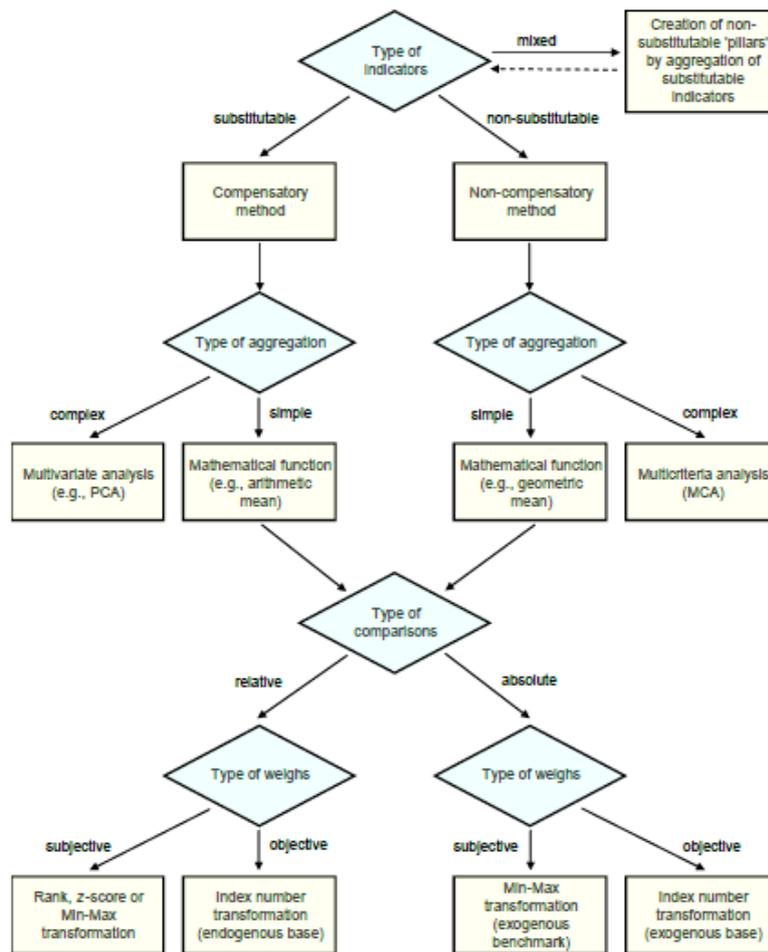
Na utilização de métodos de ponderação equalitária (“equal weighting”), é possível encontrar variáveis com um elevado grau de correlação, o que pode contribuir para um efeito de “dupla contagem” no peso relativo da realidade expressa pela variável no cômputo geral do índice. Para obviar esta hipótese, é admissível a criação de um limiar máximo (p. ex., 0,9), acima do qual a correlação pode indiciar o fenómeno da “dupla contagem”. Em todo o caso, é expectável a existência de determinado grau de correlação entre variáveis de um mesmo domínio (p. ex., as taxas de mortalidade infantil e a esperança média de vida podem ter uma correlação significativa, uma vez que lhes são subjacentes as mesmas condições do sistema de saúde). Modelos estatísticos como a Análise de Componentes Principais e a Análise Fatorial podem ser usados para o agrupamento de indicadores individuais, de acordo com o seu grau de correlação (OCDE, 2008).

Os métodos de agregação utilizados podem ser igualmente diversos. Os principais métodos são a agregação linear e a agregação geométrica. O primeiro caso – agregação linear – reveste-se de maior utilidade quando os indicadores individuais têm a mesma unidade de medida (ou escala) e é admitida a compensação entre indicadores: ou seja, um pior desempenho numa variável é “compensado” (“trade-off”) por um melhor desempenho noutra variável, tendendo o resultado para a média. No caso da agregação geométrica, a compensação entre indicadores desfavorece os registos com valores inferiores e premeia aqueles com valores mais elevados. O IDH utiliza este último método, como se verá adiante. Nos casos em que se considera que os indicadores respeitam a objetivos igualmente relevantes (p. ex., índices ambientais que agregam indicadores físicos, sociais e económicos), não devendo haver “compensação” entre eles, são usados métodos não-compensatórios como a denominada Abordagem Multicritério (OCDE, 2008; Mazziotta et al., 2013).

A etapa da ponderação e agregação, durante a qual têm de ser assumidos métodos estatísticos suscetíveis de crítica, não invalida a validade técnica do índice composto, conquanto o processo construtivo seja transparente (OCDE, 2008; Booyesen, 2002).

³ Vide mais informação sobre abordagens compensatórias e não-compensatórias em Mazziotta e Pareto (2013)

Figura 3.1 – Fluxograma relativo à seleção do método de construção dos indicadores compostos



Fonte: Mazziotta et al., 2013

A figura 3.1 ilustra, em formato de fluxograma, as vias possíveis para a seleção do método de construção dos indicadores compostos, segundo Mazziotta et al. (2013).

O sétimo passo corresponde à robustez e análise de sensibilidade do índice. Com efeito, após a concretização das etapas anteriores – a seleção dos indicadores individuais, a normalização, a ponderação e a agregação, ora referidos – é recomendável a realização de um conjunto de testes, num processo iterativo de tentativa e erro, o qual pode compreender: a inclusão e exclusão de indicadores, a revisão de estimativas de dados estatísticos (quando aplicadas), a utilização de outros métodos de normalização, o uso de outros métodos de ponderação e a adoção de outros métodos de agregação. Esta fase de testagem visa, sobretudo, robustecer a qualidade técnica do índice composto, despistando eventuais fragilidades de opções metodológicas iniciais. Segundo o PNUD: “nenhum índice pode ser melhor que os dados que utiliza; mas este é um argumento para melhorar os dados, não para abandonar o índice” (PNUD, 1992).

A oitava etapa consiste no “regresso aos detalhes”. Após a construção inicial do índice e da subsequente etapa de testagem, considera-se útil a análise do índice composto obtido, mediante uma observação apurada das suas componentes ou domínios. Esta análise mais fina permite compreender melhor os resultados alcançados e obter uma melhor percepção sobre os indicadores individuais que concorrem para esses resultados. Para este efeito, podem ser utilizadas técnicas gráficas como o diagrama em aranha.

A nona etapa corresponde às ligações com outros indicadores, no intuito de avaliar a capacidade explicativa do índice composto. Um dos exemplos habituais poderá ser a comparação do índice elaborado com indicadores mais consolidados, como o PIB “per capita”. Esta etapa permite atestar o grau de correlação com outros indicadores, testando hipóteses explicativas para esse maior ou menor grau de correlação ou de eventuais relações de causalidade.

O décimo e último passo é a apresentação dos resultados. Conforme referido, um índice composto é um instrumento de comunicação potencialmente poderoso, uma vez que visa sintetizar determinado contexto num “único número” (Mazziotta et al., 2013). No fundo, trata-se de tornar mensurável e sintética uma realidade complexa, possibilitando a sua compreensão pelo grande público, “media” e decisores políticos. Daí que a forma de apresentação e disseminação dos resultados gerados pelo índice seja uma tarefa relevante neste processo. Com este propósito, é recomendável a utilização de meios visuais apelativos (como tabelas e gráficos), tirando igualmente partido das ferramentas digitais para a construção de “sites” dinâmicos e interativos, possibilitando a ponderação dos indicadores pelos próprios utilizadores, como o índice “Better Life” da OCDE.

Os índices elaborados com o propósito de uma divulgação mais ampla tendem a optar por metodologias mais simples, permitindo melhor compreensibilidade junto do público interessado (Booyesen, 2002).

Tabela 3.1 – Lista de verificação para a construção de indicadores compostos

Passos a observar	
1)	Enquadramento teórico
2)	Seleção das variáveis
3)	Estimação sobre dados inexistentes
4)	Análise multivariada
5)	Normalização
6)	Ponderação e agregação
7)	Robustez e análise de sensibilidade
8)	Regresso aos detalhes
9)	Relações com outros indicadores
10)	Apresentação e disseminação

Fonte: adaptado de OCDE, 2008

Da ampla discussão científica sobre a validade dos índices compósitos, resulta ainda que não há um único elemento da metodologia que não esteja sujeito a crítica. Por isso, deve ser procurado um compromisso entre a clarividência conceptual e a simplicidade metodológica (Booyesen, 2002). Outra constatação é a da inexistência de um método universal para a construção de índices compósitos (Mazziotta et al., 2013), nem este objetivo se afigura exequível, uma vez que, conforme mencionado, o índice visa explicitar sumariamente determinado contexto, ao qual subjaz um distinto enquadramento teórico. Estas conclusões, associadas às insuficiências ou simplificação dos índices, têm conduzido diversos autores a preferir a adoção de painéis (“dashboards”) de indicadores (Mazziotta et al., 2013).

Até ao ano de 2008, haviam sido contabilizados mais de 100 índices compósitos em todo o mundo, adotados por organismos públicos, meios académicos e publicações especializadas (Mazziotta et al., 2013)⁴. Este facto é demonstrativo da acuidade e atualidade do desenvolvimento como fenómeno multidimensional (económica, social, ambiental, etc.). Não obstante esta evolução, o PIB mantém uma popularidade e relevância a nível mundial que, até hoje, nenhum outro índice conseguiu suplantar ou mesmo aproximar. A única alternativa mais bem-sucedida, até ao presente, é o Índice de Desenvolvimento Humano (Mazziotta et al., 2013).

Em seguida, apresenta-se uma síntese dos índices compósitos considerados mais influentes a nível internacional, de acordo com a revisão bibliográfica efetuada.

3.2. Índice de Desenvolvimento Humano

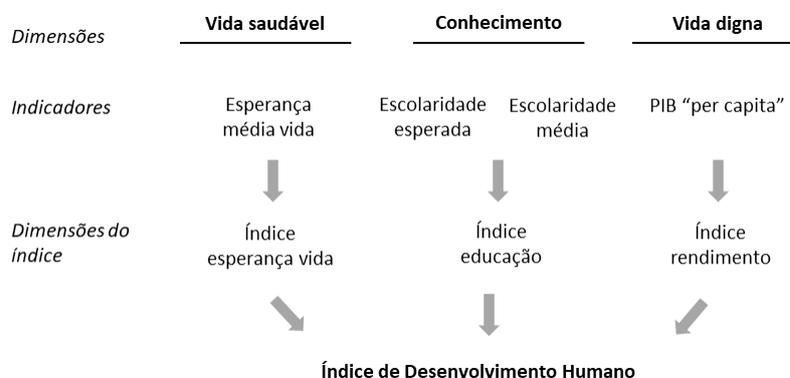
O Índice de Desenvolvimento Humano, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consiste numa medida sumária das realizações em três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e o acesso a um nível de vida digno. O desenvolvimento humano é, assim, entendido como um processo de alargamento das escolhas das pessoas (PNUD, 1990). Além destas dimensões, importa enquadrar um conjunto de outras capacidades associadas ao desenvolvimento humano e ao bem-estar, como sejam, os direitos humanos e as liberdades políticas (Morse, 2023).

Os indicadores utilizados para a caracterização de cada uma das três dimensões enunciadas são: a esperança média de vida (em anos) no domínio da saúde; a escolaridade média (em anos) e os anos esperados de escolaridade no domínio da educação; e o PIB “per capita” no domínio dos padrões de vida. Na sua versão original, em 1990, o indicador usado no domínio da educação era a taxa de alfabetização de adultos. Fruto do progresso das décadas mais recentes, este indicador deixou de

⁴ Bandura (2008) citado em Mazziotta et al., 2013

constituir um fator diferenciador a nível internacional, tendo sido substituído pelos dois indicadores supracitados.

Figura 3.2 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Adaptado de PNUD, 2024

Desde o seu lançamento, em 1990, o IDH tornou-se a referência internacional na ótica do desenvolvimento humano. A comparabilidade dos países exigia a adoção de idênticos indicadores estatísticos, de acordo com os dados disponíveis, sobretudo nos países em desenvolvimento. Desde cedo, foi reconhecida a insuficiência dos indicadores do IDH no tratamento das desigualdades (Anand e Sen, 1994), uma vez que somente os países mais desenvolvidos dispunham de dados estatísticos mais abrangentes, capazes de identificar as diferenças por grupos, por género, etc. Daí, a adoção de indicadores médios, por país, para cada uma das três dimensões referidas. Até 2009, o IDH de cada país era calculado segundo a média aritmética dos indicadores. A partir de 2009, o IDH passou a ser calculado pela média geométrica dos índices normalizados para cada dimensão (vide fórmulas 1⁵ e 2).

$$\text{Índice dimensão} = \frac{x - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}} \quad (1)$$

Esta alteração metodológica visou obviar o efeito de compensação supracitado pela utilização da média aritmética, evitando que, em determinado país, p. ex., a esperança média de vida mais robusta fosse compensada por níveis de escolaridade mais reduzidos. Como antes se referiu, o uso da média geométrica penaliza os registos (no caso, países) em que um ou mais indicadores apresentam um fraco desempenho na sua comparação internacional. A intenção subjacente, por parte da ONU, é sinalizar uma visão mais abrangente do desenvolvimento, de modo que os decisores políticos tenham em atenção simultaneamente estas três dimensões básicas da vida humana (PNUD, 1990).

⁵ O índice de cada dimensão é calculado pela diferença do registo de cada país (valor “x”) e o valor mínimo a dividir pela amplitude máxima possível, teórica ou real (valor máximo - valor mínimo)

$$\text{IDH} = (I_{\text{Saúde}} \times I_{\text{Educação}} \times I_{\text{Rendimento}})^{1/3} \quad (2)$$

A normalização de cada um dos indicadores teve em consideração a necessidade de assegurar a comparação temporal dos registos do índice, atribuindo os valores mínimo (0) e máximo (1) da escala de cada indicador, de acordo com os dados históricos e as projeções disponíveis (Anand e Sen, 1994). No caso da esperança média de vida, o número mínimo é de 20 anos (apesar de não haver registos internacionais inferiores a 35 anos) e o valor máximo é de 85 anos (previsto atingir em alguns países desenvolvidos em 2050).

Os dois indicadores associados à educação são: o número médio de anos de escolaridade (com um mínimo de 0 anos e um máximo de 18, equivalente à obtenção de um mestrado na maioria dos países); e o número esperado de anos de escolaridade (com um mínimo de 0 anos e um máximo de 15, valor projetado deste indicador para 2025)⁶. Para a construção do IDH, é calculada uma média aritmética dos dois indicadores associados à educação (PNUD, 2024).

Na dimensão dos padrões de vida, o indicador selecionado é o PIB “per capita” medido em paridades de poder de compra. Aqui, o valor mínimo considerado é de 100 dólares e o valor máximo é de 75.000 dólares (a preços constantes; ano-base 2017). O patamar mínimo corresponde a níveis de elevada pobreza, acompanhados de uma economia informal e de subsistência; o patamar máximo foi estabelecido após estudos terem demonstrado o efeito marginal no bem-estar social de rendimentos médios acima daquele montante (PNUD, 2018)⁷. A significativa amplitude dos níveis de rendimento a nível mundial levou a que a normalização deste indicador fosse precedida pela sua conversão numa escala logarítmica.

De acordo com o último relatório produzido pela agência da ONU (PNUD, 2024), tendo como referência o ano de 2022, Portugal ocupa a 42ª posição (com um valor de 0,874) num “ranking” de 193 países e territórios, liderado pela Suíça (0,967), seguido da Noruega (0,966) e Islândia (0,959). O último lugar da tabela é ocupado pela Somália (0,380).

3.3. Os novos índices da ONU

Nos últimos anos, o PNUD tem vindo a publicar um conjunto de outros índices, complementares ao IDH, que visam dar resposta às questões das desigualdades e da sustentabilidade. Consciente das limitações do IDH, e graças à crescente disponibilidade de dados fiáveis, a agência da ONU publicou em 2010 três novos índices: o Índice de Pobreza Multidimensional, o Índice de Desenvolvimento

⁶ A agência da ONU faz esta distinção tendo em conta que muitos países em desenvolvimento têm um baixo nível de escolaridade entre os adultos (primeiro indicador), mas tencionam alcançar a universalidade do ensino primário e secundário na população em idade escolar (segundo indicador). A utilização da média aritmética dos dois índices de educação permite uma substituíbilidade perfeita entre ambos.

⁷ Kahneman e Deaton (2010) citados em PNUD, 2018

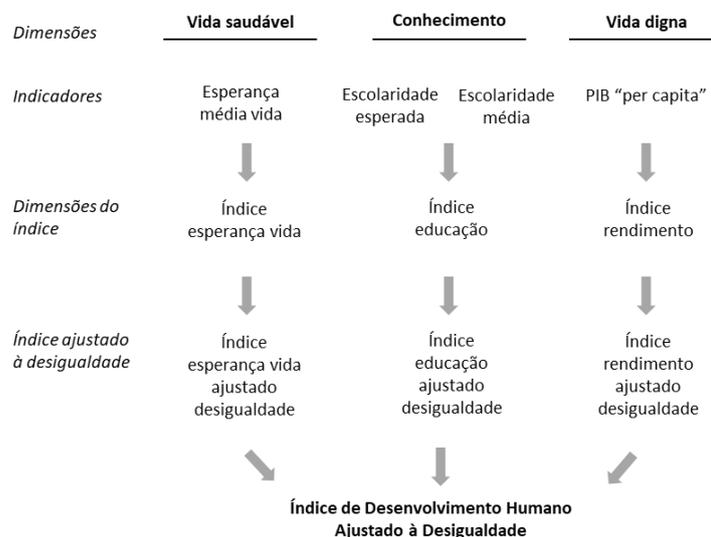
Humano Ajustado à Desigualdade e o Índice de Desigualdade de Género. Em 2014, foi aditado o Índice de Desenvolvimento Humano por Género.

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), como o nome indica, ajusta o IDH segundo a desigualdade na distribuição pela população em cada indicador. A obtenção dos dados relativos à distribuição dos registos pela população pressupõe a existência de fontes de informação adicionais, de que é exemplo o inquérito europeu sobre o rendimento e as condições de vida (com o acrónimo em inglês EU-SILC – European Union Statistics on Income and Living Conditions). Em termos metodológicos, a medida de desigualdade é expressa pela unidade menos o quociente da média geométrica pela média aritmética, ficando compreendida entre o valor de 1 (total desigualdade) e de 0 (total igualdade). Assim, o IDHAD “desconta” o valor médio de cada dimensão de acordo com o seu nível de desigualdade: a diferença relativa entre os valores do IDHAD e do IDH retrata a perda devida à desigualdade na distribuição do IDH dentro de cada país (vide fórmula 3)⁸.

$$\text{IDHAD} = [(1 - A_{\text{Saúde}}) \times (1 - A_{\text{Educação}}) \times (1 - A_{\text{Rendimento}})]^{1/3} \times \text{IDH} \quad (3)$$

Apesar de somente os países com sistemas estatísticos mais robustos deterem informações ao nível individual ou do agregado familiar, a existência do IDHAD permite sinalizar as diferenças no “ranking” internacional do IDH, sendo penalizados os países com maior iniquidade nas dimensões observadas.

Figura 3.3 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade



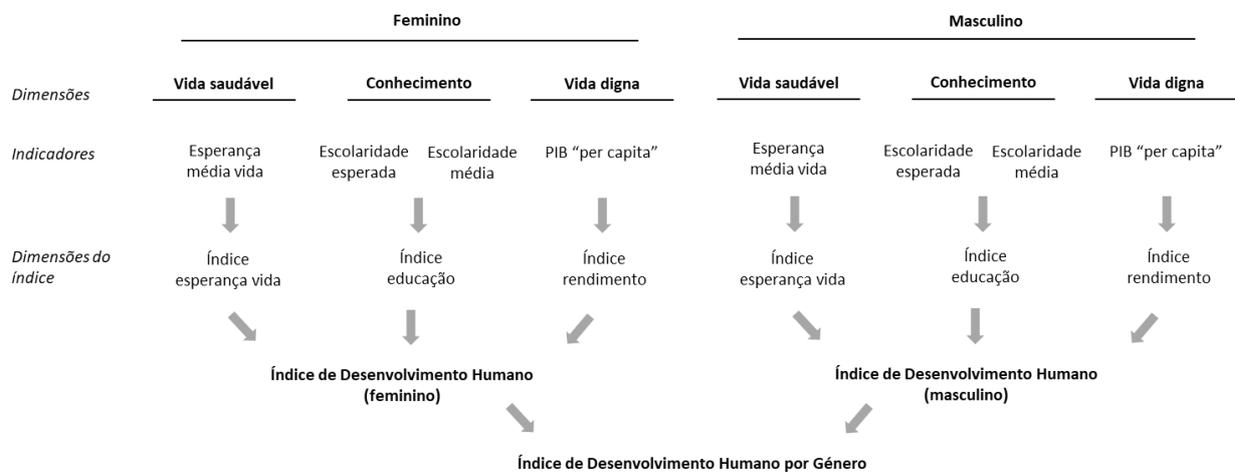
Fonte: Adaptado de PNUD, 2024

⁸ Na fórmula 3, “A” corresponde à medida de Atkinson ou medida de desigualdade, sendo igual a 1 menos o quociente da média geométrica com a média aritmética (PNUD, 2024)

O Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG) mede as disparidades do IDH, segundo o género. Os indicadores usados são similares ao IDH – longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento “per capita” – sendo estimados separadamente para mulheres e homens. Em ambos os casos, o índice por género resulta da média aritmética das três componentes do IDH. O IDHG consiste, assim, no rácio entre o índice feminino (IDH_F) e o índice masculino (IDH_M). Donde que, quanto mais perto este rácio se encontrar do valor de 1, menor é a diferença entre homens e mulheres.

$$\text{IDHG} = \frac{\text{IDH}_F}{\text{IDH}_M} \quad (4)$$

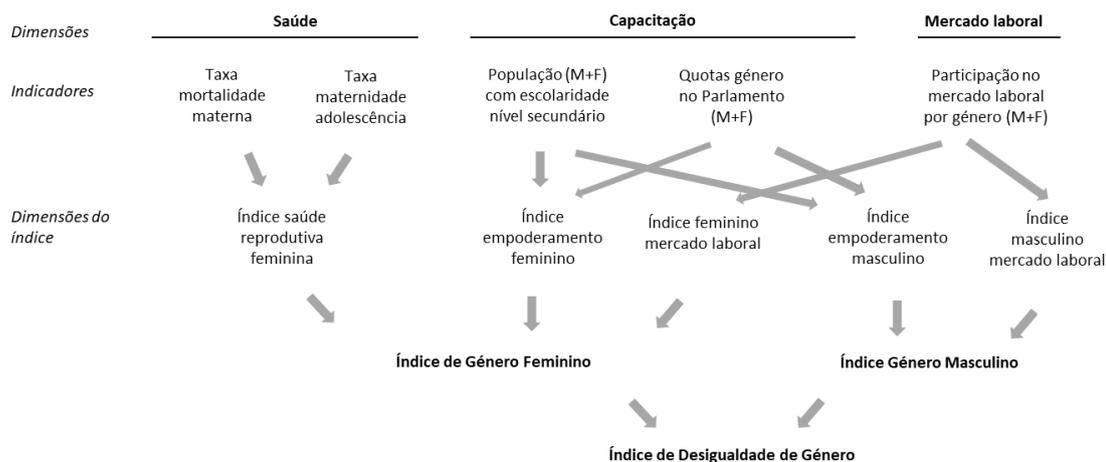
Figura 3.4 – Dimensões e indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano por Género



Fonte: Adaptado de PNUD, 2024

O Índice de Desigualdade de Género (IDG) apresenta uma avaliação compósita da desigualdade de género em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Os indicadores de saúde reprodutiva são a taxa de mortalidade materna e a taxa de natalidade na adolescência. Os indicadores de capacitação são a percentagem de assentos parlamentares detidos por mulheres e a percentagem da população com nível de educação secundária ou superior por sexo. O indicador do mercado de trabalho consiste na participação no mercado laboral por sexo. O IDG visa traduzir a potencial perda de desenvolvimento humano em consequência da desigualdade entre mulheres e homens: quanto menor o IDG (próximo de 0), maior a paridade entre sexos.

Figura 3.5 – Dimensões e indicadores do Índice de Desigualdade de Género



Fonte: Adaptado de PNUD, 2024

Além destes, o PNUD desenvolveu outros dois índices: o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP). O IPM destina-se, sobretudo, aos países em vias de desenvolvimento, e visa captar as privações enfrentadas pelas pessoas em três domínios: saúde, educação e nível de vida. Todos os dados deste índice são obtidos a partir de inquéritos aos agregados familiares nesses países. Um conjunto de 10 indicadores (na saúde, a nutrição e a mortalidade infantil; na educação, os anos de escolaridade e a frequência escolar; nas condições de vida, a eletricidade, o saneamento, a água potável, a habitação, a energia da cozinha, o património familiar) concorre para a determinação do nível de pobreza multidimensional (p. ex., considerada “pobreza multidimensional grave” ou “vulnerável à pobreza multidimensional”), consoante a severidade da situação.

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP) ajusta o nível de desenvolvimento humano pelas emissões de dióxido de carbono “per capita” (com base na produção) e pela pegada material “per capita” (atribuição da extração global de materiais à procura interna de um país), no intuito de apurar a existência de pressão humana excessiva sobre a Terra. O IDHP é calculado pela multiplicação do IDH com o fator de ajustamento “1 - A”, em que “A” é a média aritmética dos índices das emissões de CO2 “per capita” e da pegada material “per capita”. Num cenário ideal, sem pressão sobre o planeta, o IDHP seria igual ao IDH (ou seja, A = 0). Assim sendo, quanto maior a pressão humana sobre o ambiente, menor será o IDHP em relação ao IDH. Segundo a agência da ONU, o propósito do IDHP é ser um incentivo para a transformação e para a integração dos desafios ambientais num processo de desenvolvimento humano intergeracional. Apesar de o IDH não ser afetado pela pressão ambiental, continua a ser um importante referencial do desenvolvimento.

$$\text{IDHP} = (1 - A) \times \text{IDH} \quad (5)$$

3.4. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: índice e painéis

Em 2015, foi criada a Agenda 2030, num processo liderado pela ONU, com o envolvimento de inúmeras entidades governamentais e outras instituições, na sequência das lições aprendidas com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015. A Agenda 2030 é uma agenda alargada que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental), sendo constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): desde a erradicação da pobreza até à proteção da vida marinha, passando pelo trabalho digno e pela produção e consumo sustentáveis, entre outros.

Nos últimos anos, as questões ambientais e sociais – por força de fenómenos como a pandemia Covid-19 e a crise climática – têm ganho uma expressão crescente na agenda política internacional. Os ODS, com o propósito de serem alcançados em 2030, constituem-se como um importante barómetro do progresso de cada país em matéria de sustentabilidade. Nos últimos anos, têm sido publicados anualmente os relatórios de desenvolvimento sustentável (“Sustainable Development Report”), o último dos quais em 2024, caracterizando o diagnóstico desse progresso em relação aos ODS, em todos os 193 países e territórios da ONU.

A síntese do relatório é dada pelo Índice Global dos ODS, calculado para cada país, bem como para as principais regiões do mundo (p. ex., países da OCDE, BRICS, África subsariana, etc.). O índice global tem um valor máximo de 100, pelo que os resultados por objetivo podem ser interpretados como uma percentagem de realização desse objetivo (p. ex., um resultado de 86,4 para a Finlândia em 2024 significa que o país atingiu 86,4% dos ODS, faltando cumprir 13,6% dos mesmos).

O índice global contempla um total de 98 indicadores, sendo acrescentados 27 indicadores para os países-membros da OCDE, devido à maior amplitude de dados estatísticos fiáveis. Anualmente, é feito um ajustamento ao perímetro de indicadores e aos procedimentos metodológicos, à medida da quantidade e qualidade dos dados estatísticos disponíveis (Sachs et al., 2024). Em regra, estes dados são provenientes de fontes oficiais (Banco Mundial, OCDE, UNICEF, FAO, etc.), que garantem um rigoroso processo de validação. Os indicadores incluídos no índice devem observar critérios de seleção como: a relevância e aplicabilidade à maioria dos países, a fiabilidade estatística, a periodicidade e a mensurabilidade das metas (valor máximo ou ótimo por indicador). Em complemento, em cerca de um terço dos indicadores, são utilizados dados obtidos por instituições não-governamentais (universidades, organizações da sociedade civil, etc.), usando técnicas diversas como estimativas, inquéritos, imagens de satélite, entre outras (Sachs et al., 2024).

Figura 3.6 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2024

O procedimento de cálculo do Índice Global dos ODS é composto por três etapas: (i) o estabelecimento de limites de desempenho e o “corte” de valores atípicos (“outliers”) da distribuição de cada indicador; (ii) o reescalonamento dos dados, numa escala de 0 (mínimo) a 100 (máximo) de modo a assegurar a comparabilidade entre os indicadores (normalização); e (iii) a agregação dos indicadores no seio de cada ODS e no Índice Global (Sachs et al., 2024; Lafortune et al., 2018).

A conversão dos dados numa escala (no caso, de 0 a 100) é sensível à escolha dos limites e aos valores atípicos (“outliers”). Neste sentido, de acordo com a recomendação da OCDE⁹ (Lafortune et al., 2018), o valor mínimo da escala é fixado no percentil 2,5. O valor máximo da escala em cada indicador é determinado por uma destas opções sucessivas: (i) o uso das metas dos ODS (p. ex., pobreza zero, acesso universal à água e saneamento, total paridade de género, etc.); (ii) não havendo uma meta explícita nos ODS, o uso do princípio de “não deixar ninguém para trás” (“leave-no-one-behind”); (iii) a utilização das metas de base científica para 2030 como marco dos 100% (p. ex., 100% de gestão sustentável das pescas); e (iv), para os restantes indicadores, o uso da média dos 5 países com melhor desempenho. Aos registos que excedam o limite máximo, é-lhes atribuído o valor 100; aos registos abaixo do limite mínimo, é-lhes atribuído o valor 0.

Uma vez estabelecidos os limites mínimo e máximo em cada indicador, segue-se a etapa de normalização, na qual as variáveis são transformadas linearmente na referida escala de 0 a 100, de acordo com a fórmula 6¹⁰. No reescalonamento da fórmula, todas as variáveis são expressas em valores ascendentes, ou seja, valores superiores correspondem a melhores desempenhos.

⁹ OCDE e JRC (2016) citados em Lafortune et al., 2018

¹⁰ “x” é o valor original, “max” e “min” são os valores máximo e mínimo, e “x' ” é o valor normalizado

$$x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} \times 100 \quad (6)$$

Para a etapa da ponderação e agregação, a agência da ONU optou por atribuir idêntica ponderação aos indicadores dentro de cada ODS, bem como idêntica ponderação a cada um dos 17 ODS para o índice global. Nas etapas preparatórias deste índice, não houve consenso entre os especialistas quanto à utilização de ponderações distintas entre os ODS, opção que teria implicações no desempenho e na posição relativa dos países no “ranking” mundial (Booyesen, 2002; Sachs et al., 2024). A atribuição de idêntica ponderação a cada ODS tem o significado político de conferir igual importância a cada um dos objetivos, sinalizando o compromisso dos decisores no tratamento equitativo e integrado do conjunto dos 17 ODS. Sublinhe-se que a utilização de “igual ponderação” não significa uma “ausência de ponderação” (Lafortune et al., 2018), mas antes que este é o método mais adequado face a métodos alternativos, considerados menos satisfatórios pelas partes envolvidas no desenho dos ODS.

O número de indicadores dentro de cada ODS é distinto, tendo vindo a ser ajustado consoante a disponibilidade dos dados. Por isso, o peso relativo de cada indicador num objetivo é inversamente proporcional ao número de indicadores considerados nesse objetivo (p. ex., num ODS com 9 indicadores, cada indicador tem uma ponderação de 1/9).

Tabela 3.2 – Nº indicadores por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2024)

ODS	Nº	ODS	Nº
1) Erradicar a pobreza	3	10) Reduzir as desigualdades	3
2) Erradicar a fome	9	11) Cidades e comunidades sustentáveis	6
3) Saúde de qualidade	17	12) Produção e consumo sustentáveis	8
4) Educação de qualidade	8	13) Ação climática	4
5) Igualdade de género	5	14) Proteger a vida marinha	6
6) Água potável e saneamento	7	15) Proteger a vida terrestre	5
7) Energias renováveis e acessíveis	4	16) Paz, justiça e instituições eficazes	12
8) Trabalho digno e crescim. económico	9	17) Parcerias para implementação objetivos	8
9) Indústria, inovação e infraestruturas	11		

Fonte: Elaboração própria

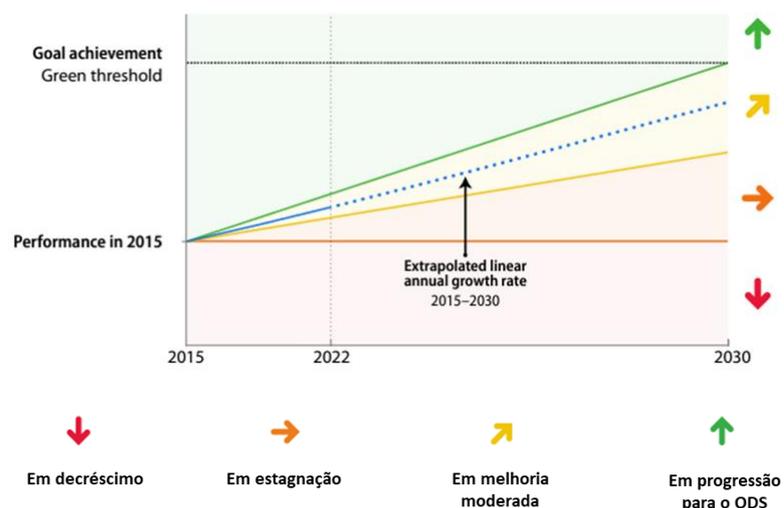
Em alternativa à utilização da média aritmética, os autores consideraram a aplicação da média geométrica (que, como foi visto, penaliza os desempenhos mais desfavoráveis) e da função de produção de Leontief (aqui, seria assumido o valor mínimo de determinado indicador ou ODS para o cômputo do objetivo ou do índice global, respetivamente), tendo sido feitas análises de sensibilidade para o efeito. Não obstante, a média aritmética foi tida como mais adequada pela sua simplicidade (Lafortune et al., 2018).

Os testes de robustez e sensibilidade incluíram a análise de redundância (sem colinearidade entre objetivos), o Coeficiente Alfa de Cronbach, a testagem dos valores atípicos (p. ex., percentil 5 para o mínimo do indicador), e o método de Monte Carlo (para simulação no uso de diferentes ponderações) (Lafortune et al., 2018). Na tabela 3.2, é indicado o número atual de indicadores por cada ODS.

Em complemento ao Índice Global dos ODS, o PNUD disponibiliza um conjunto de informação adicional sob o formato de painéis (“dashboards”), com o propósito de permitir o acompanhamento da tendência de cada território face aos ODS projetados em 2030. A principal intenção reside em informar os decisores e a opinião pública sobre o progresso do território em cada ODS, facto que pode ser ocultado caso se atente unicamente à média obtida no Índice Global.

Para este efeito, foi criado um sistema de “semáforos” (verde, amarelo, laranja e vermelho), acompanhado de setas que exprimem as tendências de evolução no período de 2015 a 2030. A figura 3.7 ilustra as quatro tendências possíveis. A seta vermelha representa uma situação de decréscimo em relação a um ODS (ou seja, um afastamento do objetivo); a seta laranja ilustra os casos sem progressão ou com progressão reduzida (com menos de 50% da taxa de crescimento anual necessária para o cumprimento dos ODS em 2030); a seta amarela representa os casos de evolução moderada (com um ritmo entre 50% e 100% da taxa de crescimento anual necessária para o cumprimento dos ODS em 2030); e a seta verde assinala os casos cuja evolução denota o ritmo adequado para a meta dos ODS em 2030.

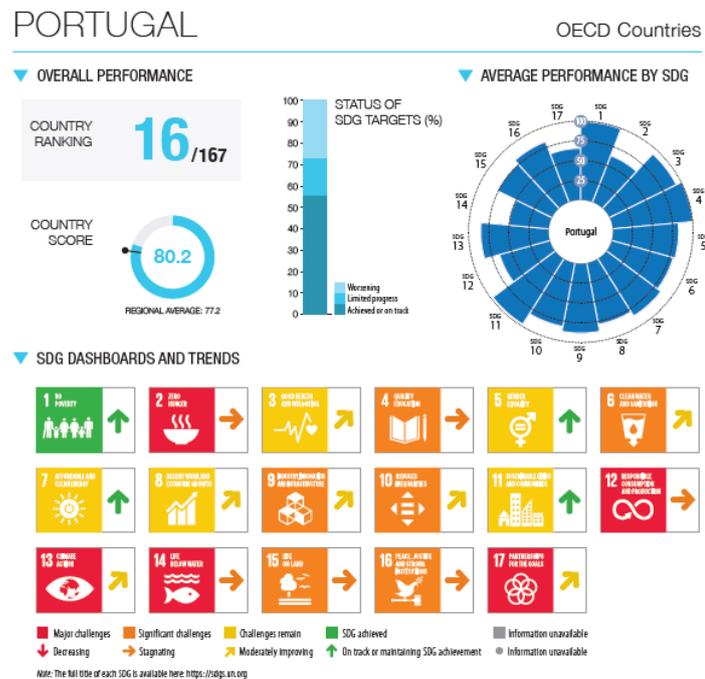
Figura 3.7 – Representação gráfica da metodologia de tendências de evolução para os ODS



Fonte: Sachs et al., 2024

Ao nível da comunicação, estão disponíveis “sites” de internet apelativos, que permitem aos utilizadores comparar o desempenho relativo dos territórios na prossecução de cada um dos ODS, designadamente, o “site” “Sustainable Development Report”¹¹ e o “SGDs and me”¹², este último um diretório do “site” do Eurostat.

Figura 3.8 – Perfil de Portugal no Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2024



Fonte: Sachs et al., 2024

O primeiro “site” possibilita o acesso a informação diversa, como sejam, relatórios anuais, “ranking” internacional, perfil de cada país, mapas e gráficos interativos (permitindo ao utilizador avaliar o progresso de determinado ODS ou país). O “micro-site” “SGDs and me” permite, igualmente de forma interativa, verificar a evolução dos países europeus em cada objetivo. A linguagem acessível para o grande público e as ferramentas interativas destes “sites” constituem exemplos de boas práticas em matéria de comunicação dos índices compostos.

3.5. Índice “Better Life”

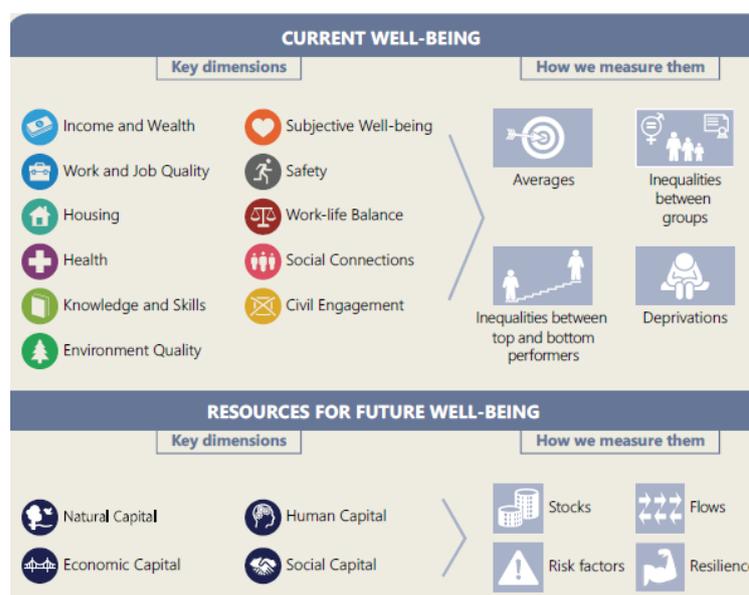
Em 2011, a OCDE lança a iniciativa “Better Life” com o propósito de contribuir para a compreensão e medição do “bem-estar”. Nesse ano, a instituição publica o relatório “How's Life? – Measuring Well-Being” (OCDE, 2011), dando enquadramento teórico ao Índice “Better Life” (IBL) e ao respetivo “site”, seguidamente descritos.

¹¹ Vide em <https://dashboards.sdgindex.org/>

¹² Vide em <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/visualisations/sdgs/index.html>

No enquadramento teórico da iniciativa da OCDE, é considerada uma distinção entre o bem-estar atual e o bem-estar futuro. O bem-estar atual deve ser medido pelos resultados alcançados em dois pilares mais amplos: (i) as condições materiais de vida (p. ex., rendimento e riqueza, emprego, habitação, etc.); e (ii) a qualidade de vida (p. ex., saúde, educação, relações sociais, etc.). O bem-estar futuro inclui um conjunto de recursos-chave que, sendo afetados pelas ações no presente, têm uma importância determinante no bem-estar das futuras gerações. Compreendem-se aqui quatro tipos de “capital”: o capital humano, o capital social, o capital natural e o capital económico (Durand, 2014; OCDE, 2011).

Figura 3.9 – Enquadramento conceptual do bem-estar segundo a OCDE



Fonte: OCDE, 2020

Esta iniciativa da OCDE assume uma ancoragem nas recomendações de especialistas internacionais, em especial, no relatório de Stiglitz et al. (2009) para o governo francês, atrás aludido. Tal como neste importante relatório, o enquadramento teórico usado pela OCDE para a medição do bem-estar atual tem quatro tópicos distintivos: (i) um enfoque nas pessoas (indivíduos e agregados) em vez da economia; (ii) um enfoque nos resultados em vez dos “inputs”; (iii) a relevância das desigualdades sociais e económicas por toda a população (idade, género, classe social) nos vários aspetos associados ao bem-estar; e (iv) a inclusão das experiências subjetivas dos indivíduos.

Tal como citado, o bem-estar atual encontra-se subdividido em dois pilares – condições materiais de vida e qualidade de vida – que, no seu todo, se subdividem em 11 domínios. Dentro das condições materiais de vida, são considerados três domínios: (i) o rendimento e riqueza, que mede os recursos económicos atuais das populações para a satisfação das suas necessidades; (ii) a disponibilidade e qualidade dos empregos, pela oportunidade conferida ao desenvolvimento das capacidades e

ambições das pessoas; (iii) e o acesso e qualidade da habitação, como elemento básico de satisfação das necessidades individuais. No âmbito do pilar da qualidade de vida, estão elencados oito domínios: (i) a saúde física e mental; (ii) a educação e as competências; (iii) o equilíbrio entre a vida profissional e familiar (“work-life balance”); (iv) a governança e o envolvimento cívico; (v) as relações sociais; (vi) a qualidade do meio ambiente; (vii) a segurança; e (viii) o bem-estar subjetivo do indivíduo.

Deste modo, o enquadramento conceptual da OCDE é inspirado na abordagem das capacidades proposta por Sen (Sen, 1985), segundo a qual o bem-estar é um conceito multidimensional, em que importa não apenas aquilo que as pessoas são e fazem (“functioning”), mas também a sua liberdade de escolha nos vários aspetos da vida.

Para efeito da seleção dos indicadores, a OCDE optou por uma perspetiva prática em articulação com os organismos nacionais de estatísticas. Assim, os indicadores escolhidos devem ser: (i) fáceis de interpretar; (ii) comumente aceites pelos organismos oficiais e investigadores; (iii) comparáveis entre países; (iv) baseados em dados recolhidos periodicamente; (v) centrados em resultados; e (vi) permitirem uma desagregação dentro da população visada (Durand, 2014).

Na sequência das boas práticas anteriores, tornou-se evidente a insuficiência da utilização das médias nacionais para a adequada caracterização de muitas realidades económicas e sociais. Com efeito, é relevante a análise da distribuição do bem-estar atual por toda a população, devendo ser tido em conta três tipos de desigualdade: lacunas entre grupos populacionais (desigualdades horizontais, p. ex., entre homens e mulheres, idosos e jovens, etc.); lacunas entre aqueles que estão no topo e os que estão na parte inferior da escala em cada dimensão (desigualdades verticais, p. ex., o rendimento dos 20% dos indivíduos mais ricos em comparação com o dos 20% mais pobres); e privações (ou seja, a parte da população que está abaixo de determinado limiar de desempenho, p. ex., com um nível mínimo de competências ou de saúde) (OCDE, 2020).

Desde a primeira versão do IBL em 2011, o conjunto de indicadores tem sofrido alterações, tendo em conta a maior qualidade e disponibilidade de dados estatísticos em diversos países-membros da OCDE. A tabela 3.4 ilustra a lista atual de indicadores do IBL, plasmada no relatório “How’s Life? 2020 – Measuring Well-Being” (OCDE, 2020). Esta lista engloba um total de 24 indicadores principais (“headline indicators”), 12 dos quais são indicadores relativos a valores médios do bem-estar atual e outros 12 indicadores traduzem as desigualdades no respetivo domínio.

Tabela 3.3 – Lista atual de indicadores do Índice “Better Life” – bem-estar atual

Domínios	Indicadores	Tipo
Habituação	Rendimento disponível após despesas de habitação Taxa de sobreocupação da habitação	Média Desigualdade
Rendimento e riqueza	Rendimento disponível ajustado líquido do agregado Rendimento líquido mediano do agregado Riqueza líquida por agregado – rácio S80/S20	Média Média Desigualdade
Emprego	Taxa de emprego Diferença salarial entre géneros Empregados com demasiadas horas trabalho	Média Desigualdade Desigualdade
Saúde	Esperança de vida à nascença Diferença na esperança de vida segundo educação	Média Desigualdade
Comunidade	Tempo dedicado a família e amigos Perceção de falta de apoio social	Média Desigualdade
Educação	Competências estudantes (15 anos) em ciências Estudantes com reduzidas competências	Média Desigualdade
Ambiente	Acesso a espaços verdes População exposta à poluição do ar	Média Desigualdade
Participação cívica	Participação eleitoral	Média
Satisfação pessoal	Satisfação com a vida População insatisfeita com a vida	Média Desigualdade
Segurança	Taxa de homicídios Diferença de perceção de segurança entre géneros	Média Desigualdade
Equilíbrio vida e trabalho	Diferença de demasiadas horas trabalho entre géneros Tempo dedicado ao lazer e atividades pessoais	Desigualdade Média

Fonte: Adaptado de OCDE, 2024

Tabela 3.4 – Lista atual de indicadores do Índice “Better Life” – bem-estar futuro

Domínios	Indicadores
Capital económico	Produção de ativos fixos Património líquido do Estado (variação) Dívida das famílias
Capital natural	Emissões de gases de estufa Pegada material Lista vermelha de espécies ameaçadas
Capital humano	População jovem adulta com nível secundário/superior População desempregada e subempregada Mortalidade prematura
Capital social	Confiança interpessoal Confiança no governo/Estado Paridade nos assentos parlamentares

Fonte: Adaptado de OCDE, 2024

As fontes de informação utilizadas são maioritariamente provenientes de fontes oficiais, como a própria OCDE, as estatísticas das Nações Unidas e os institutos nacionais de estatística. Em alguns casos, os indicadores são baseados em dados de inquéritos (p. ex., o Gallup World Poll). Tendo em conta a heterogeneidade destas fontes de informação, a OCDE optou por construir, não um índice compósito, mas antes um painel de 24 indicadores principais, distribuídos pelos 11 domínios já referidos. Conforme aludido, esta opção metodológica tem como vantagem significativa a apresentação de informação separada em cada dimensão do bem-estar. Porém, torna mais exigente a sua comunicação junto do grande público e dos “media”, em comparação com a leitura mais imediata de um índice compósito (Durand, 2014).

Ainda em termos metodológicos, tal como noutros índices, foi feita a normalização e agregação dos indicadores. A normalização impõe-se necessariamente pelo facto de os dados serem expressos

em diferentes unidades (p. ex., em moeda, em anos, etc.). Conforme a prática prosseguida noutros índices, o valor mínimo (pior resultado possível) de cada indicador é de 0 e o valor máximo (melhor resultado possível) é igual a 1. Deste modo, o cálculo do valor “normalizado” corresponde ao quociente entre a diferença do valor “x” com o mínimo e a diferença dos valores máximo e mínimo (ou seja, a amplitude máxima do indicador).

$$x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} \times 100 \quad (7)$$

Nos casos em que o indicador mede um componente negativo do bem-estar (p. ex., desemprego), a fórmula de cálculo é ajustada para $1 - x'$:

$$1 - x' \text{ em que } x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} \times 100 \quad (8)$$

Ao nível da agregação, o índice apresenta um fator de particular interesse. Dentro de cada um dos 11 domínios, os indicadores têm idêntica ponderação. Assim, num domínio composto por 3 indicadores, cada um destes terá o peso relativo de 1/3 para a pontuação do respetivo domínio. Já no que respeita à ponderação dos 11 domínios para o cômputo global do IBL, a opção da OCDE recaiu em dar aos utilizadores a possibilidade de efetuarem a sua própria ponderação de acordo com as suas sensibilidades e interesses, isto é, em consonância com o que consideram ser mais importante para o bem-estar pessoal.

Neste contexto, a OCDE não apresenta o IBL como um índice compósito “fechado”: a opinião pública é considerada como a melhor fonte de informação relativa ao bem-estar, apesar de diferentes necessidades e culturas que possam existir entre países ou mesmo entre regiões (Koronakos et al., 2020).

Para este efeito, a OCDE criou um “site” interativo – “Better Life Index”¹³ – no seio do qual o utilizador pode atribuir pesos relativos aos 11 domínios, classificando cada um deles numa escala de 0 (“sem importância”) a 5 (“muito importante”). Segundo o “site” e os relatórios da OCDE, a participação pública internacional cifra-se em mais de 100.000 contribuições o que, apesar de não ser considerada uma amostra representativa (por ausência de validação de outros quesitos de ordem socioeconómica), permite obter uma ideia das áreas mais relevantes para o bem-estar dos cidadãos. A título de exemplo, os utilizadores portugueses (mais de 2300 respostas) atribuem maior prioridade à (i) saúde, (ii) à satisfação pessoal e (iii) à segurança. Em média, os domínios mais destacados são: a saúde, a satisfação pessoal e a educação.

¹³ Vide em <https://www.oecdbetterlifeindex.org/>

Figura 3.10 – Página inicial do “site” interativo do Índice “Better Life”



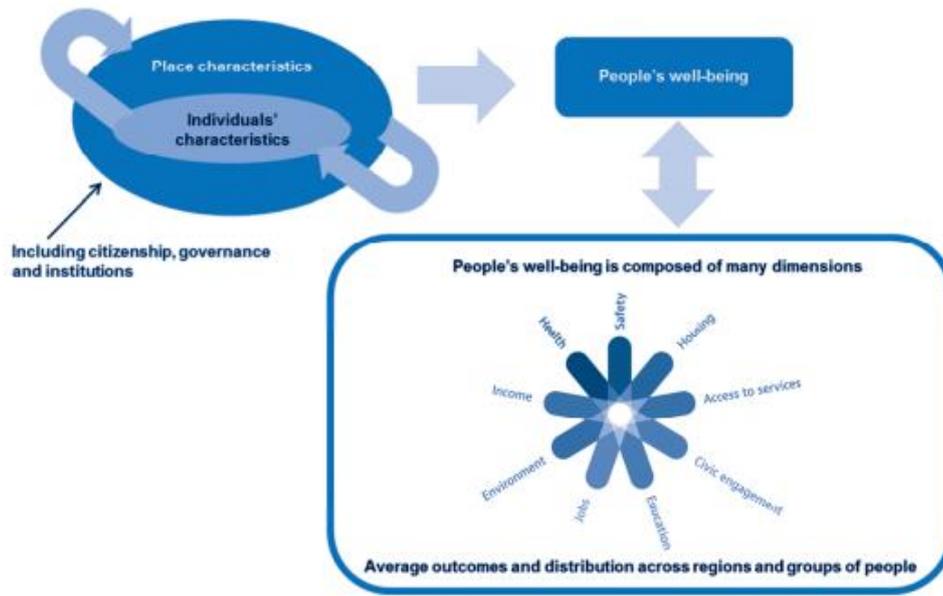
Fonte: OCDE, 2024

Nesta página de internet, a representação gráfica da situação de cada território é dada por uma flor com 11 pétalas, cada uma das quais respeitante a um domínio. Em geral, o “site” revela-se um instrumento de comunicação apelativo, convidando os utilizadores à participação (na ponderação dos domínios), com informação do perfil de cada país-membro e dos indicadores associados aos vários domínios.

Paralelamente ao desenvolvimento do IBL para cada país-membro da OCDE, a instituição tem vindo a desenvolver o índice de bem-estar regional, no seguimento de diversas publicações dedicadas aos temas regionais e urbanos, designadamente, o “How’s life in your region?” (OCDE, 2014) e o “Regions and cities at a glance” (OCDE, 2022). O enquadramento conceptual do índice de bem-estar regional é uma aproximação do IBL, sendo acentuado o carácter “local” (ou seja, as características intrínsecas dos territórios) para o bem-estar dos cidadãos, incluindo a articulação entre a comunidade e as instituições (qualidade da governação, participação cívica).

A série de publicações dedicada às cidades e regiões (“Regions and cities at a glance”) tornou evidentes as disparidades inter e intra-regionais que caracterizam a maioria dos países da OCDE, em áreas como os rendimentos, o emprego e a sustentabilidade. Com efeito, o uso de dados de nível infranacional permite obter uma visão mais detalhada da realidade de cada região. Não raras vezes, as condições sociodemográficas dos territórios – urbanos, periurbanos e rurais – têm implicações relevantes nos vários domínios qualificativos do bem-estar individual e social.

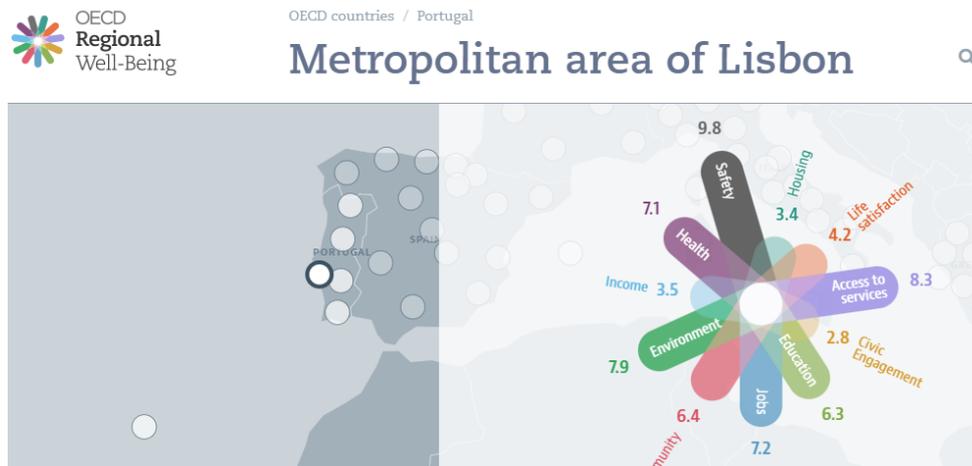
Figura 3.11 – Enquadramento conceptual do bem-estar a nível regional segundo a OCDE



Fonte: OCDE, 2014

O “site” interativo dedicado a este índice regional é um instrumento de comunicação que, a partir da localização do utilizador, ilustra a posição relativa da sua região em cada um dos 11 domínios do bem-estar enunciados. A cada domínio, é atribuído um valor numa escala de 0 a 10, baseado no desempenho dos indicadores pertencentes a esse domínio. Em termos visuais, a dimensão da “pétala” representa o resultado alcançado em cada domínio. O “site” não inclui um índice compósito (à semelhança do IBL), dando aos utilizadores informação comparativa de determinada região com regiões de outros países com resultados similares.

Figura 3.12 – Página do “site” interativo do índice de bem-estar regional (OCDE)



Fonte: OCDE, 2024

No plano metodológico, as etapas de normalização e agregação obedecem a princípios próximos dos utilizados no IBL. A fixação dos valores mínimo e máximo por indicador foi estabelecida no percentil 4 e 96, respetivamente, de modo a eliminar da distribuição os valores mais extremos, considerando um universo de 447 regiões no conjunto dos países da OCDE. A normalização de cada indicador é feita pela fórmula “min-max”¹⁴ supracitada, numa escala de 0 a 10. Nos domínios com mais de um indicador, é usada a média aritmética do valor normalizado dos respetivos indicadores.

Na tabela 3.6, está identificada a lista de indicadores considerados no “site” do índice de bem-estar regional. Segundo a OCDE, alguns indicadores não estão ainda disponíveis numa base regional (p. ex., os relacionados com o domínio “equilíbrio vida e trabalho”) e outros terão de ser aprofundados em futuras edições (p. ex., na acessibilidade a serviços e no ambiente). Para efeitos da definição de regiões, a instituição considerou para cada Estado-Membro as respetivas NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos): 7, no caso de Portugal¹⁵.

Tabela 3.5 – Lista atual de indicadores do índice de bem-estar regional (OCDE)

Domínios		Indicadores
Condições materiais	Habitação	Nº pessoas por quarto
	Rendimento	Rendimento disponível do agregado “per capita” (em PPP)
	Emprego	Taxa de emprego (%) Taxa de desemprego (%)
Qualidade de vida	Saúde	Esperança de vida à nascença (anos) Taxa de mortalidade ajustada pela idade (por 1000 hab)
	Educação	População empregada com nível de educação secundário ou sup. (%)
	Ambiente	Exposição média à poluição do ar
	Participação cívica	Participação eleitoral (%)
	Acesso a serviços	Agregados familiares com acesso de banda larga (%) Velocidade da internet (“downloads”): desvio da média OCDE (%)
	Segurança	Taxa de homicídios (por 100.000 hab)
Bem-estar subjetivo	Comunidade	População com apoio social (família, amigos) em caso necessidade (%)
	Satisfação com a vida	Autoavaliação da satisfação com a vida (0 a 10)

Fonte: Adaptado de OCDE, 2024

3.6. Índice de Competitividade Regional

Além dos índices supracitados, os organismos estatísticos internacionais, assim como inúmeros autores, têm vindo a propor outras propostas de índices ou de painéis de indicadores, visando responder à temática da qualidade de vida e bem-estar, bem como a domínios específicos que se intersejam com estes, como são os casos da competitividade e da sustentabilidade.

¹⁴ Vide a fórmula (6)

¹⁵ Desde 2024, o INE passou a adotar 9 NUTS II com a reconfiguração de alguns territórios para efeitos estatísticos e a criação das NUTS II Península de Setúbal mais Oeste e Vale do Tejo

No âmbito da competitividade à escala regional, um dos trabalhos de maior relevo tem sido conduzido pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, através do Índice de Competitividade Regional da União Europeia (ICR). Iniciado em 2010, e sucessivamente atualizado, este índice tem como objetivo a medição dos principais fatores de competitividade para todas as regiões (nível NUTS II) da UE. Partindo da noção de competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país (Schwab, 2012; Schwab e Porter, 2007)¹⁶, a definição proposta de competitividade regional integra a perspetiva das empresas e dos residentes (Dijkstra et al., 2011)¹⁷. Assim, a competitividade regional é entendida como a capacidade de um território em oferecer um ambiente atraente e sustentável, tanto para as empresas como para os residentes aí viverem e trabalharem (CE, 2023).

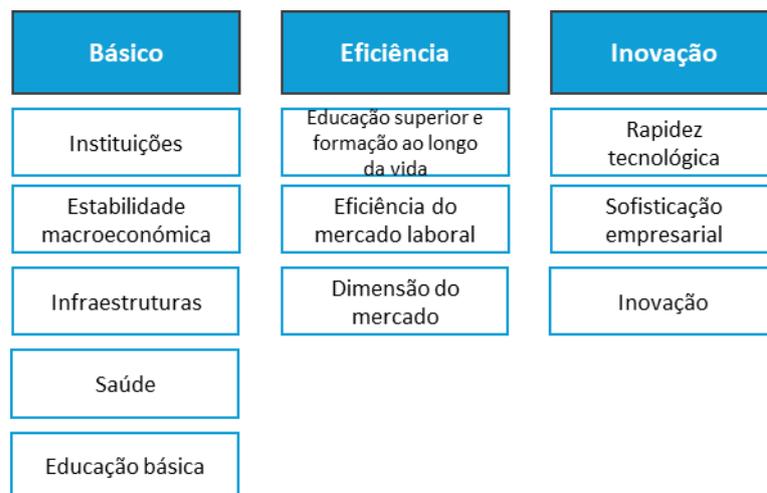
O ICR foi inspirado na metodologia do Fórum Económico Mundial para o seu Índice de Competitividade Global (ICG), tendo sido adaptado para o contexto regional da União Europeia, com o propósito de capturar os fatores subjacentes ao desenvolvimento económico a longo prazo em cada região – e assim explicar as desigualdades inter-regionais – considerando não apenas indicadores económicos em sentido estrito, mas também indicadores relacionados com o capital humano e a qualidade das instituições. Deste modo, visa-se apoiar as regiões a direcionar melhor as suas estratégias de desenvolvimento e permitir a comparação (“benchmarking”) com regiões congéneres da União Europeia (ou seja, mais aproximadas pelo seu PIB “per capita”).

As sucessivas edições do ICR obedeceram a ligeiros ajustamentos metodológicos e no perímetro de indicadores utilizados: na edição de 2022, os autores denominam este índice como ICR 2.0, sublinhando a atualização efetuada. O ICR é estruturado em três sub-índices – Básico, Eficiência e Inovação – e num total de 11 pilares, que abrangem os diversos aspetos da competitividade. O sub-índice Básico compreende os fatores motrizes de qualquer economia, incluindo cinco pilares: (1) instituições, (2) estabilidade macroeconómica, (3) infraestruturas, (4) saúde e (5) ensino básico. O sub-índice Eficiência integra três pilares: (6) educação superior e formação ao longo da vida, (7) eficiência do mercado laboral e (8) dimensão do mercado. À medida que uma economia regional se desenvolve, estes pilares têm subjacente uma mão-de-obra mais qualificada e um mercado laboral mais eficiente. Finalmente, o sub-índice Inovação inclui os três pilares que são os motores num estágio mais avançado de desenvolvimento económico: (9) rapidez tecnológica, (10) sofisticação empresarial e (11) inovação. Esta versão mais recente do ICR compreende um total de 68 indicadores.

¹⁶ Citados em CE, 2023

¹⁷ Citados em CE, 2023

Figura 3.13 – Estrutura conceptual do Índice de Competitividade Regional 2.0



Fonte: Adaptado de CE, 2023

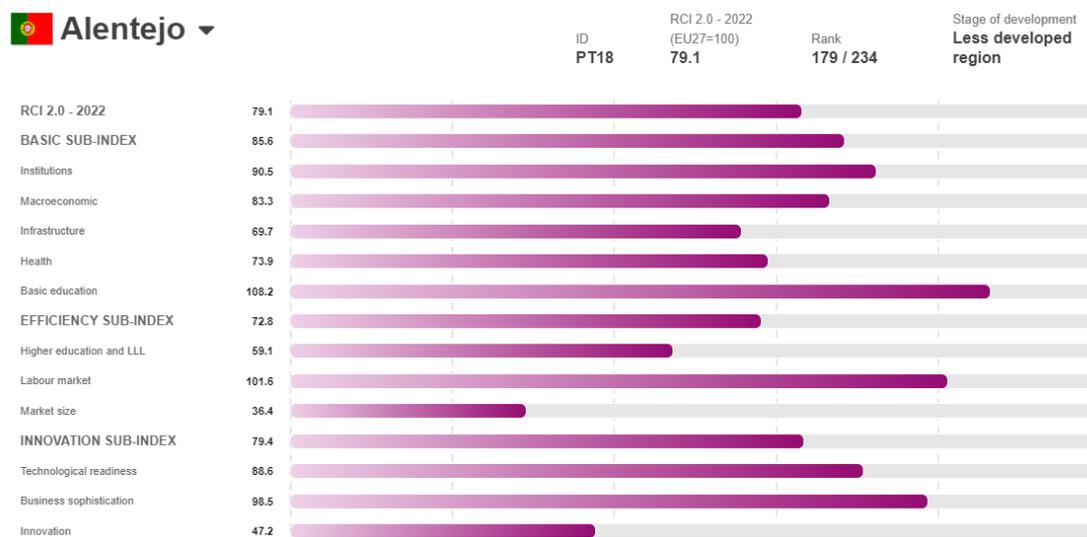
De acordo com os autores do ICR, a construção do índice obedeceu às 10 etapas elencadas no compêndio de índices compósitos da OCDE (OCDE, 2008). Na etapa da normalização, o método escolhido foi o “min-max”¹⁸: cada indicador ficou expresso numa escala de 0 (pior desempenho) a 100 (melhor desempenho). Na etapa da ponderação e agregação, foi usada uma igual ponderação para os indicadores-base até ao nível dos sub-índices. No nível superior, correspondente aos sub-índices para o índice global (ICR), foram aplicados diferentes pesos relativos consoante o grau de desenvolvimento das regiões europeias. Para este efeito, as regiões foram divididas em três estádios de desenvolvimento em função do seu PIB “per capita” medido em paridades de poder de compra. Assim, para as regiões menos desenvolvidas, com um PIB “per capita” inferior a 75% da média comunitária, as ponderações dos sub-índices são de 30% para o Básico, 50% para a Eficiência e 20% para a Inovação. Para as regiões em transição, com um PIB “per capita” entre 75% a 100% da média, as ponderações são de 25% para o Básico, 50% para a Eficiência e 25% para a Inovação. Para as regiões mais desenvolvidas, com um PIB “per capita” superior a 100% da média, as ponderações aplicadas são de 20% para o Básico, 50% para a Eficiência e 30% para a Inovação. Finalmente, executadas as etapas anteriores, os resultados de cada região são convertidos num índice global.

A publicação do ICR na sua versão 2.0 é acompanhada de um “site” que contém diversas ferramentas interativas¹⁹. Aqui, é possível analisar a competitividade de todas as regiões NUTS II da UE, podendo ser selecionados os pilares ou os sub-índices desejados. Além disso, está acessível o perfil de cada região, com as pontuações obtidas em cada pilar, bem como a comparação do seu desempenho com o país respetivo e com outras regiões congéneres.

¹⁸ Vide a fórmula 6

¹⁹ Vide o “site” em https://ec.europa.eu/regional_policy/assets/regional-competitiveness/index.html#/

Figura 3.14 – Perfil regional no “site” interativo do Índice de Competitividade Regional



Fonte: CE, 2023

Segundo análises recentes aos fatores-chave do crescimento económico regional, foi concluído que o sucesso económico está associado à existência de ganhos simultâneos em diversas áreas (ou pilares) e não em apenas uma ou algumas delas (Annoni et al., 2019)²⁰. Outros estudos demonstram a relação entre o PIB e a competitividade. Por um lado, níveis mais elevados do PIB correspondem a níveis mais elevados de competitividade, ainda que esta relação seja menos significativa em patamares superiores do PIB (nas regiões mais ricas). Por outro lado, nas regiões menos desenvolvidas, um ligeiro aumento na competitividade (impulsionado por melhorias em pilares como as instituições, a sofisticação empresarial, o ensino básico e a inovação) tem uma ligação forte com o aumento do PIB “per capita” (Podobnik et al., 2012).²¹

3.7. Índice de Progresso Social e Índice Regional de Progresso Social

O Índice Regional de Progresso Social (“EU Regional Social Progress Index”) constitui outro importante contributo para a “descodificação” dos fundamentos do desenvolvimento regional. Promovido pela Comissão Europeia desde 2016, este índice com um âmbito regional (NUTS II) surge na sequência do Índice de Progresso Social (“Social Progress Index”), publicado desde 2013, pela Social Progress Imperative, uma organização não-governamental norte-americana dedicada à análise do progresso social a nível mundial. Esta organização define o progresso social como a “capacidade de uma

²⁰ Citados em CE, 2023

²¹ Citados em CE, 2023

sociedade satisfazer as necessidades básicas dos seus cidadãos, estabelecer os alicerces que permitem aos cidadãos e às comunidades melhorar e manter a sua qualidade de vida e criar as condições para que todos os indivíduos alcancem o seu máximo potencial” (Social Progress Imperative, 2024).

Em termos conceptuais, o Índice de Progresso Social (IPS) distingue-se de outros índices pelo facto de se concentrar exclusivamente em dimensões não-económicas para a avaliação do desempenho social. Veja-se, p. ex., que o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice “Better Life” combinam indicadores económicos e sociais. Assim, segundo o IPS, a medição do bem-estar de determinado país é feita através de um conjunto de indicadores de resultado (“outcome”) independentes dos indicadores económicos desse país.

Nesta abordagem conceptual e metodológica, o progresso social é composto por três dimensões inter-relacionadas e correspondentes a estádios sucessivos de bem-estar social: as necessidades básicas, os fundamentos de bem-estar e as oportunidades. A primeira dimensão – necessidades básicas – avalia a capacidade de uma população sobreviver com alimentação adequada e cuidados médicos básicos, água potável, saneamento, habitação adequada e segurança pessoal. A segunda dimensão – os fundamentos de bem-estar – ilustra a possibilidade de os cidadãos obterem uma educação básica, obterem informação e comunicar livremente, beneficiarem de um sistema de saúde moderno, entre outros. Finalmente, a terceira dimensão – as oportunidades – concerne aos direitos das pessoas, suas liberdades e escolhas, ao grau de inclusão da sociedade e ao acesso à educação avançada: em conjunto, estes quesitos transmitem a forma como as sociedades limitam ou ampliam a autonomia, as liberdades individuais e a capacidade de ascensão social.

Cada uma das três dimensões enunciadas é composta por quatro componentes. Por sua vez, cada uma das componentes é constituída por 4 a 6 indicadores. A edição de 2024 do IPS inclui um total de 57 indicadores, numa lista que tem sido objeto de atualização em função dos dados disponíveis e da investigação mais recente sobre a temática. As fontes de informação utilizadas no IPS são múltiplas: desde instituições como a ONU, até a inquéritos (p. ex., Gallup World Poll) e a opiniões de especialistas (p. ex., Repórteres sem Fronteiras). Os indicadores usados obedecem a metodologias consistentes, estão publicamente disponíveis e abrangem a maioria ou a totalidade dos países.

Figura 3.15 – Enquadramento conceptual do Índice de Progresso Social



Fonte: Adaptado de Stern et al., 2024

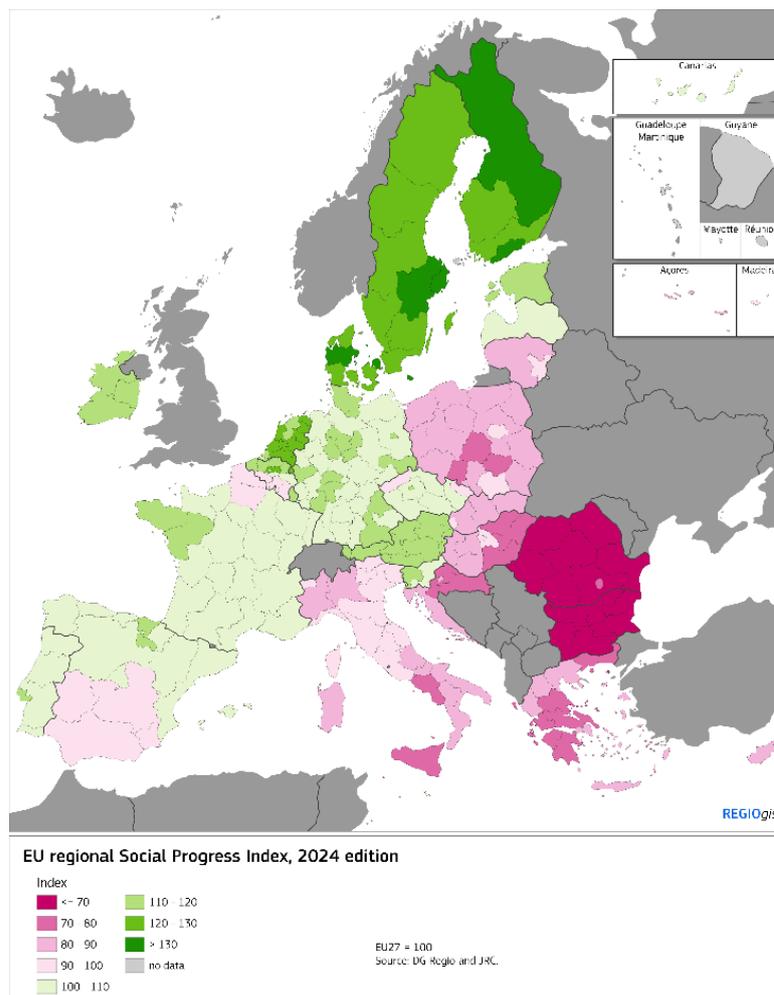
As etapas metodológicas de normalização, ponderação e agregação do IPS apresentam algumas especificidades. Em primeiro lugar, todos os indicadores são convertidos numa mesma escala, sendo determinados os valores mínimo e máximo a partir dos dados históricos (de 2011 a 2023) ou teóricos (mínimo e máximo desejáveis). Para obviar o efeito dos valores atípicos (“outliers”) em alguns dos indicadores, os limites foram estabelecidos no percentil 99. Nos casos em que os indicadores com valores mais elevados representam menor progresso social (p. ex., taxa de mortalidade infantil), a respetiva conversão numa escala foi invertida. A normalização dos indicadores foi feita através do “z-score”, em que a média é de 0 e o desvio-padrão é de 1, assegurando a comparabilidade dos indicadores. Para a agregação dos indicadores sob o mesmo componente foi efetuada a Análise de Componentes Principais, maximizando a variância dos dados e minimizando potenciais redundâncias entre indicadores. Uma vez calculado o valor das 12 componentes, cada uma delas é convertida numa escala de 0 a 100, através da fórmula “min-max” já descrita. A pontuação de cada dimensão é correspondente à média aritmética das quatro respetivas componentes e, finalmente, a pontuação final do IPS é equivalente à média aritmética das três dimensões.

Os autores do IPS reconhecem que, apesar da relevância deste instrumento para a monitorização do progresso social em inúmeros países e no estímulo à adoção de boas práticas, existem algumas limitações decorrentes da disponibilidade dos dados estatísticos e da imperfeição de alguns indicadores face aos temas que são propostos medir. Por outro lado, tendo um âmbito nacional, o IPS não evidencia as diferenças regionais neste domínio.

Inspirado no enquadramento conceptual do IPS, o Índice Regional de Progresso Social (IRPS) é contextualizado para se adaptar às características das regiões da União Europeia, não apenas em função da disponibilidade de dados à escala regional (NUTS II), mas também do ajustamento dos

Os elementos mais recentes, constantes do relatório de 2024 do IRPS, revelam uma relação positiva entre o PIB “per capita” e o progresso social das regiões: níveis mais elevados do PIB correspondem a níveis mais elevados de progresso social; porém, esta relação não implica um nexo de causalidade entre estas dimensões. A análise comparativa indica ainda que esta associação é menos significativa nas regiões mais desenvolvidas. Por seu turno, nas regiões menos desenvolvidas, a relação é mais evidente: um acréscimo no progresso social está associado a um aumento tendencial no PIB “per capita” (CE, 2024).

Figura 3.16 – Mapa do desempenho das regiões europeias no Índice Regional de Progresso Social (2024)



Fonte: CE, 2024

Em termos de comunicação, o IRPS dispõe de um “site” interativo²² em que, à semelhança do modelo de outros índices, permite uma visualização do mapa das regiões europeias com os resultados alcançados por indicador, componente e índice global. É igualmente possível selecionar uma

²² Vide em https://ec.europa.eu/regional_policy/assets/social-progress/index.html#/

determinada região e analisar o seu desempenho temporal, comparar com a média nacional ou europeia, e ainda comparar regiões congéneres.

Segundo a Comissão Europeia, o Índice Regional de Progresso Social complementa o Índice de Competitividade Regional e serve de instrumento de acompanhamento das políticas de coesão, relativamente às metas sociais e ambientais dos programas regionais, nacionais e comunitários, especialmente, os cofinanciados pelos fundos europeus.

3.8. Os índices do Fórum Económico Mundial

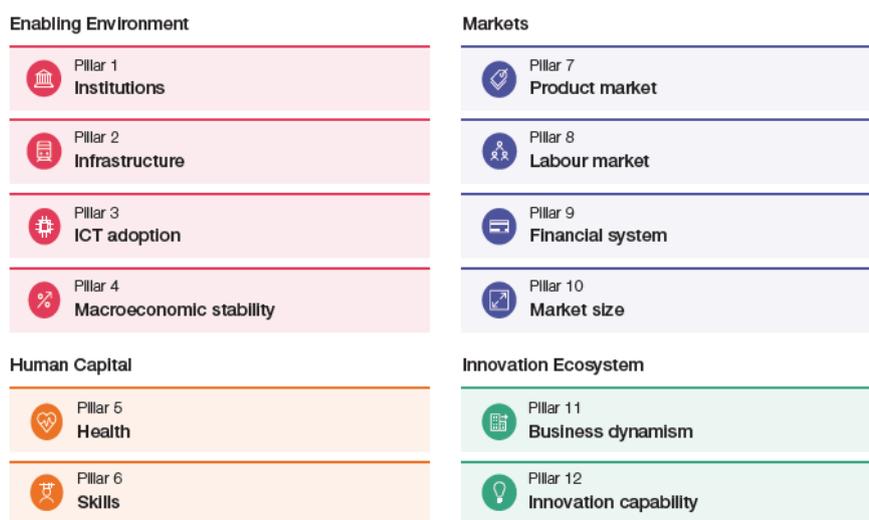
O Fórum Económico Mundial (FEM) tem uma vasta experiência em publicações de âmbito económico, sendo o seu Relatório de Competitividade Global (“Global Competitiveness Report”) o ponto de partida do Índice de Competitividade Global (ICG), reconhecido como um “ranking” de competitividade das nações, bem como um instrumento de comparação do desempenho relativo dos países. Lançado em 1979, o Índice de Competitividade Global tem vindo a ser objeto de atualizações, sendo a versão 4.0 a publicação mais recente, datada de 2019²³, para uma abrangência de 141 economias.

O conceito subjacente ao ICG é a medição da competitividade de um país. Por competitividade, entende-se os atributos e qualidades de uma economia que permitem uma utilização mais eficiente dos fatores de produção. O conceito baseia-se na teoria da contabilidade do crescimento, que mede o crescimento como a soma dos fatores de produção “clássicos” – nomeadamente, o trabalho e o capital – mais a produtividade total dos fatores (PTF). O ICG visa precisamente a medição dos impulsionadores da produtividade total dos fatores, ou seja, a parte do crescimento económico que não é explicada pelo crescimento dos fatores de produção. Em termos sintéticos, a PTF traduz a eficiência no uso dos fatores trabalho e capital, constituindo o principal determinante do crescimento económico a longo prazo. Aliás, a teoria e a evidência empírica sugerem que muitos aspetos têm relevância na competitividade (Porter et al., 2008).

A versão 4.0 do ICG é composta por um total de 103 indicadores, os quais se encontram distribuídos em 12 pilares: (1) instituições; (2) infraestruturas; (3) adoção das tecnologias de comunicação e informação; (4) estabilidade macroeconómica; (5) saúde; (6) competências; (7) mercados de produtos; (8) mercado laboral; (9) sistema financeiro; (10) dimensão; (11) dinamismo empresarial; e (12) capacidade de inovação. Estes 12 pilares estão organizados em quatro componentes: ambiente propício (pilares 1 a 4); capital humano (pilares 5 e 6); mercados (pilares 7 a 10); e ecossistema de inovação (pilares 11 e 12).

²³ O “site” do FEM faz menção à versão 5.0 do índice, apesar de não se encontrar publicada; vide em <https://www.weforum.org/about/the-global-competitiveness-index-gci-5-0/>

Figura 3.17 – Enquadramento conceptual do Índice de Competitividade Global 4.0



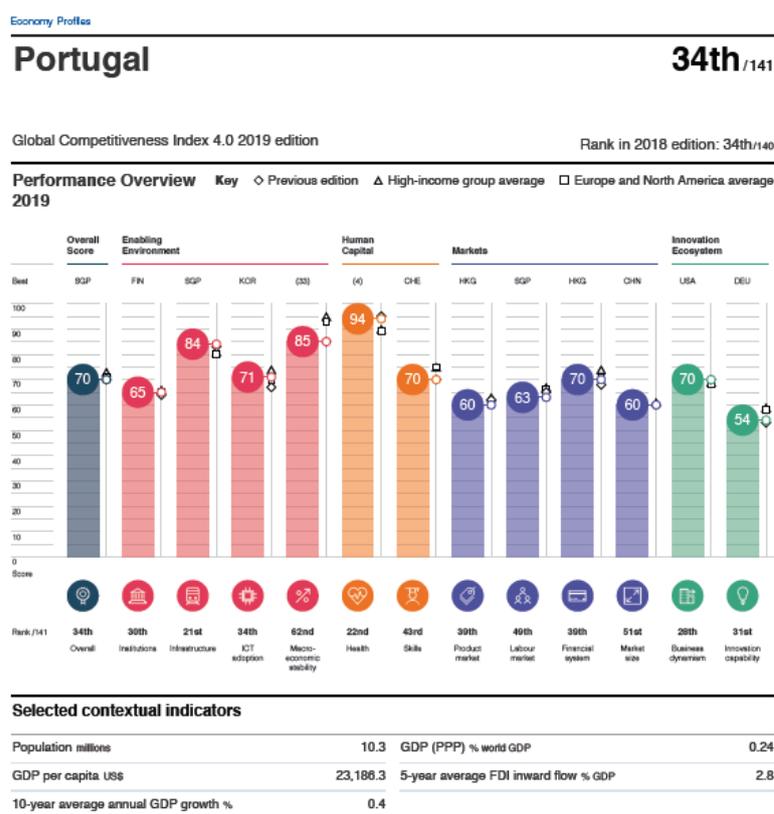
Fonte: Schwab, 2019

As fontes de informação utilizadas no ICG 4.0 são diversas: por um lado, os dados provenientes de organizações internacionais (OCDE, FMI, ONU, etc.); por outro, os inquéritos do FEM aos executivos (“Forum’s Executive Opinion Survey”). A edição de 2019 contou com cerca de 13.000 respostas dadas por executivos de 139 países.

Na etapa de normalização e agregação, cada um dos indicadores, expressos nas respetivas unidades e magnitudes, foi convertido numa escala de 0 (pior resultado) a 100 (melhor resultado), mediante a fórmula “min-max”, atrás referida. À semelhança de outros índices, o limiar máximo (100) foi fixado segundo o critério mais adequado a cada caso: uma meta política ou aspiracional, o valor máximo ou o percentil 90 ou 95 da distribuição. A fixação do limiar mínimo de cada indicador obedeceu a idêntica lógica.

O cálculo do IGC 4.0 é baseado em sucessivas agregações de pontuações, desde o nível do indicador (o mais desagregado) até à pontuação global do índice (o nível superior). Em cada nível de agregação, cada medida agregada é calculada através da média aritmética das pontuações das suas componentes. A pontuação geral do IGC 4.0 consiste na média das pontuações dos 12 pilares. Assim, o desempenho de um país nos resultados globais do IGC é reportado como uma “pontuação de progresso” numa escala de 0 a 100, em que 100 representa a situação ideal, ou seja, quando o pilar deixa de ser uma restrição ao crescimento da produtividade. (Schwab, 2019)

Figura 3.18 – Perfil do país no Índice de Competitividade Global 4.0 (excerto)



Fonte: Schwab, 2019

Mais recentemente, em 2024, o FEM publica um relatório dedicado à análise do crescimento (“The Future of Growth Report 2024”). Neste âmbito, foi desenvolvido um enquadramento conceptual denominado o Futuro do Crescimento (“The Future of Growth Framework”), que apresenta uma abordagem multidimensional focada na qualidade, equilíbrio e alinhamento do crescimento económico com um vasto leque de prioridades nacionais e globais. Em termos sintéticos, o modelo do Fórum Económico Mundial parte do PIB, como indicador económico central e comumente utilizado, e avalia o desempenho dos países em quatro pilares: (i) a capacidade de inovação; (ii) a inclusão; (iii) a sustentabilidade; e (iv) a resiliência.

O estudo tem como princípio uma visão dinâmica do PIB, ou seja, o crescimento económico futuro dos países. Para o efeito, são utilizados três indicadores relacionados: o PIB “per capita” (em paridades de poder de compra), a taxa de crescimento médio a 5 anos do PIB “per capita”, e a taxa de crescimento médio a 5 anos do PIB. Da conjugação dos resultados destes indicadores, o FEM efetua agrupamentos (“clusters”) de países tendo em conta, simultaneamente, o seu nível de rendimento e a sua dinâmica recente de crescimento.

Conforme citado, o enquadramento analítico deste modelo assenta em quatro pilares. O pilar da capacidade de inovação pretende ilustrar a trajetória de progresso económico em resposta às evoluções tecnológicas, sociais e institucionais. O pilar da inclusão avalia em que medida os benefícios e oportunidades geradas pelo crescimento económico são ou não extensíveis a toda a população. O pilar da sustentabilidade visa mostrar em que medida o crescimento é compaginável com uma pegada ecológica dentro dos limites do planeta. Finalmente, o pilar da resiliência avalia a capacidade de resposta das economias a choques externos (p. ex., pandemia, crises financeiras, crises políticas, etc.).

Figura 3.19 – Enquadramento conceptual do Futuro do Crescimento



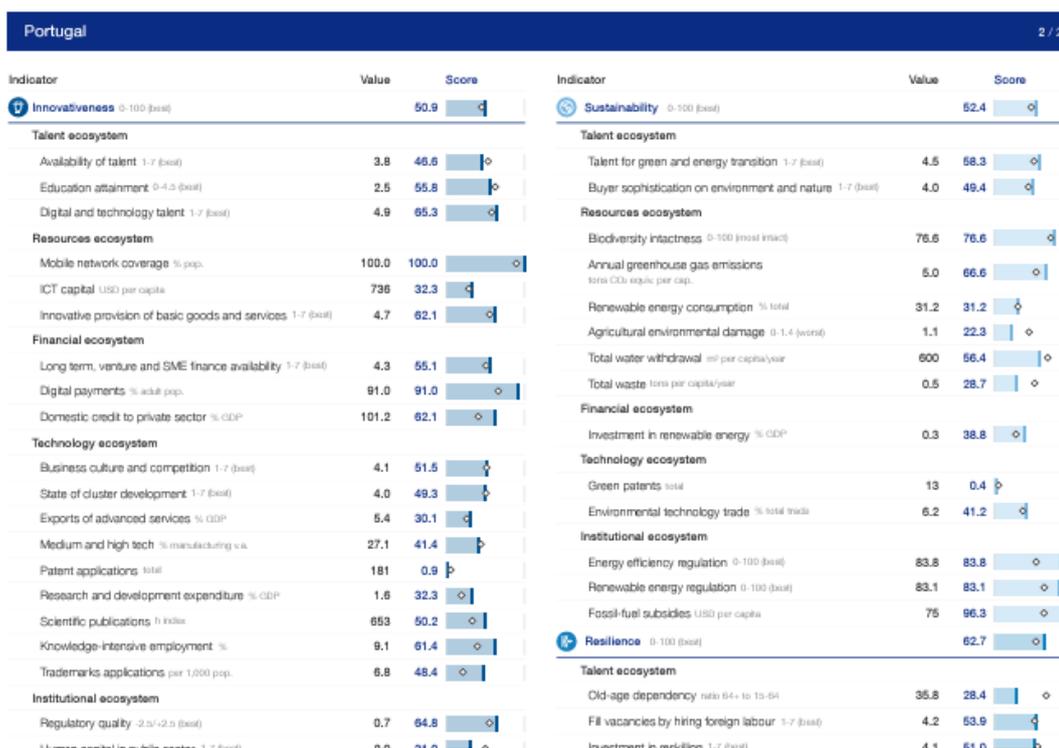
Fonte: Fórum Económico Mundial, 2024

O FEM selecionou um total de 84 indicadores para o conjunto dos quatro pilares indicados. O processo de seleção dos indicadores envolveu soluções de compromisso, como seja a existência de dados fiáveis ou recentes num universo alargado de países. Segundo este critério, tal como reconhece o FEM, um significativo número de indicadores foi excluído, uma vez que só estavam disponíveis para os países da OCDE. Outras opções metodológicas, no seio das fontes de informação residem, por um lado, na exclusão de dados recolhidos pelos organismos estatísticos nacionais (a opção recaiu nos dados dos organismos internacionais, garantindo maior comparabilidade) e, por outro, no uso dos inquéritos do FEM aos executivos (“Forum’s Executive Opinion Survey”) nos casos em que os questionários eram a fonte de informação adequada.

A etapa de normalização obedeceu a idênticos critérios metodológicos do ICG 4.0. A etapa de agregação foi efetuada ao nível de cada um dos quatros pilares, pelo que cada país apresenta uma pontuação em cada pilar na escala de 0 a 100 (p. ex., 100 corresponde à situação hipotética em que um país alcança um desempenho ótimo em todas os indicadores do pilar). Em cada pilar, foi utilizada a média aritmética dos indicadores normalizados com dados disponíveis²⁴.

²⁴ O FEM nota que o perímetro de indicadores com dados disponíveis não é idêntico em todos os países, pelo que as pontuações finais podem ter um ligeiro enviesamento estatístico.

Figura 3.20 – Perfil do país no Futuro do Crescimento (excerto)



Fonte: FEM, 2024

3.9. Índice de Bem-Estar

A nível nacional, também têm sido desenvolvidos diversos trabalhos neste âmbito. Designadamente, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem sido responsável pela publicação do Índice de Bem-Estar (IBE), cuja construção obedeceu às orientações internacionais de maior relevo, em particular o relatório de Stiglitz et al. (2009), e ao alinhamento da produção estatística por parte dos organismos oficiais de estatística europeus, os quais se têm empenhado na montagem de uma bateria de indicadores sobre o bem-estar e a qualidade de vida.

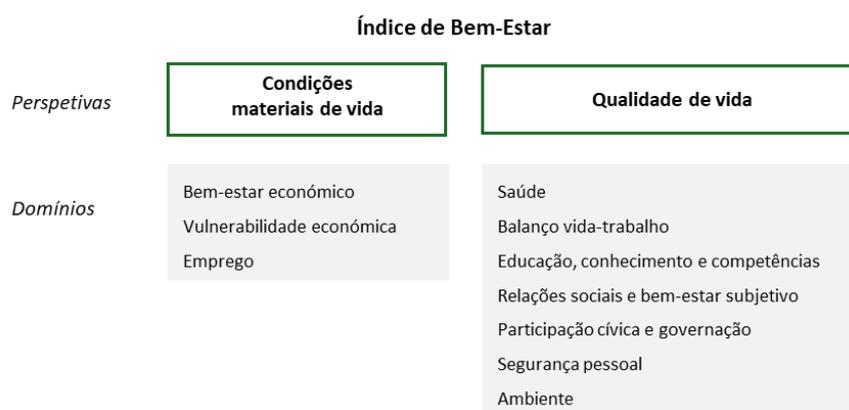
O Índice de Bem-Estar do INE começou a ser publicado anualmente desde 2013. Os dados compilados, para efeitos da série temporal do índice, iniciam-se em 2004, considerando a disponibilidade de dados estatísticos relevantes para a temática. O objetivo do IBE, segundo o INE, é a monitorização da evolução do bem-estar e progresso social do país.

O enquadramento conceptual do IBE subdivide o bem-estar em duas perspetivas principais: por um lado, as condições materiais de vida das famílias; por outro, a qualidade de vida. Cada uma destas perspetivas corresponde ao respetivo índice. Sob cada uma destas perspetivas, estão identificados diversos domínios.

O índice das condições materiais de vida contempla três domínios: (i) bem-estar económico; (ii) vulnerabilidade económica; e (iii) emprego. O índice da qualidade de vida abrange sete domínios: (i) saúde; (ii) balanço vida-trabalho; (iii) educação, conhecimento e competências; (iv) relações sociais e bem-estar subjetivo; (v) participação cívica e governação; (vi) segurança pessoal; e (vii) ambiente. O IBE é, assim, constituído por um total de 10 domínios, cada um dos quais, por sua vez, compreende um conjunto de indicadores caracterizadores da temática em apreço. Desde o início das publicações do IBE, tem sido mantida a estrutura geral do índice, ainda que com ligeiras atualizações na nomenclatura de alguns domínios (p. ex., “emprego” no lugar de “trabalho e remuneração”), assim como em vários indicadores utilizados. A versão atual (designada 2.0) foi fixada em documento metodológico de 2019 (INE, 2019).

Para a etapa de normalização, o método adotado foi o método “min-max” (OCDE, 2008) à semelhança de exemplos anteriores. Assim, todos os indicadores são apresentados numa escala com amplitude máxima idêntica (de 0 a 1 ou de 0 a 100). Para a determinação dos valores mínimos e máximos na escala de cada indicador, foram previamente excluídos os valores atípicos (“outliers”). Ajustada a escala de um potencial efeito de enviesamento, a definição do valor mínimo corresponde ao “piores caso” e o valor máximo corresponde ao “melhor caso” (equiparado ao melhor resultado ou a uma meta desejável ou mesmo a um valor de referência internacional). A totalidade dos indicadores e dos índices dos 10 domínios têm a mesma ponderação. De acordo com o INE, a opção de atribuição de idêntica ponderação a cada indicador no seio de cada domínio justifica-se pela ausência de um racional objetivo para uma atribuição de pesos diferenciada. Cada domínio contribui com a mesma ponderação para o cômputo do bem-estar, independentemente do número de variáveis que o integra (INE, 2019).

Figura 3.21 – Enquadramento conceptual do Índice de Bem-Estar (INE)



Fonte: Elaboração própria

Na etapa da agregação, a agregação dos indicadores em cada um dos 10 domínios é feita através da média aritmética simples dos valores dos indicadores normalizados. Já os dois índices de perspetiva (condições materiais de vida e qualidade de vida) são calculados pela média geométrica simples dos índices dos domínios contidos em cada uma das perspetivas (3 e 7 respetivamente). Finalmente, o índice global (IBE) é a média geométrica simples dos índices de domínio. Com esta opção metodológica (uso da média geométrica), o INE pretendeu obviar o efeito de compensação entre resultados com pior desempenho e outros com melhor desempenho.

A versão 2.0 do IBE é constituída por um total de 79 indicadores, distribuídos pelos 10 domínios designados. O INE refere ainda que, na etapa relativa à seleção dos indicadores mais adequados dentro de cada domínio, algumas variáveis foram excluídas por não constituírem variáveis discriminantes do bem-estar em Portugal, devido ao elevado desempenho já atingido em tais indicadores (seria o caso p. ex. da população servida por sistema público de abastecimento de água). Noutros casos, algumas variáveis foram excluídas por se revelarem redundantes (quando a sua relação linear era superior a 0,95), evitando uma “dupla contagem” da mesma realidade (INE, 2019).

O IBE somente fornece informação sobre a evolução do bem-estar à escala nacional. Segundo o INE, parte substancial dos indicadores presentes na construção deste índice não propicia informação estatística a nível geográfico mais fino. Neste contexto, fica explícita uma lacuna em análises dedicadas a grupos populacionais específicos ou a diferentes dimensões territoriais. Tal informação estatística revela-se necessária para uma leitura dos fenómenos de desigualdade social e territorial na distribuição do bem-estar.

3.10. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

As limitações do IBE, como instrumento de análise à escala nacional, são mitigadas pelo Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), também promovido pelo INE. O ISDR tem como objetivo principal a monitorização das assimetrias regionais e constituir-se como um instrumento estatístico de apoio à análise de contexto das políticas públicas com incidência territorial (INE, 2020). Assim, a principal diferença entre o IBE e o ISDR reside na escala territorial: no primeiro índice, os resultados são apresentados para o todo nacional; no segundo índice, os dados são apurados à escala territorial das sub-regiões NUTS III.

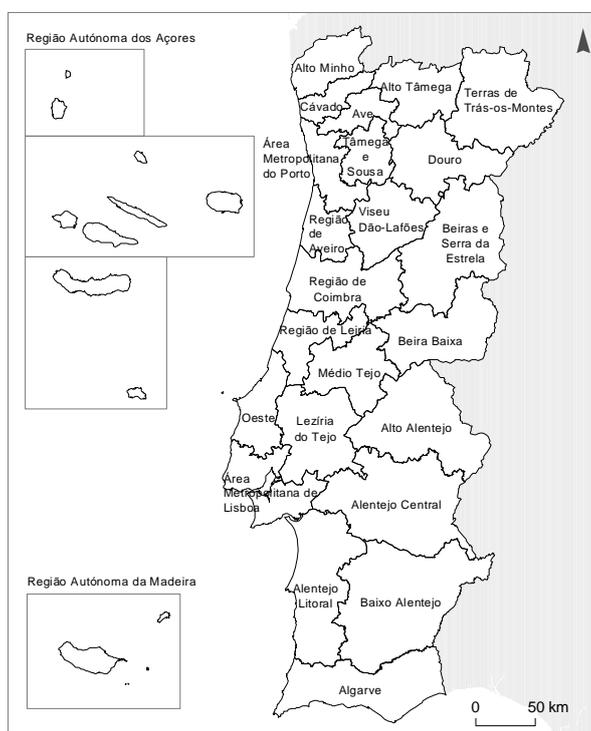
O ISDR é um índice multifatorial que incorpora um total de 65 indicadores agrupados em três dimensões: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Publicado inicialmente em 2009, o trabalho do INE adotou a estrutura conceptual desenvolvida em estudos anteriores, centrada no binómio competitividade e coesão (Mateus et al., 2005), tendo sido adicionada a dimensão qualidade ambiental, numa ótica mais alargada de desenvolvimento regional. O domínio da competitividade visa

captar o potencial de cada sub-região na geração de riqueza e na capacidade competitiva do tecido empresarial, baseado na eficiência do uso dos recursos humanos e infraestruturas físicas presentes no território. O domínio da coesão está associado à acessibilidade da população a equipamentos e serviços coletivos básicos, bem como a políticas públicas promotoras de inclusão social e de redução das desigualdades sociais. O domínio da qualidade ambiental visa captar as pressões exercidas pelas atividades económicas e práticas sociais sobre o meio ambiente, considerando desde os comportamentos individuais (p. ex., consumo de água “per capita”) até ao ordenamento do território (p. ex., áreas protegidas).

Em termos metodológicos, cada um dos três domínios corresponde a um índice. O índice global – o ISDR – equivale à média aritmética dos três índices de domínio. Atribuindo idêntica ponderação a cada índice, o INE pretende sinalizar uma visão tripartida do desenvolvimento regional (INE, 2020).

A primeira publicação do ISDR ocorreu em 2009, tendo servido como instrumento estatístico de monitorização e avaliação dos programas cofinanciados pelos fundos europeus, em especial, os programas operacionais regionais dos quadros financeiros plurianuais mais recentes: o Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013) e o Portugal 2020 (2014-2020).

Figura 3.22 – Mapa das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013)



Fonte: INE, 2023

Desde 2013, o INE adotou uma nova geografia das sub-regiões NUTS III para Portugal, passando a existir uma conformidade entre o perímetro das comunidades intermunicipais (para Portugal

continental) e o âmbito territorial da informação estatística. Desde então, o ISDR encontra-se na sua versão 2.0 onde, para além do ajustamento do perímetro das NUTS III, foram efetuadas atualizações à informação de base (p. ex., substituição de indicadores). Nesta nova série do ISDR, foi assumido o ano de 2011 como início da série temporal. Segundo o INE, as opções de conceptualização e de operacionalização do ISDR envolveram uma análise de pertinência dos indicadores selecionados, bem como uma análise de sensibilidade à robustez dos resultados, incluindo testagens com diferentes técnicas de normalização e agregação. Um painel de especialistas foi auscultado nas etapas preparatórias do ISDR. Para a seleção dos indicadores foi igualmente relevante o quadro de disponibilidade de informação vigente, sendo este um dos tópicos críticos na construção de um índice (INE, 2020).

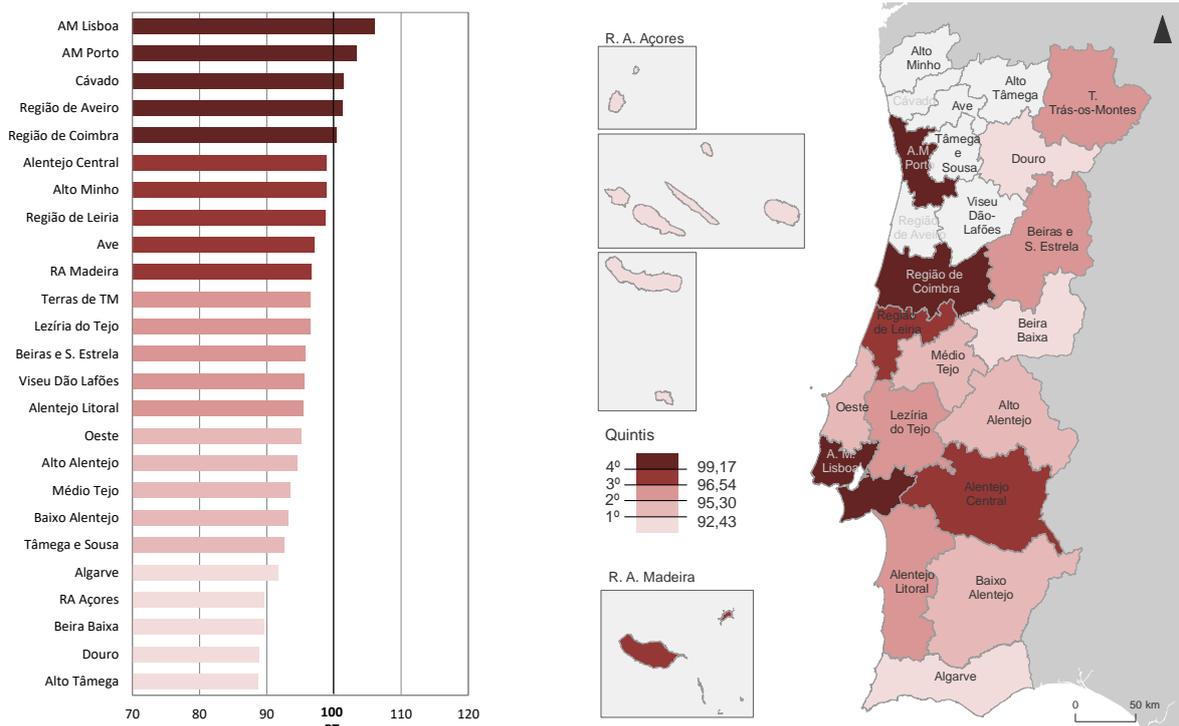
Assim, o ISDR 2.0, com 65 indicadores, é composto por quatro índices compósitos: o índice de competitividade (com 25 indicadores); o índice de coesão (com 25 indicadores); o índice de qualidade ambiental (com 15 indicadores); e o índice global de desenvolvimento regional. À semelhança da generalidade dos índices, os indicadores de base selecionados são medidos em unidades ou escalas diferentes, impondo-se a necessidade da respetiva normalização. Na etapa de normalização, o INE procedeu, num primeiro momento, à standardização estatística (“z-score”): este procedimento resulta da subtração da variável pela média e subsequente divisão pelo desvio-padrão (fórmula 10). A standardização estatística (“z-score”) gera, assim, indicadores com média zero e desvio-padrão unitário.

$$Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)} \quad (10)$$

Num segundo momento, foi feita a aplicação do método “min-max” para reescalonamento dos indicadores já standardizados pelo “z-score”, tomando-se os valores máximo e mínimo da matriz de indicadores para as séries anuais de todo o período de referência. Na subsequente etapa de agregação, os indicadores de base foram agregados, dando origem a índices parciais para cada dimensão (competitividade, coesão e qualidade ambiental), através da média dos respetivos indicadores com igual ponderação. Conforme referido, o cálculo do índice global foi estabelecido pela média aritmética das três dimensões.

Finalmente, no procedimento de apresentação do ISDR, cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III foi transformado num quociente com a respetiva média nacional (igual a 100). Assim, um valor, p. ex., de 80 em determinada NUTS III significa que este território está 20 pontos (ou 20%) abaixo da média nacional em dado índice.

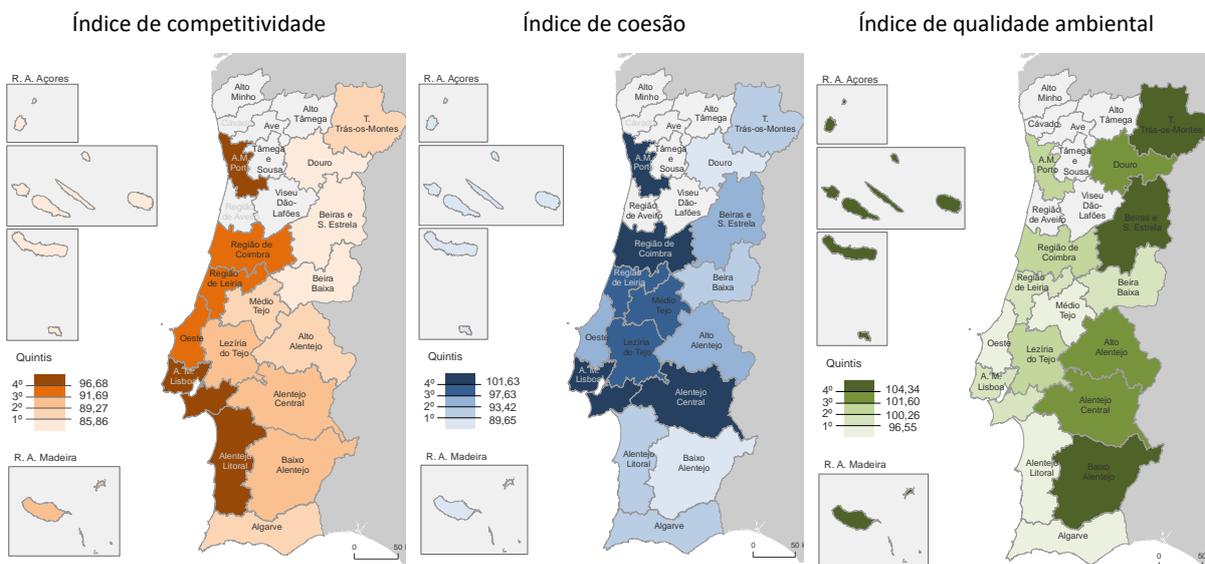
Figura 3.23 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (NUTS III para 2021)



Fonte: INE, 2023

A título de exemplo, refira-se que a última publicação do ISDR, datada de 2023 (cujos dados de referência são de 2021), aponta para o facto de que apenas cinco das 25 sub-regiões NUTS III superam a média nacional, segundo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional: as áreas metropolitanas de Lisboa (106,0) e do Porto (103,3), o Cávado (101,3), a Região de Aveiro (101,2) e a Região de Coimbra (100,4).

Figura 3.24 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por domínio (NUTS III para 2021)



Fonte: INE, 2023

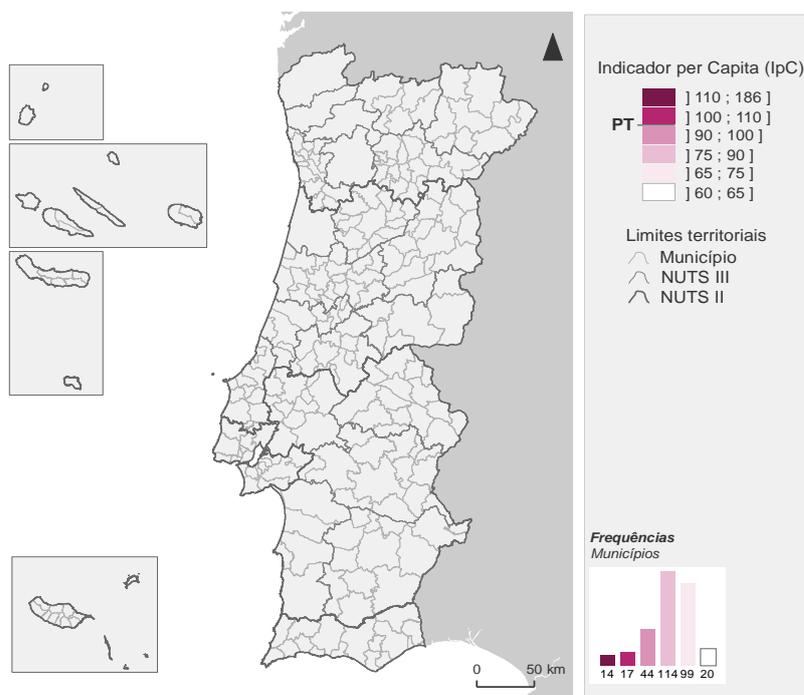
O índice de competitividade apresenta a maior disparidade regional entre as três dimensões e índices: a mais bem classificada, a Área Metropolitana de Lisboa (113,1); a mais mal cotada, o Alto Tâmega (75,8). No índice de coesão, as NUTS III com resultados mais favoráveis correspondem às regiões do litoral. Finalmente, no índice de qualidade ambiental, os valores mais elevados registam-se nas sub-regiões do interior e nas regiões autónomas: Terras de Trás-os-Montes (112,5) e Região Autónoma da Madeira (111,9).

Pela comparação dos resultados obtidos entre o plano nacional e o plano regional (leia-se, entre o IBE e o ISDR), elaborados pelo mesmo organismo de estatística (INE), a principal constatação é a existência de significativas assimetrias regionais em matéria de desenvolvimento, independentemente da abordagem utilizada na análise. Conforme mencionado, o ISDR tem um âmbito territorial correspondente às NUTS III, possibilitando uma análise mais aprofundada às divergências regionais e, assim, constituir um diagnóstico de partida para o desenho de políticas públicas “customizadas”, com maior enfoque nos desafios críticos de cada território.

3.11. Índices nacionais de âmbito concelhio

Além deste instrumento de análise, têm sido produzidos outros índices em Portugal que têm como escala territorial o concelho. Um desses índices, também da autoria do INE, resulta do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), cuja edição mais recente é de 2023, com dados reportados a 2021.

Figura 3.25 – Indicador do poder de compra “per capita” por município para 2021

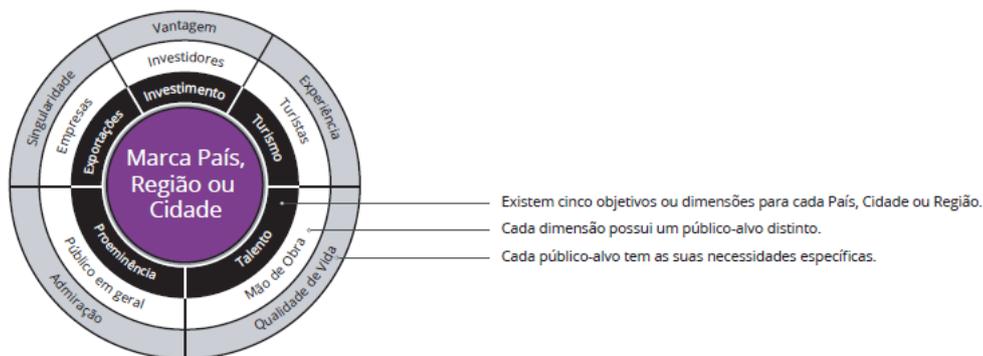


Fonte: INE, 2023

A partir de um conjunto de 16 variáveis, o INE construiu três indicadores: (i) o indicador “per capita” do poder de compra (primeiro fator da análise), que visa exprimir o poder de compra manifestado quotidianamente, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (base 100); (ii) a percentagem de poder de compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete o peso relativo do poder de compra de cada município ou região no total do país; e (iii) o fator dinamismo relativo (segundo fator da análise), que pretende refletir o poder de compra, irregular e sazonal, associado sobretudo aos fluxos turísticos. Em termos metodológicos, o modelo de análise de dados subjacente ao EPCC corresponde a uma Análise de Componentes Principais. Refira-se ainda que, no âmbito da seleção das variáveis, foi privilegiada a ótica de utilização do rendimento, em detrimento de variáveis ligadas à produção de riqueza (INE, 2023).

Outro índice de âmbito municipal tem sido publicado anualmente pela empresa Bloom Consulting: trata-se do “Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking”²⁵. Este “ranking” consiste na medição de resultados e impacto da marca dos 308 concelhos do país, nos temas do turismo (“visitar”), investimento e exportações (“negócios”) e talento (“viver”). De acordo com a Bloom Consulting, existem 5 dimensões essenciais no seu “ranking”: (i) atração de investimento; (ii) atração de turistas; (iii) atração de talento; (iv) aumento da proeminência; e (v) aumento das exportações.

Figura 3.26 – Enquadramento conceptual do “Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking”



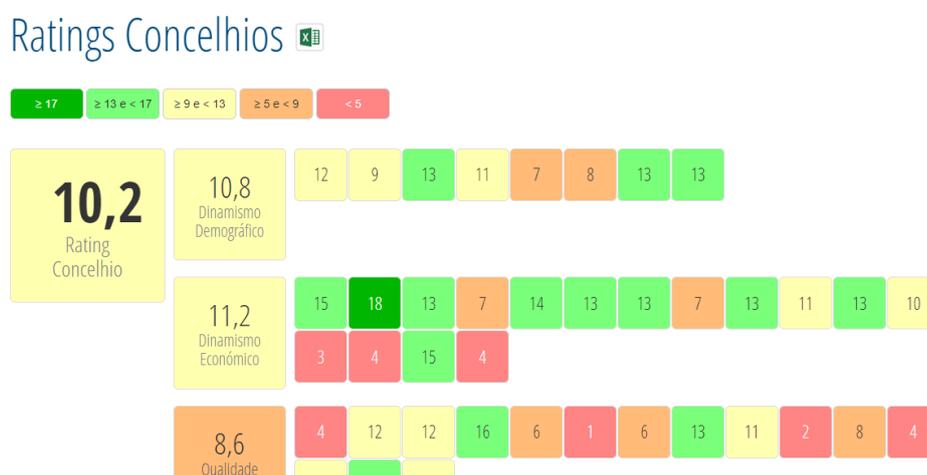
Fonte: Bloom Consulting, 2022

A metodologia enunciada pela empresa é composta por três variáveis base. Na primeira variável, são analisados os dados estatísticos do INE ou da Pordata para medição do desempenho nas vertentes económica, social e turística. A segunda variável consiste numa análise interna (através de “software” próprio) de todas as pesquisas “online” realizadas a nível mundial nos principais motores de busca, para validação da procura proativa existente por todos os municípios portugueses. A terceira variável consiste no desempenho dos canais de comunicação dos municípios, nomeadamente nos seus “sites”

²⁵ Relatório disponível em <https://www.bloom-consulting.com/pt/portugal-city-brand-ranking>

oficiais e páginas em redes sociais. Sendo este “ranking” anual um produto eminentemente comercial, os detalhes metodológicos (segunda e terceira variáveis) não se encontram explicitados nas publicações da empresa. Aliás, torna-se notório o apelo de uma tabela classificativa desta natureza para as câmaras municipais (p. ex., ser considerado o “5º melhor concelho para visitar” ou o “3º melhor concelho para viver”, etc.), não obstante a Bloom Consulting ressaltar as limitações e âmbito do seu estudo (Bloom Consulting, 2022). Ainda que a temática subjacente a este “ranking” sejam os melhores lugares para viver, visitar e investir, a sua construção metodológica remete para uma valorização dos concelhos com maior presença digital, seja pela procura dos vários públicos (p. ex., turismo), seja pela valorização dos “sites” dos municípios, os quais se percebe serem os principais interessados desta informação.

Figura 3.27 – “Rating” concelho do “Municípios Online” (exemplo: Anadia)



Fonte: Marktest, 2024

Outro trabalho de escala municipal, promovido pela Marktest, consiste no “Municípios Online”. Este instrumento é um “site”²⁶ criado por esta empresa, que sistematiza um conjunto alargado de indicadores provenientes de fontes oficiais (p. ex., INE) e particulares (p. ex., EDP, ACAP, APB, etc.) produtoras de estatísticas a nível concelho. Além disso, a própria Marktest constitui a fonte primária de informação em alguns temas (p. ex., os índices Marktest).

A principal característica deste trabalho é o “rating” concelho: uma notação atribuída a cada concelho, em função de um conjunto de indicadores (39 no total), permitindo a identificação dos pontos fortes e fracos de cada território. O “rating” concelho subdivide-se em três “ratings”: o dinamismo demográfico (com 8 indicadores); o dinamismo económico (16 indicadores); e a qualidade de vida (15 indicadores). Cada um dos indicadores foi classificado com uma notação de 1 a 20, tendo em conta a posição do concelho no conjunto dos 308 concelhos. Na etapa metodológica de agregação,

²⁶ Vide em www.marktest.com/wap/municipiosonline

foi atribuída a cada componente (demográfica, económica, qualidade de vida) uma notação média correspondente à média aritmética das variáveis que a constituem. De igual modo, o “rating” concelhio (total) resulta da média aritmética destas três componentes.

Além do “rating”, a Markttest publica, para cada concelho, um leque de informação estatística (com mais de 500 indicadores) organizada em 18 áreas: agricultura, automóveis, banca, cultura, demografia, educação, emprego, empresas, famílias, habitação, saúde, entre outros.

3.12. A Plataforma ODSlocal

O capítulo dedicado à revisão bibliográfica termina com uma menção à Plataforma ODSlocal. Resultante de uma parceria entre o CNADS (Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável), o OBSERVA (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), o MARE (Universidade Nova de Lisboa) e a Zadapt (Serviços de Adaptação Climática), a Plataforma ODSlocal tem como objetivo, entre outros, a monitorização da evolução dos municípios em relação às várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 proposta pela ONU é constituída por 17 ODS, para os quais foram definidas 169 metas e um extenso conjunto de indicadores de progresso. No âmbito da adaptação da Agenda 2030 à realidade local em Portugal, a Plataforma ODSlocal considera 119 metas (das quais 25 adaptadas) e uma bateria de 143 indicadores (Avelar e Ferrão et al., 2024). As fontes de informação utilizadas são diversas, com destaque para o INE (em 76% dos indicadores).

Figura 3.28 – Enquadramento conceptual da análise das características municipais que contribuem para as dimensões da Agenda 2030



Fonte: Avelar e Ferrão et al., 2024

A metodologia utilizada pela Plataforma ODSlocal evidencia-se por uma significativa robustez, tendo sido aplicadas diversas técnicas estatísticas ao longo do processo, com o propósito de analisar as correlações e eventuais nexos de causalidade entre indicadores, bem como as interligações entre os vários ODS. A explicitação das opções metodológicas está plasmada no relatório “Estado dos ODS em Portugal: o que nos dizem os indicadores municipais da Plataforma ODSlocal?” (Avelar e Ferrão et al., 2024). Entre essas técnicas, contam-se: (i) a análise da correlação entre todos os indicadores (correlação de Spearman); (ii) a Análise de Componentes Principais para identificação dos padrões de variância dos indicadores e da sua relação com o território (NUTS II); (iii) a análise multivariada de redes para a determinação das interligações entre pares de ODS; entre outros. Uma das ilações na análise às interligações entre os 17 ODS é a de que, na prática, alguns deles são contraditórios entre si (Avelar e Ferrão et al., 2024).

O trabalho desenvolvido pela Plataforma ODSlocal consiste, assim, na declinação dos ODS a nível municipal para o conjunto dos 308 concelhos do país, sendo igualmente apurados os resultados à escala regional (NUTS II) e sub-regional (NUTS III). Seja qual for o prisma de análise, é notório que as condições de partida dos municípios portugueses são muito desiguais em termos económicos, sociais, ambientais e culturais. Considerando tais discrepâncias, são efetuados dois tipos de avaliação do progresso dos municípios em relação aos ODS: (i) de desempenho, refletindo o valor médio da distância ao valor-meta²⁷ dos indicadores do ODS; e (ii) de dinâmica, expressando o valor médio da evolução da tendência observada dos indicadores do ODS.

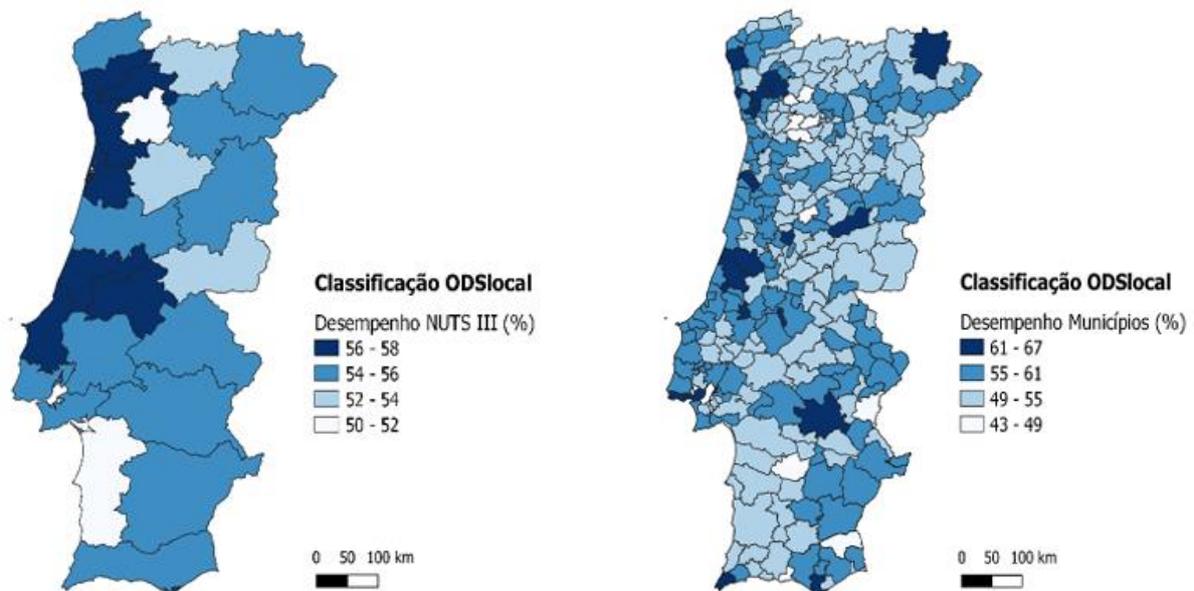
Assim, os resultados obtidos em cada um dos territórios (regiões, sub-regiões e concelhos) relativamente aos valores-meta dos indicadores por ODS estão dependentes de fatores muito diversos, desde características estruturais resultantes do passado (positivas e negativas) até medidas proativas recentes, de âmbito nacional, regional ou local. Neste quadro holístico, não é recomendável a atribuição de responsabilidade, por resultados menos positivos, a qualquer entidade em particular (Avelar e Ferrão et al., 2024).

Ora, uma observação a diferentes escalas territoriais possibilita a constatação de disparidades no progresso para os ODS, as quais ficam mascaradas sob a apresentação dos valores médios: com efeito, a média nacional num determinado indicador oculta as diferenças regionais existentes; a média regional não é reveladora das discrepâncias sub-regionais (NUTS III); e a média sub-regional não exprime as diferenças de âmbito municipal. Segundo o relatório da Plataforma ODSlocal, as regiões (NUTS II) encontram-se em posições diferenciadas na sua distância às metas dos ODS. Além disso, nem

²⁷ Os valores-meta para os indicadores ODSlocal são definidos através de um dos seguintes critérios (sendo aplicado o considerado mais adequado): meta da ONU, meta de um programa nacional, percentil 90 ou 95 da distribuição

sempre os ODS com melhor ou pior progresso médio global coincidem com uma maior ou menor disparidade territorial, medida pelas diferenças na distribuição das regiões por ODS. A principal conclusão reside na desigualdade na variância dos dados territoriais: quanto maior é a resolução espacial dos dados, maiores são as disparidades (Avelar e Ferrão et al., 2024). A figura 3.29²⁸ é devidamente ilustrativa dessa situação: o mapa construído a uma escala municipal (à direita) apresenta uma maior variância que o mapa construído com os valores relativos às sub-regiões (à esquerda). Por conseguinte, uma leitura mais fina – à escala do concelho – permite não apenas um diagnóstico mais rigoroso do “status quo” (neste caso, do progresso em relação às ODS), mas também, e nessa medida, uma atuação, no domínio das políticas públicas, mais adequada à realidade local.

Figura 3.29 – Comparação do desempenho das sub-regiões (NUTS III) e dos municípios rumo às metas dos ODS segundo a Plataforma ODSlocal (2023)



Fonte: Ferrão et al., 2023

A Plataforma ODSlocal reconhece a utilidade da criação de um índice global de desenvolvimento sustentável, pelas vantagens dos índices compostos atrás aduzidas. Porém, identifica algumas questões técnicas, que exigem ponderação no seu uso, nomeadamente, a escassez de informação adequada à escala municipal, facto que conduz a que os vários ODS tenham uma cobertura bastante desigual em termos de número e robustez de indicadores. Por isso, considera-se que os índices globais de sustentabilidade de âmbito local (numa perspetiva abrangente e universal como a Agenda 2030)

²⁸ A percentagem (%) exprime a proporção de indicadores que já atingiram os valores-meta em todos os ODS (100% significa que todos os indicadores de todos os ODS atingiram ou ultrapassaram os valores-meta; 0% significa que nenhum indicador evoluiu em relação ao valor-base de 2015).

são frágeis, estando muito dependentes da informação disponível e podendo ser de reduzida pertinência, dada a diversidade local (Avelar e Ferrão et al., 2024).

A Plataforma ODSlocal faz ainda uma observação relativa aos “rankings” de âmbito municipal. Tendo em conta o diferente ponto de partida e contexto real de cada concelho, a estratégia desta entidade passa pela ênfase na evolução municipal (situação atual “versus” passado), evitando a comparação entre municípios (típica de um “ranking”). Deste modo, entende-se que o enfoque deve estar, sobretudo, nas ações que levam ao progresso de cada município.

Por último, uma menção ao “site”²⁹ ODSlocal, o qual contém diversa informação sobre os ODS e o posicionamento de cada concelho neste âmbito, com ferramentas interativas de pesquisa. Além disso, estão identificados cerca de 3000 exemplos de boas práticas municipais e cerca de 1300 projetos, os quais servem de reconhecimento e de inspiração para os atores locais.

²⁹ Vide em <https://odslocal.pt/>

Discussão dos resultados e conclusões

4.1. Sobre os índices compósitos analisados

A revisão bibliográfica ora descrita permite efetuar uma análise comparada dos índices compósitos referidos, pondo em evidência as suas similitudes e as suas divergências. A primeira constatação, óbvia, consiste na multiplicidade de abordagens nos diversos índices analisados. Ainda que o “pano de fundo” seja semelhante – a “medição do desenvolvimento para além do PIB” – as perspetivas utilizadas são diversas: em alguns casos, a tónica dominante é o tema do desenvolvimento económico (competitividade, economia, rendimento); noutros casos, a ótica principal é o bem-estar social (com os temas da educação e saúde em destaque); noutros ainda, os temas do ambiente e da governação surgem com maior relevância.

Como é expectável, a construção de um índice compósito tem inerente uma visão de desenvolvimento subjetiva, da responsabilidade de um ou mais investigadores ou de uma determinada instituição pública ou privada. Sem prejuízo da prossecução de um processo metodológico o mais objetivo possível, de forma a garantir a solidez dos resultados apurados, a elaboração de um índice compósito é sempre reflexo de um olhar subjetivo, sujeito ao quadro de valores e propósitos dos seus autores, e com opções técnicas mescladas com pragmatismo e intuição. Em suma, estes índices estão sujeitos à subjetividade, não obstante a objetividade dos métodos usados na sua construção (Booyesen, 2002).

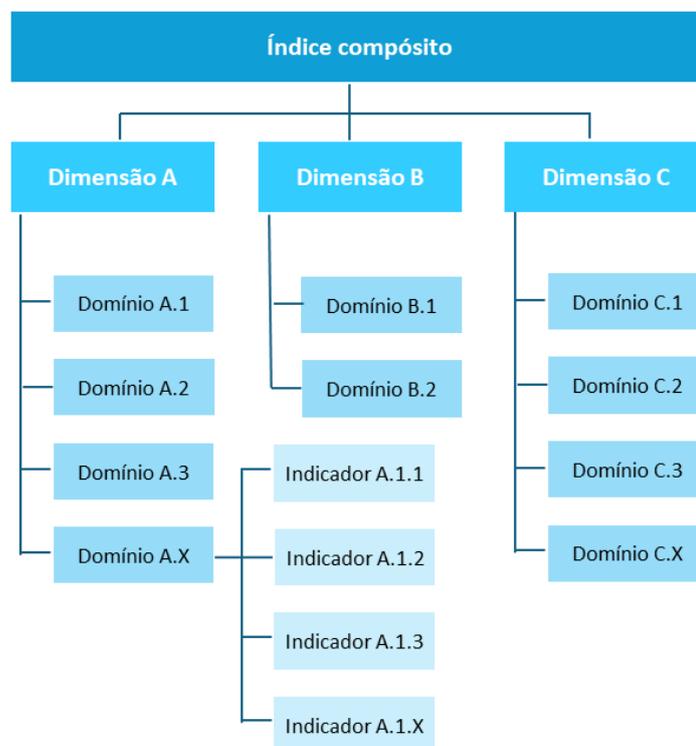
A segunda constatação, transversal à maioria dos trabalhos analisados, é a organização hierárquica dos índices compósitos: em regra, o índice compósito é composto por várias dimensões; cada dimensão é constituída por diversos domínios³⁰; cada domínio integra um conjunto de indicadores. A figura 4.1 pretende ilustrar, de forma esquemática, essa organização hierárquica. No seio dos índices supracitados, os seguintes casos correspondem a um organograma de três níveis: o Índice “Better Life” regional (OCDE), o Índice de Competitividade Regional (CE), o Índice de Progresso Social (SPI), o Índice Regional de Progresso Social (CE), o Índice de Competitividade Global (FEM), o Índice de Crescimento Futuro (FEM) e o Índice de Bem-Estar (INE).

³⁰ Por uma questão de simplificação e coerência de análise, considera-se que o índice de primeiro nível corresponde à dimensão e o índice de segundo nível corresponde ao domínio (nota: dependendo da nomenclatura utilizada pelos autores, estes níveis são referidos como “dimensões”, “pilares”, “domínios” ou “componentes”)

Outros índices apresentam uma estrutura mais simples, com dois níveis, suprimindo o nível mais agregador, correspondente à dimensão. Nestes casos, os índices são constituídos por domínios a um nível superior e pelos indicadores a um nível inferior. Os índices com este perfil são os seguintes: o Índice global dos ODS (ONU), o Índice “Better Life” (OCDE), o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (INE), o “Municípios Online” (Markttest) e o Índice ODSlocal (Plataforma ODSlocal).

O Índice de Desenvolvimento Humano (ONU) e os índices subsequentes (Índice de Pobreza Multidimensional, Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, etc.) têm uma estrutura simplificada, assente num reduzido leque de indicadores que visam sintetizar as temáticas consideradas mais relevantes. O Estudo do Poder de Compra Concelhio (INE), incluído na análise devido ao seu âmbito concelhio, é essencialmente monotemático (economia e rendimento)³¹.

Figura 4.1 – Diagrama esquemático relativo à organização hierárquica dos índices compósitos



Fonte: Elaboração própria

Feita esta primeira distinção relativa à organização hierárquica dos índices compósitos, importa analisar o conteúdo dos índices, de acordo com os temas apresentados. A utilização da expressão “tema” (ou temática) visa estabelecer uma distinção semântica com os conceitos “dimensão”, “componente”, “pilar” ou “domínio” atrás enunciados³². No intuito de efetuar uma comparação

³¹ O “Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking” fica excluído desta análise de resultados, devido à inexistência de uma metodologia publicada, passível de escrutínio das opções técnicas tomadas.

³² Trata-se novamente de uma questão de simplificação da linguagem (para obviar a confusão de conceitos) e não uma validação subjetiva dos termos mais apropriados a cada caso.

transversal aos índices analisados, foram identificados os temas referenciados nos respetivos índices e indicadores, procurando-se associar cada indicador a um determinado tema. Deste modo, é possível analisar os temas mais recorrentes dentro de cada índice compósito e no cômputo geral dos índices compósitos observados.

Para efeito da organização dos temas considerou-se, em boa medida, os tópicos da qualidade de vida enunciados no relatório de Stiglitz et al. (2009). Conforme consta da tabela 4.1, foram listados 11 temas: (1) o ambiente; (2) a economia e o rendimento; (3) a educação; (4) o emprego; (5) a habitação; (6) a participação cívica e a governação; (7) a comunidade e a inclusão social; (8) o bem-estar subjetivo; (9) a saúde; (10) a segurança; e (11) o acesso a serviços coletivos. As fronteiras entre os temas não são estanques e pressupõem algum grau de subjetividade na associação de um indicador a um tema em específico. Alguns exemplos: as condições ambientais das habitações podem ser enquadradas no tema do ambiente ou da habitação; os consumos de energia podem ser enquadrados na economia ou no ambiente; a mortalidade rodoviária pode ser inserida no tema da saúde ou da segurança; a produtividade do trabalho pode ser classificada no tema do emprego ou da economia e rendimento; entre outros. Face ao naipe de temas em questão, considera-se que o número relativamente limitado de indicadores incluídos nestas “áreas de interseção” tem influência escassa nas ilações sobre a presença (maior ou menor) de um tema em específico num determinado índice compósito.

Tabela 4.1 – Lista de temas constantes dos índices compósitos

Nº ordem	Tema
1	Ambiente
2	Economia e rendimento
3	Educação
4	Emprego
5	Habitação
6	Participação cívica e governação
7	Comunidade e inclusão social
8	Bem-estar subjetivo
9	Saúde
10	Segurança
11	Acesso a serviços coletivos

Sobre o conteúdo dos temas listados, convém referir os seguintes aspetos: o tema (6) da participação cívica e a governação inclui assuntos como as instituições, a liberdade de imprensa, a corrupção, etc.; o tema (7) da comunidade e a inclusão social inclui indicadores demográficos (p. ex., taxa de natalidade) e tópicos como a igualdade de género; o tema (11) do acesso a serviços coletivos considera as acessibilidades físicas (transportes) e digitais e outros serviços coletivos (p. ex., cultura, desporto).

Feito este enquadramento sobre a organização temática, estão criadas as condições para a apresentação da síntese dos temas constantes dos índices compostos, conforme se ilustra na tabela 4.2. Na matriz desta tabela, estão plasmados os 11 temas referenciados (em linha) e os índices analisados (em coluna). Cada tema está classificado segundo a preponderância no seio do índice: “XXX” se existe uma forte presença do tema; “XX” se o tema tem uma presença moderada ou intermédia; “X” se o tema apresenta uma reduzida presença; e “ ” se o tema é inexistente no índice. A graduação de cores auxilia a compreensão do grau de incidência dos temas. Na tabela em epígrafe, é feita ainda referência à escala territorial usada (âmbito nacional, regional, sub-regional e local). Em seguida, são descritos os aspetos mais marcantes de cada um dos índices analisados.

Em primeiro lugar, são analisados os índices da ONU, nomeadamente, o Índice de Desenvolvimento Humano e os subsequentes índices lançados (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, Índice de Desigualdade de Género, Índice de Desenvolvimento Humano por Género e Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta)³³. Trata-se dos índices mais simples, quer na sua estrutura, quer no número de indicadores. Os temas principais são: a economia e rendimento, a educação e a saúde. O tema do ambiente está contemplado no IDHP e o tema da inclusão social no IDG.

O Índice Global dos ODS (ONU) engloba um total de 98 indicadores, havendo uma preponderância evidente de dois temas: o ambiente (31 indicadores) e a economia e rendimento (20). Num segundo patamar, encontram-se: a participação cívica e governação (10), a saúde (8), o emprego (7), a educação (6) e a habitação (6). Com uma presença mais ténue, estão as temáticas da segurança (5) e dos serviços coletivos (4).

O Índice “Better Life” (OCDE) mostra-se como um dos mais equilibrados de todo o panorama analisado. Considerando o perímetro de 24 indicadores do “bem-estar atual”, verifica-se que quatro temas estão representados com três indicadores cada: economia e rendimento, educação, emprego e habitação. Com dois indicadores cada, encontram-se os seguintes temas: ambiente, participação cívica e governação, comunidade e inclusão social, bem-estar subjetivo, saúde e segurança. Somente o tema dos serviços coletivos não figura nesta lista de indicadores. Aqui, merece uma referência a consagração de indicadores dedicados ao bem-estar subjetivo o qual, como se verá, é o tema mais sub-representado.

O Índice “Better Life” (OCDE) na sua declinação regional revela igualmente um assinalável equilíbrio temático. Os 14 indicadores abrangem os 11 temas consagrados: cada tema é satisfeito com um indicador, havendo três temas com dois indicadores: o emprego, a saúde, e os serviços coletivos.

³³ O Índice de Pobreza Multidimensional não foi equacionado na análise, uma vez que a sua construção visa responder às necessidades dos países em vias de desenvolvimento.

Atendendo a que, nestes últimos casos, os pares de indicadores não são suficientemente diferenciadores³⁴, considerou-se a totalidade dos temas com igual ponderação (assinalados com “XX”).

O Índice de Progresso Social, conforme ficou patente, concentra-se exclusivamente em dimensões não-económicas. Do painel de 57 indicadores que compõem o índice, são notórios três temas com maior preponderância: a saúde (com 11 indicadores), a educação (11) e o ambiente (10). Com um segundo grau de relevância surgem os seguintes temas: participação cívica e governação (6), comunidade e inclusão social (6), e segurança (5). Com uma escassa participação no IPS, encontram-se os temas da economia e rendimento (3), serviços coletivos (3) e emprego (2). Não foram associados indicadores aos temas da habitação e do bem-estar subjetivo.

O Índice Regional de Progresso Social tem alguns pontos de contacto com a hierarquização temática do IPS, como seria de esperar. Neste caso, o tema associado a um maior número de indicadores é o da participação cívica e governação (10 indicadores), seguido dos temas da educação (9) e da saúde (8). Num segundo escalão de importância, encontram-se os seguintes temas: o ambiente (7), a habitação (6), e a comunidade e inclusão social (6). As temáticas com uma presença mais fraca são: a segurança (4), o emprego (2), os serviços coletivos (2) e o bem-estar subjetivo (1). Não há indicadores relativos ao tema da economia e rendimento.

O Índice de Competitividade Regional (CE), como se antevê pelo seu enfoque, representa um dos casos mais desequilibrados no seio desta análise. De um total de 68 indicadores que compõem o ICR, dois terços correspondem a somente três temas: a economia e rendimento (20 indicadores), a participação cívica e governação (13) e o emprego (12). Num plano intermédio, situam-se os temas da educação (9), saúde (6) e serviços coletivos (6). A temática da segurança está representada com 2 indicadores. Os restantes temas não estão representados: ambiente, habitação, comunidade e inclusão social, e bem-estar subjetivo.

Por seu turno, o Índice de Competitividade Global (FEM) espelha, de igual forma, um forte pendor sobre os temas económicos e da governação. Num perímetro de 103 indicadores, estes dois temas preenchem metade da tabela: a economia e rendimento tem 32 indicadores; a participação cívica e governação³⁵ tem 28. Num segundo patamar, figuram três temas: os serviços coletivos³⁶ (15), o emprego (11) e a educação (10). Os temas com escassa presença são: a segurança (4), o ambiente (2) e a saúde (1). Finalmente, os temas sem indicadores contemplados no ICG são: a habitação, a comunidade e inclusão social, e o bem-estar subjetivo.

³⁴ Emprego (taxa de emprego e taxa de desemprego); saúde (esperança de vida à nascença; taxa de mortalidade ajustada à idade); serviços coletivos (indicadores sobre o acesso à internet)

³⁵ Dentro deste tema, os indicadores associados à governação (qualidade das instituições, quadro legal, etc.) tem um peso muito superior à participação cívica

³⁶ Sobretudo ligados a infraestruturas de transportes, digitais e de energia

O Índice de Crescimento Futuro (FEM) é outro exemplo da preponderância dos temas económicos e da governação. Os dois temas principais representam 57% de uma lista com 84 indicadores: economia e rendimento (com 30 indicadores), e participação cívica e governação (18). Com uma presença intermédia no índice, encontram-se os temas do ambiente (11) e do emprego (10). Os demais temas têm uma presença escassa no Índice de Crescimento Futuro: educação (4), saúde (4), serviços coletivos (4), habitação (1), segurança (1), comunidade e inclusão (1). O bem-estar subjetivo não está aqui representado.

No Índice de Bem-Estar (INE), numa lista com mais de 70 indicadores, os temas mais recorrentes são: a economia e rendimento (com 15 indicadores) e o emprego (12). Seguem-se vários itens com uma presença intermédia: a saúde (9), o ambiente (8), a educação (7), a participação cívica e governação (6), a comunidade e inclusão social (5), e a segurança (5). Os temas menos presentes são: o bem-estar subjetivo (2), a habitação (1) e os serviços coletivos (1). No IBE, é notória uma marcada hierarquização dos temas em três níveis, tendo sido associados indicadores em todos os temas definidos.

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (INE) é constituído por um total de 65 indicadores, sob as dimensões da competitividade, coesão e qualidade ambiental. Com a classificação efetuada aos indicadores, de acordo com os 11 temas elencados, três temas assumem uma posição mais relevante: a economia e rendimento (19 indicadores), o emprego (12) e o ambiente (12). Outros três tópicos ocupam um lugar intermédio: a comunidade e inclusão (7), a educação (6) e a saúde (5). A habitação e a segurança figuram com um indicador cada. O bem-estar subjetivo e a participação cívica e governação não dispõem de indicadores associados a estes temas.

O último trabalho analisado do INE, o Estudo do Poder de Compra Concelhio, tem um carácter monotemático acentuado, no qual 14 dos 15 indicadores contemplados se inscrevem no âmbito da economia e rendimento. Há ainda um indicador demográfico, afeto ao tema da comunidade e inclusão social.

O estudo “Municípios Online” (Marktest), com um painel de cerca de 40 indicadores, possui um tema preponderante: a economia e rendimento (com 15 indicadores). Numa segunda linha de importância, surgem dois tópicos: o ambiente (7), e a comunidade e inclusão social (5). Os restantes temas têm uma escassa participação no cômputo do trabalho da empresa: educação (3), emprego (3), serviços coletivos (3), saúde (2) e segurança (2). A habitação, a participação cívica e governação, e o bem-estar subjetivo não dispõem de indicadores afetos a qualquer um destes temas.

Tabela 4.2 – Síntese dos temas constantes dos índices compostos

Temas	Índices	Índice Desenvolv. Humano e subsequentes		Índice global ODS		Índice Better Life		Índice bem-estar regional		Índice Progresso Social		Índice Regional Progresso Social		Índice Competitivid. Regional		Índice Competitivid. Global		Índice Crescimento Futuro		Índice Bem-Estar		Índice Sintético Desenvolv. Regional		Estado Poder Compra Concelho		Municípios Online		Índice ODS/local	
		ONU	ONU	OCDE	OCDE	OCDE	SPI	CE	CE	CE	FEM	FEM	FEM	INE	INE	INE	INE	INE	INE	INE	INE	INE	INE	Marktest	Marktest	Plat. ODS/local	Plat. ODS/local		
Economia e rendimento		XXX	XXX	XXX	X	XX	XX	XX	XX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XX
Emprego			XX	XXX	X	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	
Saúde	XXX	XX	XX	XX	XXX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Educação	XXX	XX	XXX	XXX	XXX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Habituação		XX	XXX	XXX		XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Segurança		X	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	
Serviços coletivos		X			X	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	
Ambiente	XX	XXX	XX	XX	XXX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XXX	
Particip. e governança		XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Comunidade e inclusão	X		XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Bem-estar subjetivo				XX		XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
Escala utilizada		nacional	nacional	nacional	nacional	regional	nacional	regional	regional	nacional	nacional	regional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	nacional	sub-regional	local	local	local	local	local	

Legenda:

XXX

Forte presença

XX

Presença intermédia

X

Reduzida presença

Inexistente

O Índice ODSlocal é composto por um total de 143 indicadores, os quais abrangem uma boa parte dos temas elencados de forma equilibrada. O tema mais relevado é o ambiente com 36 indicadores, assumindo um evidente lugar cimeiro neste índice. Numa segunda ordem de importância, encontram-se seis temas: a participação cívica e governação (18), a economia e rendimento (18), a saúde (16), a habitação (12), a educação (11), e a comunidade e inclusão social (11). Os temas com menos indicadores associados são: os serviços coletivos (9), o emprego (7) e a segurança (5). Não existem indicadores relacionados com o bem-estar subjetivo.

Concluída a descrição da presença dos 11 temas no cômputo dos índices compósitos, resultam evidentes algumas ilações que importa agora enunciar. Em primeiro lugar, a economia (e rendimento) continua a ocupar um lugar cimeiro na maioria dos índices: em 10 dos 14 índices analisados, este tema tem uma presença marcante (“XXX”), conforme ilustrado na tabela 4.2 (nota: a célula a sombreado traduz a maior frequência registada em cada tema).

Tabela 4.2 – Preponderância dos temas nos índices compósitos

Tema	XXX	XX	X	“ “
Economia e rendimento	10	2	1	1
Emprego	4	4	4	2
Saúde	3	7	3	1
Educação	4	7	2	1
Habitação	1	4	3	6
Segurança	0	4	8	2
Serviços coletivos	0	3	8	3
Ambiente	4	7	1	2
Participação cívica e governação	4	6	0	4
Comunidade e inclusão social	0	8	3	3
Bem-estar subjetivo	0	2	2	10

Numa segunda linha de relevo, encontram-se quatro temas: o emprego, a educação, o ambiente, e a participação cívica e governação. Cada um destes temas figura com a máxima preponderância (“XXX”) em quatro índices, porém a notação mais habitual corresponde à presença intermédia (“XX”)³⁷. Os temas da saúde e da comunidade e inclusão social, com sete e oito menções, respetivamente, no patamar intermédio (“XX”), também se enquadram neste segundo pelotão de temas. Esta observação permite concluir que este “cacho” de seis temas está significativamente representado em muitos dos índices, detendo uma importância intermédia no conjunto dos temas enumerados.

³⁷ Exceto no tema do emprego.

As temáticas da habitação, da segurança e dos serviços coletivos ocupam um lugar terciário neste panorama. Pese embora figurarem em alguns índices (3 a 4) numa posição intermédia (“XX”), os casos mais frequentes correspondem aos índices em que têm fraca expressão (“X”): a segurança e os serviços coletivos estão qualificados em oito índices com uma reduzida presença. O tema da habitação está ausente dos indicadores de seis índices, havendo um único caso em que ocupa a posição cimeira (Índice “Better Life”). Importa notar que a análise ora descrita pretende ilustrar a frequência e a intensidade da presença dos temas nos índices, o que não significa que o âmbito (mais lato ou estrito) ou a robustez metodológica dos mesmos seja equivalente.

Atendendo a que o propósito do presente trabalho consiste na discussão da forma mais adequada de medição do desenvolvimento local em Portugal, considera-se pertinente uma observação mais focalizada nos índices de âmbito sub-regional e local, designadamente, o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, o “Municípios Online” e o Índice ODSlocal (o Estudo do Poder Compra Concelhio foi excluído devido ao seu âmbito estrito), conforme descrito na tabela 4.3.

Tabela 4.3 – Síntese dos temas nos índices compósitos (nível sub-regional e local)

Temas \ Índices	Índice Sintético Desenvolv. Regional	Municípios Online	Índice ODSlocal
	INE	Marktest	Plat. ODSlocal
Economia e rendimento	XXX	XXX	XX
Emprego	XXX	X	X
Saúde	XX	X	XX
Educação	XX	X	XX
Habitação	X		XX
Segurança	X	X	X
Serviços coletivos	X	X	X
Ambiente	XXX	XX	XXX
Particip. e governança			XX
Comunidade e inclusão	XX	XX	XX
Bem-estar subjetivo			

Nesta análise mais fina dos temas mais recorrentes num plano sub-regional e local, confirma-se, por um lado, a primazia do tema da economia e rendimento, e por outro, a similar relevância do tema do ambiente (ambos com uma presença forte em dois índices e uma presença intermédia noutro).

Relativamente ao tema do ambiente, importa efetuar uma análise crítica sobre o conteúdo prático de muitos dos indicadores consagrados nesta temática. Em primeiro lugar, este tema abarca um conjunto heterogéneo de componentes (p. ex., energia, água, resíduos, biodiversidade, usos do solo, poluição do ar, etc.), com diferentes impactos territoriais e, em alguns casos, de difícil quantificação, conforme foi exposto. Em segundo lugar, deve ser notado que a obtenção de um bom desempenho

ambiental pode ter subjacente, não a adoção de medidas proativas em favor da sustentabilidade, mas sim constituir o resultado do atraso socioeconómico das regiões. A este título, atente-se no ISDR e nos resultados regionais e sub-regionais relevados na dimensão “qualidade ambiental”: os territórios com melhor notação nesta dimensão são, em regra, as zonas do país menos sujeitas a pressões ambientais, quer em termos populacionais (menor densidade populacional, menor artificialização dos solos, menor consumo de recursos), quer em termos económicos (menor pressão das atividades económicas). Não por acaso, a prevalência das áreas protegidas em Portugal coincide, na maioria dos casos, com os territórios de interior, menos povoados (tendencialmente desertificados) e com valores naturais mais bem preservados. Importa, por isso, calibrar as análises referentes ao desempenho ambiental dos territórios com as respetivas dinâmicas económicas e sociais, de modo a ser possível compreender a essência das trajetórias de desenvolvimento observadas.

O tema do emprego assume especial destaque no ISDR e uma participação discreta nos restantes índices. Num segundo patamar de importância, além do emprego, encontram-se os temas da saúde, da educação, e da comunidade e inclusão social, os quais patenteiam uma presença mediana na maioria dos índices. Num terceiro patamar, inferior, estão os temas da habitação (tratada de forma diferenciada nos três casos), da segurança e dos serviços coletivos. Finalmente, o tema da participação cívica e governação só está incluído no ODSlocal e o tema do bem-estar subjetivo está ausente destes três estudos.

Relativamente ao papel discreto dos últimos temas mencionados – bem-estar subjetivo e participação cívica e governação – nos estudos de base sub-regional e local, convém recordar que a utilização de indicadores, seja eles quais forem, pressupõe a existência de dados primários fiáveis, alicerçados em metodologias validadas. Nomeadamente, no caso do tema do bem-estar subjetivo, conforme expresso no capítulo anterior, trata-se de uma dimensão somente capturada através de inquéritos. Para que o resultado de uma operação estatística seja válido, a amostra tem de ser representativa do respetivo universo. Resulta assim evidente que a implementação de um sistema estatístico dedicado (total ou parcialmente) a este tema, numa escala local, traduzir-se-ia num extenso, complexo e oneroso trabalho de campo. Aliás, a disponibilidade e recolha de dados em territórios de características específicas (p. ex., nas áreas de baixa densidade) é um dos principais desafios na monitorização das políticas públicas (Pertoldi et al., 2022).

No caso do tema da participação cívica e governação, o sistema estatístico nacional (p. ex., através do INE) permite obter dados quantitativos de âmbito local (p. ex., despesa municipal “per capita” total ou em dada área de atuação), que podem refletir uma aproximação (“proxy”) do envolvimento financeiro municipal (despesa corrente ou despesa de capital) em determinado contexto. Porém, a quantidade de despesa nada indicia sobre a qualidade dessa despesa: ou seja, se se trata de “boa despesa” ou “má despesa”. E, o teor dessa avaliação, mesmo coadjuvado por análises de custo-

benefício (em comparação com outras realidades territoriais), será sempre um exercício subjetivo, porque dependente da percepção dos destinatários últimos das políticas públicas: as pessoas. Também neste campo, a determinação da qualidade da governação territorial passaria por uma avaliação regular sobre a percepção³⁸ das comunidades locais face ao desempenho das autoridades (locais, nacionais), o que implicaria um extenso trabalho de campo, à semelhança do tema anterior.

As dificuldades práticas inerentes à captação destes dois temas – bem-estar subjetivo e participação cívica e governação – não significa que não sejam relevantes no quadro dos temas pertinentes do desenvolvimento local. A sua importância, no âmbito dos instrumentos analisados, afigura-se diminuta, sobretudo pela escassez de dados fiáveis, justificando-se que, em nome da solidez metodológica dos indicadores e índices, estes tópicos sejam relegados para um plano inferior.

Devendo a auscultação das partes interessadas, nomeadamente, as comunidades locais, ser parte integrante de um sistema de monitorização multinível (do nacional ao local) das políticas públicas, as autoridades e os investigadores devem contribuir para a implementação de uma metodologia, cuja escala e complexidade seja adequada aos objetivos pretendidos e seja proporcional às estratégias locais, tendo em especial atenção o caso dos territórios demográfica e economicamente mais frágeis. Sobretudo nestes últimos casos (p. ex., concelhos de baixa densidade), é recomendável o desenho de um sistema de monitorização não complexo (na ambição dos dados obtidos e indicadores), que contemple as questões mais pertinentes na ótica da comunidade, de modo a assegurar a sua mobilização nas respostas a estes instrumentos de avaliação (Pertoldi et al., 2022). A comunicação regular dos exercícios de monitorização junto do público é outro dos desafios a ter em conta, quer numa ótica de transparência, quer pela relevância do envolvimento das comunidades nas decisões que afetam (ou podem afetar) a sua qualidade de vida. No fundo, trata-se de assegurar “voz política”, parafraseando um termo do relatório de Stiglitz et al. (2009) às populações, tornando-as partes integrantes de um processo continuado e participado de desenvolvimento local, e não apenas limitado ao exercício de voto em períodos eleitorais.

4.2. Considerações finais

Em síntese, a construção de índices compósitos, com vista à medição do nível de desenvolvimento dos territórios, insere-se numa extensa corrente internacional, protagonizada por instituições oficiais e inúmeros investigadores, a qual se tem vindo a alargar nas últimas décadas. Atualmente, existe um

³⁸ Atente-se que a percepção (positiva, negativa ou neutra) das pessoas face aos atores políticos decorre de fatores como a informação disponível, o sistema de valores e crenças individuais, o grau de envolvimento político-partidário, entre outros. A identificação destes fatores subjacentes às percepções, para melhor compreensão dos eventuais resultados apurados numa operação estatística (inquérito), torna ainda mais desafiante o processo de recolha de dados.

amplo consenso sobre a insuficiência do PIB enquanto preditor do desenvolvimento de um território (país, região ou concelho), sendo necessário contemplar um conjunto de domínios associados à qualidade de vida e ao bem-estar: desde a saúde à governança, passando pela educação, o ambiente, a segurança, entre muitos outros.

Neste contexto, a construção de um índice compósito, capaz de captar o carácter multidimensional do desenvolvimento, é um exercício apelativo e útil. Conforme foi analisado, um índice compósito tem subjacente um enquadramento conceptual e uma metodologia que visam objetivar e robustecer os resultados apurados. Não obstante este propósito, quaisquer opções metodológicas estão sujeitas a críticas: desde seleção de indicadores às técnicas de normalização e agregação. Tratando-se de uma perspetiva e de uma aproximação (“proxy”) a uma realidade dinâmica e complexa, o índice compósito, com os seus prós e contras, tem vindo a revelar-se um valioso instrumento de comunicação, habilitado a simplificar e a tornar inteligível essa realidade para os decisores políticos, os “media” e o público em geral.

Da análise efetuada, fica ainda demonstrado que a escala conta. A sucessiva aproximação territorial dos índices – do plano nacional para o regional, do regional para o sub-regional e do sub-regional para o local – coloca a descoberto as disparidades dos níveis de desenvolvimento entre os territórios, seja qual for a perspetiva adotada. Tanto a evidência empírica como os estudos realizados atestam a existência de assimetrias territoriais, mais ou menos significativas, em domínios como a economia, educação, saúde, ambiente, serviços coletivos, entre muitos outros. A este propósito, observem-se as disparidades ilustradas nos mapas de Portugal³⁹, expostas no capítulo anterior, resultantes da aplicação de metodologias de nível regional, sub-regional ou local.

A deteção e análise dessas assimetrias torna pertinente e oportuna a elaboração de instrumentos de análise com uma escala territorial fina, até ao nível do concelho. Neste sentido, a construção de um índice compósito de desenvolvimento local tem o potencial para se constituir como um elemento fundamental de compreensão dos desafios inerentes ao progresso de cada território à escala municipal, capacitando os atores locais (autarquias, empresas, comunidade), não apenas a perceberem melhor o diagnóstico territorial, mas também a promover um envolvimento mais participado nos processos de decisão.

Por analogia com o corpo humano, da mesma forma que um exame rigoroso permite conhecer as causas de uma doença e assim ser decidida a terapêutica mais adequada, um instrumento analítico territorialmente mais preciso terá a capacidade de compreender os problemas e desafios locais, de modo a poderem ser aplicadas as “terapêuticas” – leia-se, as políticas públicas – mais eficazes.

³⁹ Vide as figuras 3.23, 3.24, 3.25 e 3.29

E aqui reside a principal mais-valia de um índice compósito de desenvolvimento local: enquadrado por uma visão holística de desenvolvimento, que contemple as múltiplas dimensões associadas à qualidade de vida atrás referidas, este instrumento tem o potencial para promover a capacitação dos atores locais no desenho das políticas públicas mais ajustadas aos desafios dos seus territórios. No seio destes atores locais, destacam-se as autarquias, pela sua responsabilidade na implementação de políticas públicas a nível municipal, mas também os organismos públicos supramunicipais (Administração Central e Regional, ensino superior público, etc.) e as organizações da sociedade civil (empresas, associações, cidadãos em geral) que podem e devem ser envolvidas nos processos de construção dessas políticas públicas.

Conforme foi verificado, a obtenção de um diagnóstico rigoroso exige informação fiável. Para este efeito, a observância de um conjunto de etapas metodológicas, desde a recolha dos dados até ao seu tratamento estatístico, é crucial para que as partes interessadas tenham confiança nos resultados apresentados. Pese embora os organismos oficiais (com destaque para o INE) produzirem uma ampla bateria de indicadores nas mais diversas áreas, existem alguns domínios com escassez de informação fidedigna a uma escala local, atendendo a compreensíveis dificuldades de operacionalização, (designadamente, os recursos humanos e financeiros necessários para inquéritos com uma ampla cobertura territorial). Devido a tais limitações, os indicadores disponíveis não refletem devidamente alguns dos domínios associados à qualidade de vida, enviesando – por limitações de informação – um diagnóstico mais correto da realidade. Como foi visto, dois desses domínios são a participação cívica e a governança territorial e o bem-estar subjetivo.

Por conseguinte, a construção de um índice compósito de desenvolvimento local é, e será sempre, um trabalho em progressão (“work in progress”), suscetível de adaptações e atualizações, baseadas na disponibilidade de informação estatística na escala territorial pertinente. Adicionalmente, tal instrumento deve possuir um papel motriz na pesquisa e conceção de novas fontes de informação capazes de apoiar as políticas públicas a nível local e contribuir afirmativamente para a resposta à pergunta de partida: “como medir a qualidade de vida nos municípios em Portugal?”

Sem perder de vista a resposta a esta pergunta, as limitações operacionais aduzidas podem ser obviadas por experiências-piloto (p. ex., em dois ou três concelhos) na implementação de instrumentos de testagem, apoiados nas novas tecnologias⁴⁰, de modo a calibrar tais instrumentos, de forma gradual, para contextos territoriais mais alargados (desejavelmente a todos os concelhos do país).

⁴⁰ Procurando mitigar a exclusão de qualquer faixa da população (“infoexcluída”)

Em suma, a construção de um índice compósito de desenvolvimento local visa habilitar os atores políticos (numa lógica de governação multinível) a tomarem decisões mais informadas com o envolvimento da comunidade. Importa aqui reconhecer o papel relevante dos atores locais, em especial, as autarquias, para o seu contributo decisivo, através de intervenções proativas, nos fatores determinantes da qualidade de vida das pessoas. Porque as pessoas são – e devem ser – o cerne do desenvolvimento.

Lista de siglas e acrónimos

ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

ACP - Análise de Componentes Principais

APB - Associação Portuguesa de Bancos

CE - Comissão Europeia

CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

EDP - Energias de Portugal

EPCC - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

EU-SILC - European Union Statistics on Income and Living Conditions

EU-SPI - EU Regional Social Progress Index

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEM - Fórum Económico Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBE - Índice de Bem-Estar

IBL - Índice “Better Life”

ICG - Índice de Competitividade Global

ICR - Índice de Competitividade Regional

IDG - Índice de Desigualdade de Género

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

IDHG - Índice de Desenvolvimento Humano por Género

IDHP - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPM - Índice de Pobreza Multidimensional

IPS - Índice de Progresso Social

IRPS - Índice Regional de Progresso Social

ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PISA - Programme for International Student Assessment

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTF - produtividade total dos fatores

UE - União Europeia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Referências bibliográficas

- Anand, S., & Sen, A. (1994). Human Development Index: Methodology and Measurement.
- Bloom Consulting (2022). Portugal City Brand Ranking – Municípios Portugueses. Lisboa, junho de 2022. Disponível em <https://www.bloom-consulting.com/pt/portugal-city-brand-ranking>
- Booyesen, F. (2002). An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development. *Social Indicators Research* 59, 115–151. <https://doi.org/10.1023/A:1016275505152>
- Comissão das Comunidades Europeias (2009). O PIB e mais além. Medir o progresso num mundo em mudança. Bruxelas, *COM (2009) 433 final*.
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Annoni, P., & Bolsi, P. (2020). The regional dimension of social progress in Europe: presenting the new EU social progress index, *Publications Office of the European Union*.
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Dijkstra, L., Papadimitriou, E., Martinez, B., De Dominicis, L., & Kovacic, M. (2023). Índice de Competitividade Regional da UE 2.0: edição revista de 2022, maio de 2023, *Serviço das Publicações da União Europeia*. <https://data.europa.eu/doi/10.2776/46106>
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, De Dominicis, L., Cabeza Martinez, B., Kovacic, M., & Papadimitriou, E. (2024). Índice de progresso social regional da UE 2.0: edição 2024, *Serviço de Publicações da União Europeia*. <https://data.europa.eu/doi/10.2776/786554>
- Durand, M. (2014). The OECD Better Life Initiative: How's Life? and the Measurement of Well-Being. *Review of Income and Wealth*. 61. 10.1111/roiw.12156.
- Ferrão, J. & Avelar, D. (coord.), Ferreira, F., Garrett, P., Guerreiro, A., Silveira, S. CB., Vieira, P., Ulm, F. (2024) Estado dos ODS em Portugal. O que nos dizem os indicadores municipais da Plataforma ODSlocal? ISBN: 978-989-35871-0-2. Disponível em <https://odslocal.pt/>
- Ferrão, J., CastelBranco da Silveira, S., Ferreira, F., Garrett, P., Guerra, J., Guerreiro, A., Leitão, L., Martins C., Madeira, P.M., Prata, L. Santos, F.D., Santos, M., Travassos, D., Vieira, P., Vasconcelos L., Schmidt, L. e Avelar, D. (2023). ODS e as Disparidades Territoriais: Como estão os vários territórios do País em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Disponível em <https://odslocal.pt/>
- Fórum Económico Mundial (2024). The Future of Growth Report 2024 I N S I, World Economic Forum. Suíça.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). Documento Metodológico - Índice de Bem-Estar, versão 2.0, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2020). Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Documento Metodológico versão 2.1., Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2023). Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2021 – Destaque à Comunicação Social - 12 de junho de 2023, Lisboa. Disponível em <https://www.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatística (2023). Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio: 2021. Lisboa. Disponível em [www: https://www.ine.pt/xurl/pub/439549749](http://www.ine.pt/xurl/pub/439549749). ISSN 0872-5977. ISBN 978-989-25-0654-8

- Koronakos, G., Smirlis, Y., Sotiros, D. & Despotis, D. (2020), Assessment of OECD Better Life Index by incorporating public opinion, *Socio-Economic Planning Sciences*, Volume 70, 2020, 100699, ISSN 0038-0121, <https://doi.org/10.1016/j.seps.2019.03.005>
- Kuznets, S. (1934). National Income, 1929-1932. In National Income, 1929-1932 (pp. 1-12). NBER.
- Kuznets, S. (1952). Long-Term Changes in the National Income of the United States of America Since 1870. *Review of Income and Wealth*, 2(1), 29–241. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.1952.tb01048.x>
- Lafortune, G., Fuller, G., Moreno, J., Schmidt-Traub, G., & Kroll, C. (2018). SDG index and dashboards detailed methodological paper. *Sustainable Development Solutions Network*, 9, 1-56.
- Lepenies, P. (2016). The Power of a Single Number: A Political History of GDP (New York: Columbia University Press, 2016), pp. 208, \$30. ISBN: 978-0-23117-510-4. *Journal of the History of Economic Thought*, 39(4), 610–611. doi:10.1017/S1053837216000663
- Mateus, Augusto & Associados, CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE (2005), “Competitividade territorial e coesão económica e social”, *Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.
- Mazziotta, M., & Pareto, A. (2013). Methods for constructing composite indices: One for all or all for one?. *Rivista italiana di economia, demografia e statistica*, 67, 67-80.
- Morse, S. (2023). Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World?. *Soc Indic Res* 170, 1035–1058. <https://doi.org/10.1007/s11205-023-03230-6>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2011), How's Life?: Measuring well-being, *OECD Publishing*. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264121164-en>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2014), How's Life in Your Region?: Measuring Regional and Local Well-being for Policy Making, *OECD Publishing*. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264217416-en>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2020), How's Life? 2020: Measuring Well-being, *OECD Publishing*, Paris, <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2022), OECD Regions and Cities at a Glance 2022, *OECD Publishing*, Paris, <https://doi.org/10.1787/14108660-en>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, União Europeia & Joint Research Centre. (2008). Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide. *OECD publishing*. <https://doi.org/10.1787/9789264043466-en>
- Pertoldi, M., Fioretti, C., Guzzo, F., Testori, G., De Bruijn, M., Ferry, M., Kah, S., Servillo, L.A. and Windisch, S., Handbook of Territorial and Local Development Strategies, Pertoldi, M., Fioretti, C., Guzzo, F. and Testori, G. (editors), *Publications Office of the European Union*, Luxembourg, 2022, doi:10.2760/57919, JRC130788
- Porter, M., Delgado-Garcia, M., Ketels, C., & Stern, S. (2008). "Moving to a New Global Competitiveness Index." Chap. 1.2 in *Global Competitiveness Report 2008/2009*, edited by Michael E. Porter and Klaus Schwab, 43–63. Geneva: World Economic Forum, 2008
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1990). Human Development Report 1990. Oxford University Press, New York.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1992). Human Development Report. New York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2018). Statistical Update 2018: Human Development Indices and Indicators. New York.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2024). Human Development Report 2023/2024: Breaking the Gridlock. New York. PDF ISBN: 9789213588703
- Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G. (2024). The SDGs and the UN Summit of the Future. *Sustainable Development Report 2024*. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press. doi:10.25546/108572
- Schwab, K. (2019). The Global Competitiveness Report 2019 (p. 666). World Economic Forum. http://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf
- Sen, A. (1985). Commodities and Capabilities. Oxford University Press India.
- Smith, A. (2023). A riqueza das nações. Nova Fronteira.
- Social Progress Imperative (2024). Social Progress Index. Social Progress Imperative. Washington, DC. Available at: www.socialprogress.org
- Stern, S., Harmacek, J., Krylova, P. & Htitich, M. (2024). Social Progress Index Methodology Summary. Social Progress Imperative. Washington, DC. Available at: www.socialprogress.org/global/methodology
- Stiglitz, J.E., Sen, A. & Fitoussi, J.-P. (2009) Report by the Commission on the Measurement of economic performance and social progress. Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.
- Van den Bergh, J. C. (2009). The GDP paradox. *Journal of economic psychology*, 30(2), 117-135.

Anexos – Tabelas dos índices e indicadores

Índice global ODS (ONU)

Dim. (ODS)	Indicadores	Temas
1	População em risco de pobreza ou exclusão social	Economia e rendimento
1	População em risco de pobreza depois das prestações sociais	Economia e rendimento
1	Taxa de privação material e social grave	Economia e rendimento
1	Pessoas que vivem em agregados familiares com trabalho muito precário	Emprego
2	Taxa de obesidade	Saúde
2	Rendimento dos fatores agrícolas por unidade de trabalho anual	Economia e rendimento
2	Apoio do Estado à I&D na agricultura	Economia e rendimento
2	Área agrícola de produção orgânica	Ambiente
2	Emissões de amoníaco da agricultura	Ambiente
3	Esperança de vida à nascença	Saúde
3	Percentagem da população com boa ou muito boa saúde percecionada	Saúde
3	Percentagem de população fumadora	Saúde
3	Taxa de mortalidade estandardizada relacionada com tuberculose, HIV e hepatite	Saúde
3	Taxa de mortalidade estandardizada (mortes evitáveis)	Saúde
3	Percentagem de população com necessidades não atendidas de cuidados médicos	Saúde
4	Reduzido desempenho em leitura, matemática e ciências	Educação
4	Participação na educação pré-escolar por sexo	Educação
4	Taxa de abandono escolar	Educação
4	Taxa de conclusão do ensino superior (pop. 25 a 34 anos)	Educação
4	Participação da população adulta no ensino (pop. 25 a 64 anos)	Educação
4	Percentagem da população adulta com conhecimentos digitais básicos	Educação
5	Violência física e sexual contra mulheres	Segurança
5	Disparidades salariais entre homens e mulheres em forma não ajustada	Emprego
5	Disparidade de género no emprego	Emprego
5	Pessoas fora do mercado laboral devido a cuidado familiar	Serviços
5	Assentos ocupados por mulheres nos parlamentos e governos nacionais	Participação cívica e governação
5	Cargos ocupados por mulheres na alta administração	Participação cívica e governação
6	População sem WC na habitação	Habitação
6	População ligada pelo menos ao tratamento secundário de águas residuais	Habitação
6	Procura bioquímica de oxigénio em rios	Ambiente
6	Nitrato em águas subterrâneas	Ambiente
6	Fosfato em rios	Ambiente
6	Índice de exploração da água	Ambiente
7	Consumo de energia primária e final	Economia e rendimento
7	Consumo final de energia na habitação per capita	Economia e rendimento
7	Produtividade energética	Economia e rendimento
7	Participação das energias renováveis no consumo final bruto de energia	Ambiente
7	Dependência de importação de energia	Economia e rendimento
7	População incapaz de manter a casa adequadamente aquecida	Habitação
8	PIB real per capita	Economia e rendimento
8	Participação do investimento no PIB	Economia e rendimento
8	Jovens que não trabalham, nem estudam e recebem formação (NEET)	Emprego
8	Taxa de emprego	Emprego
8	Taxa de desemprego de longa duração	Emprego
8	Acidentes de trabalho mortais por 100 000 trabalhadores	Segurança
9	Despesa interna bruta em I&D	Economia e rendimento
9	Pessoal em I&D	Emprego
9	Pedidos de patentes ao Instituto Europeu de Patentes (EPO)	Economia e rendimento
9	Participação de autocarros e comboios no transporte terrestre de passageiros	Serviços
9	Participação do transporte ferroviário e das vias navegáveis interiores no transporte interior de mercadorias	Serviços

Índice global ODS (ONU)

Dim. (ODS)	Indicadores	Temas
9	Intensidade de emissões atmosféricas pela indústria	Ambiente
10	Disparidades no PIB per capita	Economia e rendimento
10	Disparidades no rendimento familiar per capita	Economia e rendimento
10	Disparidade média relativa do risco de pobreza	Economia e rendimento
10	Distribuição de rendimento – proporção do quintile de rendimento	Economia e rendimento
10	Participação no rendimento dos 40% mais pobres da população	Economia e rendimento
10	Pedidos de asilo	Comunidade e inclusão
11	Taxa de privação habitacional grave	Habituação
11	População que vive em habitações com excesso de ruído	Habituação
11	Área urbanizada per capita	Habituação
11	Mortalidade rodoviária	Segurança
11	Mortes prematuras devido à exposição a partículas finas (PM2.5)	Saúde
11	Taxa de reciclagem de resíduos urbanos	Ambiente
12	Consumo de produtos químicos perigosos	Ambiente
12	Pegada material	Ambiente
12	Emissões médias de CO2 por km de automóveis novos de passageiros	Ambiente
12	Taxa de uso de material circular	Ambiente
12	Geração de resíduos	Ambiente
12	Valor acrescentado bruto no setor de bens e serviços ambientais	Ambiente
13	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa	Ambiente
13	Emissões líquidas de gases com efeito de estufa do setor do uso do solo, alteração do uso do solo e silvicultura (LULUCF)	Ambiente
13	Perdas económicas relacionadas com o clima	Economia e rendimento
13	Contribuição para o compromisso internacional de 100 mil milhões de dólares em despesas relacionadas com o clima	Ambiente
13	População abrangida pelos signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia	Ambiente
14	Áreas marinhas protegidas	Ambiente
14	Tendências estimadas na biomassa dos inventários pesqueiros	Ambiente
14	Tendências estimadas na pressão da pesca	Ambiente
14	Zonas balneares com excelente qualidade de água	Ambiente
14	Acidez média global da água do mar à superfície	Ambiente
14	Águas marinhas afetadas pela eutrofização	Ambiente
15	Percentagem de área florestal	Ambiente
15	Áreas terrestres protegidas	Ambiente
15	Índice de impermeabilização do solo	Ambiente
15	Erosão estimada do solo pela água - área afetada por taxa de erosão severa	Ambiente
15	Índice de aves comuns	Ambiente
15	Índice de borboletas de pastagem	Ambiente
16	Taxa padronizada de mortalidade por homicídio	Segurança
16	População relatando ocorrência de crime, violência ou vandalismo na sua área	Segurança
16	Despesas totais do governo com a justiça	Participação cívica e governação
16	Independência percebida do sistema de justiça	Participação cívica e governação
16	Índice de Percepção de Corrupção	Participação cívica e governação
16	População com confiança nas instituições da UE	Participação cívica e governação
17	Ajuda oficial ao desenvolvimento em percentagem do PIB	Participação cívica e governação
17	Financiamento da UE aos países em desenvolvimento	Participação cívica e governação
17	Importações da UE provenientes de países em desenvolvimento	Economia e rendimento
17	Dívida bruta do Estado	Participação cívica e governação
17	Participação dos impostos ambientais nas receitas fiscais totais	Participação cívica e governação
17	Percentagem de agregados familiares com ligação à Internet de alta velocidade	Serviços

Índice Better Life

Domínio	Indicador	Tema
Habitação	Alojamentos sem condições básicas	Habitação
	Despesas com habitação	Habitação
	Nº pessoas por quarto	Habitação
Rendimento	Rendimento disponível ajustado líquido por agregado	Economia e rendimento
	Riqueza líquida por agregado	Economia e rendimento
Emprego	Segurança mercado laboral	Emprego
	Taxa emprego	Emprego
	Taxa desemprego longa duração	Emprego
	Rendimento "per capita"	Economia e rendimento
Comunidade	Qualidade rede apoio social	Comunidade e inclusão
Educação	Nível qualificação / educação	Educação
	Competências estudantes	Educação
	Nº anos escolaridade	Educação
Ambiente	Poluição ar	Ambiente
	Qualidade água	Ambiente
Participação cívica	Envolvimento comunidade no processo legislativo	Participação cívica e governação
	Participação eleitoral	Participação cívica e governação
Saúde	Esperança média vida	Saúde
	Saúde (autopercebida)	Saúde
Satisfação com a vida	Satisfação com a vida	Bem-estar subjetivo
Segurança	Perceção segurança	Segurança
	Taxa homicídios	Segurança
Equilíbrio vida pessoal e profissional	Empregados com demasiadas horas trabalho	Comunidade e inclusão
	Tempo dedicado ao lazer e atividades pessoais	Bem-estar subjetivo

Índice Better Life OCDE - regional

Dimensão	Domínios	Indicadores
Condições materiais	Habituação	Nº pessoas por quarto
	Rendimento	Rendimento disponível do agregado “per capita” (em PPP)
	Emprego	Taxa de emprego (%)
Taxa de desemprego (%)		
Qualidade de vida	Saúde	Esperança de vida à nascença (anos)
		Taxa de mortalidade ajustada pela idade (por 1000 hab)
	Educação	População empregada com nível de educação secundário ou sup. (%)
	Ambiente	Exposição média à poluição do ar
	Participação cívica	Participação eleitoral (%)
	Acesso a serviços	Agregados familiares com acesso de banda larga (%)
		Velocidade da internet (“downloads”): desvio da média OCDE (%)
Segurança	Taxa de homicídios (por 100.000 hab)	
Bem-estar subjetivo	Comunidade	População com apoio social (família, amigos) em caso necessidade (%)
	Satisfação com a vida	Autoavaliação da satisfação com a vida (0 a 10)

Índice de Competitividade Regional

Dimensões	Componentes (pilares)	Indicadores	Temas
Básico	Instituições - regional	Corrupção	Participação cívica e governação
		Qualidade e responsabilidade	Participação cívica e governação
		Imparcialidade	Participação cívica e governação
		Indivíduos que usaram a Internet para interagir com autoridades públicas	Participação cívica e governação
	Instituições - nacional	Presença de corrupção nas instituições públicas nacionais	Participação cívica e governação
		Presença de corrupção nas instituições públicas locais ou regionais	Participação cívica e governação
		Facilidade para fazer negócios	Participação cívica e governação
		Direitos de propriedade	Participação cívica e governação
		Proteção da propriedade intelectual	Participação cívica e governação
		Eficiência do quadro jurídico na resolução de litígios	Participação cívica e governação
		Eficiência do quadro jurídico em regulamentação complexa	Participação cívica e governação
		Crime organizado	Segurança
		Confiança nos serviços policiais	Segurança
		Independência judicial	Participação cívica e governação
	Estabilidade macroeconómica	Défice/excedente das administrações públicas	Participação cívica e governação
		Poupança nacional	Economia e rendimento
		Rendimentos dos títulos do tesouro	Economia e rendimento
		Dívida pública	Economia e rendimento
		Posição líquida de investimento internacional	Economia e rendimento
	Infraestruturas	Desempenho do transporte rodoviário	Serviços
		Desempenho do transporte ferroviário	Serviços
		Acessibilidade a voos de passageiros	Serviços
	Saúde	Mortalidade rodoviária	Saúde
		Expectativa de vida saudável	Saúde
		Mortalidade infantil	Saúde
		Taxa de mortalidade por doenças oncológicas	Saúde
		Taxa de mortalidade por doenças cardíacas	Saúde
		Taxa de mortalidade por suicídio	Saúde
	Educação básica	Baixo desempenho em leitura (15 anos)	Educação
		Baixo desempenho em matemática (15 anos)	Educação
Baixo desempenho em ciências (15 anos)		Educação	
Eficiência	Ensino superior e aprendizagem ao longo da vida	Nível de escolaridade superior	Educação
		Aprendizagem ao longo da vida (formação adultos)	Educação
		Abandono escolar precoce	Educação
		Acessibilidade universitária (transportes)	Educação
		População com ensino obrigatório concluído	Educação
	Eficiência do mercado laboral	Taxa de emprego (excluindo agricultura)	Emprego
		Desemprego de longa duração	Emprego
		Taxa de desemprego	Emprego
		Produtividade do trabalho	Economia e rendimento
		Diferença na taxa de desemprego por género	Emprego
		Diferença na taxa de emprego por género	Emprego
		Taxa de desemprego nos jovens (NEET)	Emprego
		Procura não satisfeita de emprego	Emprego
	População com emprego temporário	Emprego	
	Dimensão do mercado	Rendimento disponível per capita	Economia e rendimento
		Dimensão potencial do mercado em PIB	Economia e rendimento
		Dimensão potencial do mercado em população	Economia e rendimento

Índice de Competitividade Regional

Dimensões	Componentes (pilares)	Indicadores	Temas
Inovação	Rapidez tecnológica	Domicílios com acesso à banda larga	Serviços
		Indivíduos que compraram pela internet no último ano	Serviços
		Acesso à banda larga de alta velocidade	Serviços
		Indivíduos com competências digitais gerais acima do básico	Educação
		Empresas que receberam pedidos on-line (>1%)	Economia e rendimento
		Empresas com acesso em banda larga fixa.	Economia e rendimento
	Sofisticação empresarial	Emprego (setores K-N)	Emprego
		Valor adicionado bruto (VAB) (setores K-N)	Economia e rendimento
		PME inovadoras que colaboram com outras	Economia e rendimento
		Inovadores de marketing ou organizacionais	Economia e rendimento
	Inovação	Total de pedidos de patentes	Economia e rendimento
		Emprego das atividades criativas	Economia e rendimento
		Trabalhadores do conhecimento	Emprego
		Publicações científicas	Economia e rendimento
		Despesas totais de investigação e desenvolvimento (internas)	Economia e rendimento
		Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia	Emprego
		Emprego em setores intensivos em tecnologia e conhecimento	Emprego
		Pedidos de marca registada	Economia e rendimento
		Aplicações de design	Economia e rendimento
Vendas em inovações novas no mercado e novas nas empresas	Economia e rendimento		

Índice Progresso Social

Dimensões	Componentes	Indicadores	Temas
Necessidades básicas	Nutrição e cuidados básicos	Doenças infecciosas	Saúde
		Mortalidade infantil	Saúde
		Atrofia infantil	Saúde
		Mortalidade materna	Saúde
		Subnutrição	Saúde
		Dieta pobre em frutas e vegetais	Saúde
	Água e saneamento	Serviço básico de água	Ambiente
		Serviço de saneamento básico	Ambiente
		Água, saneamento e higiene inseguros	Ambiente
		Satisfação com a qualidade da água	Ambiente
	Habitação	Poluição do ar doméstico	Ambiente
		Insatisfação com o acesso à habitação	Economia e rendimento
		Acesso à eletricidade	Economia e rendimento
		Uso de combustíveis limpos e tecnologia para cozinhar	Economia e rendimento
	Segurança	Violência interpessoal	Segurança
		Mortalidade rodoviária	Segurança
		Violência doméstica	Segurança
Sensação segurança pessoal		Segurança	
% pessoas roubadas (dinheiro)		Segurança	
Fundamentos do bem-estar	Educação básica	População sem escolaridade	Educação
		Igualdade de acesso a uma educação de qualidade	Educação
		População matriculada na escola primária	Educação
		População com ensino secundário	Educação
		Paridade de género no ensino secundário	Educação
	Informação e comunicações	Acesso aos serviços públicos online	Serviços
		População utilizadora de Internet	Serviços
		Assinaturas de telemóveis	Serviços
		Índice mundial de liberdade de Imprensa	Participação cívica e governação
	Saúde	Expectativa de vida aos 60 anos	Saúde
		Satisfação com a disponibilidade de cuidados de saúde de qualidade	Saúde
		Taxa de mortalidade 15 - 50 anos	Saúde
		Igualdade de acesso a cuidados de saúde de qualidade	Saúde
		Acesso a serviços básicos de saúde	Saúde
	Qualidade ambiental	Poluição do ar exterior	Ambiente
		Exposição ao chumbo	Ambiente
		Poluição por material particulado (PM2.5)	Ambiente
		Proteção de espécies	Ambiente
		Reciclagem	Ambiente

Índice Progresso Social

Dimensões	Componentes	Indicadores	Temas
Oportunidades	Direitos e opinião	Direitos políticos	Participação cívica e governação
		Índice de proteção igual	Participação cívica e governação
		Igualdade perante a lei e índice de liberdade individual	Participação cívica e governação
		Liberdade de reunião pacífica	Participação cívica e governação
	Liberdades e escolhas	Procura satisfeita para contraceção	Educação
		Percepção de corrupção	Participação cívica e governação
		Casamento precoce	Comunidade e inclusão
		<small>Jovens que não estudam, não trabalham nem seguem qualquer formação (NEET)</small>	Emprego
		Emprego precário	Emprego
		Liberdade sobre as escolhas de vida	Comunidade e inclusão
	Inclusão social	Índice de igualdade de acesso	Comunidade e inclusão
		Ajuda pessoal (família e amigos)	Comunidade e inclusão
		Discriminação e violência contra minorias	Comunidade e inclusão
		Aceitação de gays e lésbicas	Comunidade e inclusão
	Educação avançada	Citações em publicações	Educação
		Liberdade académica	Educação
		Mulheres com educação avançada	Educação
		Anos esperados de ensino superior	Educação
Qualidade das universidades		Educação	

Índice Regional Progresso Social

Dimensões	Componentes	Indicadores	Temas
Necessidades básicas	Nutrição e apoio médico	Mortalidade infantil	Saúde
		Necessidades dentárias não atendidas	Saúde
		Necessidades médicas não atendidas	Saúde
		Subnutrição	Saúde
	Água e saneamento	Satisfação com a qualidade da água	Ambiente
		Habitacões com falta de sanita	Habitacão
		Habitacões sem esgoto coletado	Habitacão
		Tratamento de esgoto	Ambiente
	Habitacão	Custo oneroso da habitacão	Habitacão
		% pessoas em habitacão sem condições	Habitacão
		Habitacões sobrelotadas	Habitacão
		Habitacões sem aquecimento adequado	Habitacão
	Segurança	Mortes no trânsito	Segurança
		Segurança à noite	Segurança
		% pessoas roubadas (dinheiro)	Segurança
		% pessoas assaltadas	Segurança
Fundamentos do bem-estar	Educação básica	Proporção de jovens de 15 anos com baixo desempenho em leitura (nível 1a ou inferior)	Educação
		Proporção de jovens de 15 anos com baixo desempenho em matemática (nível 2 ou inferior)	Educação
		Educação básica	Educação
		% pessoas entre 25 a 64 anos com ensino secundário	Educação
		% abandono escolar precoce	Educação
		Banda larga de alta velocidade	Serviços
		Competências digitais acima do nível básico	Educação
	Informação e comunicações	% pessoas com interação online com autoridades públicas	Participação cívica e governação
		Liberdade dos media	Participação cívica e governação
		% pessoas com acesso à Internet	Serviços
		Anos de vida perdidos causados por PM2,5, NO2 e ozono (SOMO35)	Ambiente
		Estado de saúde subjetivo	Saúde
	Saúde	Taxa padronizada de mortalidade por cancro	Saúde
		Taxa padronizada de mortalidade por doenças cardíacas	Saúde
		% pessoas com sentimentos positivos	Bem-estar subjetivo
		Poluição atmosférica NO2	Ambiente
	Qualidade ambiental	Poluição atmosférica por ozono (SOMO35)	Ambiente
		Poluição atmosférica PM2.5	Ambiente
		Qualidade das águas balneares	Ambiente
	Oportunidades	Governança e confiança	% pessoas com confiança no governo nacional
% pessoas com confiança no sistema judicial			Participação cívica e governação
% pessoas com confiança na polícia			Participação cívica e governação
Confiança e governança			Participação cívica e governação
Opinião expressou a um funcionário público			Participação cívica e governação
Participação feminina em assembleias regionais			Comunidade e inclusão
Índice de qualidade das instituições			Participação cívica e governação
Liberdades e escolhas		Liberdade sobre as escolhas de vida	Comunidade e inclusão
		Oportunidades de emprego	Emprego
		Gravidez na adolescência	Saúde
		Jovens que não estudam, não trabalham nem seguem qualquer formação (NEET)	Emprego
		Índice de corrupção institucional	Participação cívica e governação
Inclusão social		Índice de imparcialidade das instituições	Participação cívica e governação
		Tolerância para com os imigrantes	Comunidade e inclusão
		Tolerância para com as minorias	Comunidade e inclusão
		Tolerância em relação a gays/lésbicas	Comunidade e inclusão
		Mulheres tratadas com respeito	Comunidade e inclusão
		% pessoas entre 25 a 64 anos com ensino superior	Educação
Educação avançada		Aprendizagem ao longo da vida	Educação
		Citações em publicações	Educação

Índice Competitividade Global

Dimensões (nilares)	Componentes	Indicadores	Temas
Instituições	Segurança	Crime organizado	Segurança
		Taxa de homicídios	Segurança
		Incidência de terrorismo	Segurança
		Confiança nos serviços policiais	Segurança
	Capital social	Capital social	Participação cívica e governação
	Estado de Direito	Transparência orçamental	Participação cívica e governação
		Independência judicial	Participação cívica e governação
		Eficiência do quadro jurídico em regulamentos complexos	Participação cívica e governação
		Liberdade de imprensa	Participação cívica e governação
	Desempenho do setor público	Ónus da regulamentação governamental	Participação cívica e governação
		Eficiência do quadro jurídico na resolução de litígios	Participação cívica e governação
		Participação eletrónica	Participação cívica e governação
	Transparência	Incidência de corrupção	Participação cívica e governação
	Direitos de propriedade	Direitos de propriedade	Participação cívica e governação
		Proteção da propriedade intelectual	Participação cívica e governação
		Qualidade da administração fundiária	Participação cívica e governação
	Governança empresarial	Qualidade dos padrões de auditoria e contabilidade	Economia e rendimento
		Regulamentação de conflitos de interesses	Economia e rendimento
		Governança dos acionistas	Economia e rendimento
	Digitalização dos serviços públicos	Governo com estabilidade política	Participação cívica e governação
Capacidade de resposta do governo à mudança		Participação cívica e governação	
Adaptação do quadro jurídico à digitalização		Participação cívica e governação	
Visão de longo prazo do governo		Participação cívica e governação	
Compromisso com a sustentabilidade	Regulamentação sobre eficiência energética	Participação cívica e governação	
	Regulamentação sobre energias renováveis	Participação cívica e governação	
	Tratados vigentes relacionados com o meio ambiente	Participação cívica e governação	
Infraestruturas	Infraestruturas de transportes	Conectividade rodoviária	Serviços
		Qualidade da infraestrutura rodoviária	Serviços
		Densidade ferroviária	Serviços
		Eficiência dos serviços ferroviários	Serviços
		Conectividade aeroportuária	Serviços
		Eficiência dos serviços de transporte aéreo	Serviços
		Conectividade de transporte regular	Serviços
		Eficiência dos serviços portuários	Serviços
	Infraestruturas de utilidades	Acesso à eletricidade	Serviços
		Qualidade do fornecimento de eletricidade	Serviços
		Exposição a água potável imprópria	Ambiente
		Confiabilidade do abastecimento de água	Ambiente
		Assinaturas de telemóveis	Serviços
		Assinaturas de banda larga móvel	Serviços
		Assinaturas de internet banda larga fixa	Serviços
Assinaturas de internet de fibra	Serviços		
Utilizadores de Internet	Serviços		
Estabilidade macroeconómica	Estabilidade macroeconómica	Inflação	Economia e rendimento
		Dinâmica da dívida pública	Economia e rendimento
Saúde	Saúde	Expectativa de vida saudável	Saúde
Competências	Atual força de trabalho	Média de anos de escolaridade	Educação
		Extensão da formação de pessoal	Educação
		Qualidade da formação profissional	Educação
		Conjunto de competências dos diplomados	Educação
		Competências digitais entre a população ativa	Educação
		Facilidade em recrutar funcionários qualificados	Emprego
	Futura força de trabalho	Expectativa de vida escolar	Educação
		Pensamento crítico no ensino	Educação
		Proporção aluno-professor no ensino primário	Educação

Índice Competitividade Global

Dimensões (níveis)	Componentes	Indicadores	Temas	
Mercado de produção	Concorrência no mercado interno	Efeito distorcivo dos impostos e subsídios sobre a concorrência	Participação cívica e governação	
		Extensão de posições dominantes do mercado	Participação cívica e governação	
		Concorrência nos serviços	Economia e rendimento	
	Abertura ao comércio internacional	Prevalência de barreiras não tarifárias	Participação cívica e governação	
		Tarifas comerciais	Participação cívica e governação	
		Complexidade das tarifas	Participação cívica e governação	
		Eficiência no desalfandegamento	Participação cívica e governação	
Mercado laboral	Flexibilidade	Custos de redundância	Emprego	
		Práticas de contratação e despedimento	Emprego	
		Cooperação nas relações trabalhador-empregador	Emprego	
		Flexibilidade na determinação salarial	Emprego	
		Políticas ativas do mercado de trabalho	Emprego	
		Direitos dos trabalhadores	Emprego	
		Facilidade de contratação de mão de obra estrangeira	Emprego	
		Mobilidade laboral interna	Emprego	
	Meritocracia e incentivos	Confiança na gestão profissional	Economia e rendimento	
		Salário e produtividade	Economia e rendimento	
		Diferença salarial entre trabalhadores dos géneros masculino e feminino	Emprego	
		Taxa de imposto sobre o trabalho	Economia e rendimento	
Sistema financeiro	Robustez	Crédito interno ao sector privado	Economia e rendimento	
		Financiamento de PME	Economia e rendimento	
		Disponibilidade de capital de risco	Economia e rendimento	
		Capitalização de mercado	Economia e rendimento	
		Prémios de seguro	Economia e rendimento	
	Estabilidade	Solidez dos bancos	Economia e rendimento	
		Crédito malparado	Economia e rendimento	
		Lacuna de crédito	Economia e rendimento	
		Rácio de capital dos bancos	Economia e rendimento	
Dimensão do mercado	Dimensão do mercado	Produto interno bruto	Economia e rendimento	
		Importações de bens e serviços	Economia e rendimento	
Dinamismo empresarial	Requisitos legais	Custo de arranque do negócio	Participação cívica e governação	
		Prazo para arranque do negócio	Economia e rendimento	
		Taxa de recuperação de insolvências	Participação cívica e governação	
		Quadro regulamentar das insolvências	Participação cívica e governação	
	Cultura de empreendedorismo	Atitudes em relação ao risco empresarial	Economia e rendimento	
		Disposição para delegar autoridade	Economia e rendimento	
		Crescimento de empresas inovadoras	Economia e rendimento	
		Empresas adotando ideias disruptivas	Economia e rendimento	
Capacidade de inovação	Diversidade e colaboração	Diversidade da força de trabalho	Emprego	
		Estado de desenvolvimento dos clusters	Economia e rendimento	
		Coinvenções internacionais	Economia e rendimento	
		Colaboração multissetorial	Economia e rendimento	
	Investigação e desenvolvimento	Publicações científicas	Educação	
		Pedidos de patentes	Economia e rendimento	
		Despesas com I&D	Economia e rendimento	
			Índice de destaque das instituições de investigação	Educação
	Comercialização	Sofisticação do comprador	Economia e rendimento	
		Pedidos de marca registada	Economia e rendimento	

Índice Crescimento Futuro

Dimensões	Componentes	Indicadores	Temas
Inovação	Ecosistema de talentos	Disponibilidade de talento	Educação
		Nível de escolaridade	Educação
		Talento digital e tecnológico	Educação
	Ecosistema de recursos	Cobertura de rede móvel	Serviços
		Capital de TIC USD per capita	Economia e rendimento
		Fornecimento inovador de bens e serviços básicos	Economia e rendimento
	Ecosistema financeiro	Disponibilidade de financiamento de longo prazo, de risco e de PME	Economia e rendimento
		Pagamentos digitais	Economia e rendimento
		Crédito interno ao setor privado % PIB	Economia e rendimento
	Ecosistema tecnológico	Cultura empresarial e concorrência	Economia e rendimento
		Estado do desenvolvimento do cluster	Economia e rendimento
		Exportações de serviços avançados (% PIB)	Economia e rendimento
		Fabrico de produtos de média e alta tecnologia	Economia e rendimento
		Total de pedidos de patentes	Economia e rendimento
		Despesas com investigação e desenvolvimento (% PIB)	Economia e rendimento
		Índice de publicações científicas	Educação
		Emprego intensivo em conhecimento	Emprego
	Ecosistema institucional	Pedidos de marcas registadas	Economia e rendimento
		Qualidade regulatória	Participação cívica e governação
		Capital humano no setor público	Emprego
Inclusão	Ecosistema de talentos	Visão política e estabilidade	Participação cívica e governação
		Inclusão na força de trabalho	Emprego
		Cobertura universal de saúde	Saúde
		Falta de proteção social	Serviços
		Paridade de género na força de trabalho	Emprego
		Desigualdade na educação	Emprego
		Distribuição de rendimento	Economia e rendimento
	Ecosistema de recursos	Mobilidade social	Comunidade e inclusão
		Acesso a transporte e habitação	Habitação
		Segurança financeira doméstica	Segurança
		Dieta saudável inacessível	Saúde
		Indivíduos que usam a internet	Serviços
		Acesso a água potável segura	Ambiente
	Ecosistema financeiro	Lacuna de eletricidade rural vs. urbana	Serviços
		Desigualdade de riqueza	Economia e rendimento
		Acesso a serviços financeiros	Economia e rendimento
	Ecosistema tecnológico	Acesso a contas bancárias e poupança	Economia e rendimento
		Paridade de género em profissões intensivas em conhecimento	Emprego
		Inclusão em posição de liderança	Economia e rendimento
	Ecosistema institucional	Custo das TIC (PIB per capita)	Economia e rendimento
Direitos civis		Participação cívica e governação	
Participação política		Participação cívica e governação	
Inclusão no espaço público		Participação cívica e governação	
Igualdade de oportunidades no setor público		Participação cívica e governação	
		Pluralismo orçamental	Participação cívica e governação

Índice Crescimento Futuro

Dimensões	Componentes	Indicadores	Temas
Sustentabilidade	Ecosistema de talentos	Talento para a transição verde e energética	Ambiente
		Sofisticação das compras ecológicas	Economia e rendimento
	Ecosistema de recursos	Integridade da biodiversidade	Ambiente
		Emissões anuais de gases de efeito estufa t n CO ₂ equiv. por limite.	Ambiente
		Consumo de energia renovável	Economia e rendimento
		Danos ambientais agrícolas	Ambiente
		Total de captação de água m ³ per capita/ano	Ambiente
		Total de desperdícios per capita/ano	Ambiente
	Ecosistema	Investimento em energia renovável (% PIB)	Ambiente
	Ecosistema tecnológico	Total de patentes verdes	Ambiente
		Comércio de tecnologia ambiental	Ambiente
	Ecosistema institucional	Regulamentação sobre eficiência energética	Participação cívica e governação
Regulamentação sobre energia renovável		Participação cívica e governação	
Subsídios aos combustíveis fósseis		Participação cívica e governação	
Resiliência	Ecosistema de talentos	Proporção de dependência de idosos	Emprego
		Preenchimento vagas emprego por mão de obra estrangeira	Emprego
		Investimento em requalificação	Emprego
		Participação em formação durante a carreira	Emprego
		Camas hospitalares por 1.000 hab	Saúde
		Trabalhadores de saúde por 10.000 hab	Saúde
	Ecosistema de recursos	Concentração de produtos de exportação	Economia e rendimento
		Diversificação de fontes de energia	Economia e rendimento
		Recursos hídricos m ³ per capita/ano	Ambiente
		Concentração da oferta alimentar	Economia e rendimento
		Concentração da oferta de "commodities"	Economia e rendimento
		Qualidade da infraestrutura	Economia e rendimento
	Ecosistema financeiro	Classificação de crédito do país	Economia e rendimento
		Concentração bancária	Economia e rendimento
		Resiliência do sistema financeiro	Economia e rendimento
		Risco de falência do sistema bancário	Economia e rendimento
	Ecosistema tecnológico	Índice de segurança cibernética	Participação cívica e governação
		Concentração da oferta de tecnologia	Economia e rendimento
	Ecosistema institucional	Legitimidade do Estado	Participação cívica e governação
		Polarização social	Participação cívica e governação
		Estabilidade política	Participação cívica e governação
Adaptação governamental		Participação cívica e governação	
Índice de perceção de corrupção		Participação cívica e governação	
Estado de Direito		Participação cívica e governação	
Tratados ambientais		Participação cívica e governação	

Índice de bem-estar

Dim.	Comp.	Indicador	Temas
Condições Materiais de Vida	Bem-estar económico	Rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente (preços constantes, 2015)	Economia e rendimento
		Património financeiro líquido dos particulares (per capita, preços constantes, 2015)	Economia e rendimento
		Património total líquido dos particulares (per capita, preços constantes, 2015)	Economia e rendimento
		Despesa de consumo final das famílias per capita (preços constantes, 2015)	Economia e rendimento
		Desigualdade na distribuição do rendimento (S80/S20)	Economia e rendimento
		Coefficiente de Gini para o rendimento monetário disponível por adulto equivalente	Economia e rendimento
		Coefficiente de Gini para a remuneração mensal líquida do trabalho por conta de outrem	Economia e rendimento
		Proporção de pessoas satisfeitas com o estado atual da economia do país	Economia e rendimento
		Rendimento líquido mediano dos trabalhadores por conta de outrem (preços constantes, 2015)	Economia e rendimento
	Vulnerabilidade e económica	Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), após transferências sociais	Economia e rendimento
		Taxa de intensidade de pobreza	Economia e rendimento
		Intensidade laboral per capita muito reduzida	Emprego
		Taxa de privação material	Economia e rendimento
		Endividamento dos particulares (dívida financeira) em percentagem do rendimento disponível	Economia e rendimento
		Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	Habitação
	Emprego	Taxa de emprego (15 e mais anos)	Emprego
		Proporção de trabalhadores com 25 e mais anos com contrato de trabalho a termo	Emprego
		Taxa de desemprego	Emprego
		Proporção de desempregados de longa duração (12 e mais meses)	Emprego
		Taxa de desemprego da população com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior	Emprego
		Taxa de desemprego da população dos 15 aos 34 anos	Emprego
		Inativos por 100 empregados	Emprego
		Subemprego dos trabalhadores a tempo parcial	Emprego
Disparidade salarial entre homens e mulheres (valores não ajustados)		Economia e rendimento	
Proporção de pessoas que pensam ser provável ou muito provável perder o seu emprego nos seis meses seguintes		Emprego	
Proporção da população desempregada inscrita num Centro de Emprego do IEFP que não recebe nenhum tipo de subsídio relacionado com o desemprego		Emprego	

Índice de bem-estar

Dim.	Comp.	Indicador	Temas
Qualidade de Vida	Saúde	Esperança de vida à nascença	Saúde
		Taxa de mortalidade infantil	Saúde
		Esperança de vida em saúde	Saúde
		Taxa de mortalidade padronizada (<65 anos), por doenças do aparelho circulatório, por 100 000 habitantes	Saúde
		Taxa de mortalidade padronizada, por tumores malignos, por 100 000 habitantes	Saúde
		Proporção da população residente que avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom	Saúde
		Proporção da população que refere limitação na realização de atividades habituais devido a um problema de saúde prolongado	Saúde
		Proporção da população que avalia positivamente os serviços de saúde	Saúde
		Taxa de mortalidade padronizada, por suicídio, por 100 mil habitantes	Saúde
	Balanço vida-trabalho	Proporção da população empregada a trabalhar habitualmente 49 ou mais horas por semana (profissão principal)	Comunidade e inclusão
		Índice de conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares	Comunidade e inclusão
	Educação, conhecimento e competências	Abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	Educação
		Proporção de pessoas (30-34 anos), com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior	Educação
		Número médio de anos de escolaridade completa da população ativa	Educação
		Aprendizagem ao longo da vida	Educação
		Índice de consumos culturais	Serviços
		Taxa de jovens com idade entre 15 e 24 anos não empregados que não estão em educação ou formação	Emprego
		Índice de literacia	Educação
		Doutoramentos por 100 mil habitantes em Portugal	Educação
		Publicações científicas por 100 mil habitantes em Portugal	Educação
	Patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes	Economia e rendimento	
	Relações sociais e bem-estar subjetivo	Frequência de relacionamentos com familiares, amigos ou colegas de trabalho (pelo menos uma vez por semana)	Comunidade e inclusão
		Proporção de pessoas que têm com quem partilhar questões íntimas	Comunidade e inclusão
		Índice de confiança interpessoal	Comunidade e inclusão
		Grau de satisfação com a vida em geral	Bem-estar subjetivo
		Grau de felicidade (feliz ou muito feliz)	Bem-estar subjetivo
	Participação cívica e governação	Índice de participação eleitoral	Participação cívica e governação
		Grau de interesse pela política	Participação cívica e governação
		Índice de participação em atividades públicas	Participação cívica e governação
		Índice de confiança nas instituições	Participação cívica e governação
		Qualidade apercebida dos serviços públicos	Participação cívica e governação
		Índice de governação	Participação cívica e governação
	Segurança pessoal	Taxa de criminalidade registada	Segurança
		Taxa de homicídio voluntário consumado	Segurança
		Taxa de mortalidade padronizada por acidentes com veículos a motor (por 100 mil habs.)	Segurança
		Proporção de pessoas que se sentem seguras quando passeiam sozinhas depois de escurecer	Segurança
		Grau de confiança na polícia	Segurança
	Ambiente	Água segura	Ambiente
		Praias com Bandeira Azul	Ambiente
		População servida por estações de tratamento de águas residuais (só Continente)	Ambiente
		Total de emissões de gases com efeito de estufa	Ambiente
		Exposição à poluição no ar a partículas PM2,5 (µg/m3)	Ambiente
População que reporta problemas de ruído na vizinhança da sua residência		Ambiente	
Resíduos urbanos recolhidos com destino a aterro, per capita		Ambiente	
População que reporta problemas de poluição, sujidade ou outros problemas ambientais na vizinhança da sua residência		Ambiente	

Índice sintético de desenvolvimento regional

Domínio	Indicador	Tema
Competitividade	PIB por habitante	Economia e rendimento
	Produtividade aparente do trabalho	Economia e rendimento
	Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades	Habituação
	Densidade populacional	Comunidade e inclusão
	Número de empregados por 100 indivíduos em idade ativa	Emprego
	Índice de renovação da população em idade ativa	Emprego
	Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	Emprego
	Cobertura territorial potencial em banda larga (ADSL)	Serviços
	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais estrelas por 1 000 habitantes	Economia e rendimento
	Proporção de população residente em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes	Comunidade e inclusão
	Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens	Educação
	Grau de especialização em fatores competitivos avançados	Economia e rendimento
	Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia	Economia e rendimento
	Proporção de VAB em ramos de atividade internacionalizáveis	Economia e rendimento
	Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços	Economia e rendimento
	Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação	Emprego
	Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa em relação ao emprego total	Emprego
	Taxa de natalidade das sociedades	Economia e rendimento
	Taxa de sobrevivência das sociedades dos ramos de atividade internacionalizáveis	Economia e rendimento
	Proporção de pessoal ao serviço das sociedades maioritariamente estrangeiras	Emprego
	Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas	Economia e rendimento
	Despesas em I&D no PIB	Economia e rendimento
	Taxa de crescimento migratório	Comunidade e inclusão
	Taxa de atração líquida de trabalhadores por conta de outrem	Emprego
<small>Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoa ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial</small>	Emprego	
Coesão	Esperança de vida à nascença	Saúde
	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Saúde
	Dispersão municipal do rendimento familiar por habitante	Economia e rendimento
	Rendimento familiar por habitante	Economia e rendimento
	Capacidade de retenção do rendimento gerado	Economia e rendimento
	Taxa de fecundidade geral	Saúde
	Desemprego jovem registado por indivíduo jovem	Emprego
	Médicos por 1 000 habitantes por Local de residência	Saúde
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes	Saúde
	Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior	Educação
	Número de sessões de espetáculos ao vivo por 1 000 habitantes	Serviços
	Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 000 ou mais habitantes	Comunidade e inclusão
	Taxa de pré-escolarização	Educação
	Taxa bruta de escolarização do ensino secundário	Educação
	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	Economia e rendimento
	Valor médio anual das pensões do regime geral da Segurança Social	Economia e rendimento
	Índice de juventude	Comunidade e inclusão
	Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade	Emprego
	Taxa de retenção/desistência no ensino básico	Educação
	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	Educação
	Taxa de criminalidade contra as pessoas	Segurança
	Desemprego registado por indivíduo em idade ativa	Emprego
	Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa	Emprego
	Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira	Comunidade e inclusão
Taxa de fecundidade na adolescência	Comunidade e inclusão	

Índice sintético de desenvolvimento regional

Domínio	Indicador	Tema
Qualidade ambiental	Indicador de água segura (consumo humano)	Ambiente
	Qualidade do ar	Ambiente
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante	Ambiente
	Águas residuais drenadas por habitante	Ambiente
	Número de associados das ONGA de âmbito regional e local por mil habitantes	Ambiente
	Proporção de uso do solo potencialmente não urbano	Ambiente
	Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro	Ambiente
	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Ambiente
	Zonas classificadas em percentagem da área total	Ambiente
	Taxa de espaços florestais ardidos	Ambiente
	<small>Contribuição da região para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões</small>	Ambiente
	Proporção da superfície de obras de reabilitação física no total de superfície de obras concluídas	Economia e rendimento
	Concentração territorial de novas construções	Economia e rendimento
	Consumo de água por habitante	Ambiente
	Intensidade energética da economia em energia final	Economia e rendimento

Municípios Online

Domínio	Indicador	Tema
Rating de Dinamismo Demográfico	Variação anual da população	População
	Taxa de crescimento natural	População
	Densidade populacional	População
	Taxa de fecundidade	População
	Índice de envelhecimento *	População
	Peso da população ativa	Emprego
	Percentagem de população com nível de ensino pós secundário e superior	Educação
	Percentagem de população nas classes Alta, média alta e média	Educação
Rating de Dinamismo Económico	Peso do emprego	Emprego
	Proporção de desempregados *	Emprego
	Ganho médio mensal	Rendimento
	Disparidade salarial por género *	Rendimento
	Densidade de empresas	Economia
	Proporção de empresas com 10 ou mais trab	Economia
	Volume de negócios médio das empresas	Economia
	Taxa de constituição de sociedades	Economia
	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	Economia
	Valor Médio dos Levantamentos	Rendimento
	Valor médio das compras	Rendimento
	Depósitos bancários per capita	Rendimento
	Crédito per capita	Rendimento
	Vendas de combustível per capita	Rendimento
	Consumo de energia per capita	Rendimento
	Valor médio das transações de prédios	Rendimento
Rating de Qualidade de Vida	População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais (da versão 2017)	Ambiente
	Água segura para o consumo (desde a versão 2017)	Ambiente
	Percentagem de resíduos urbanos recolhidos por recolha seletiva	Ambiente
	Despesas dos Municípios com a Protecção do Ambiente per capita	Ambiente
	Proporção de áreas protegidas	Ambiente
	Amplitude térmica média *	Ambiente
	Proporção de área ardida *	Ambiente
	Taxa de mortalidade infantil *	Saúde
	Equipamentos de saúde per capita	Saúde
	Recursos culturais per capita	Cultura
	Despesas camarárias em cultura per capita	Cultura
	Taxa de Criminalidade *	Segurança
	Taxa de sinistralidade rodoviária *	Segurança
	Estabelecimentos comerciais per capita	Economia
	Número de escolas per capita	Educação
	Capacidade dos equipamentos de segurança social per capita	Serviços

ODSlocal

Meta ODS	Indicadores	Tema
1.1	Valor médio do subsídio de desemprego da segurança social (€)	Emprego
1.2	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	Comunidade e inclusão
1.3	Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	Emprego
1.3	Proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	Comunidade e inclusão
1.4	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	Habituação
1.4	Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	Economia e rendimento
1.4	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	Habituação
1.5	Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)	Emprego
1.a	Proporção de aquisições de bens de capital no total de despesas das câmaras municipais (%)	Participação cívica e governação
1.a	Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais (%)	Participação cívica e governação
1.b	Valor médio das pensões da segurança social (€)	Comunidade e inclusão
2.3	Valor Acrescentado Bruto na agricultura, pecuária e pescas por trabalhador	Economia e rendimento
2.3	Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para pequena agricultura (%)	Economia e rendimento
2.4	Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção de agricultura biológica (%)	Economia e rendimento
2.4	Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção em zonas desfavorecidas (%)	Economia e rendimento
3.2	Taxa quinquenal de óbitos de crianças (0 a 4 anos) por mil nados-vivos (‰)	Saúde
3.3	Taxa quinquenal de mortalidade por tuberculose, padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.3	Taxa quinquenal de mortalidade por vírus da imunodeficiência humana [HIV], padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.3	Taxa quinquenal de mortalidade por hepatite viral, padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.4	Taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos (‰)	Saúde
3.4	Taxa quinquenal de mortalidade por diabetes mellitus, padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.4	Taxa quinquenal de mortalidade por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.4	Taxa quinquenal de mortalidade prematura (antes dos 75 anos) padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
3.6	Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (nº)	Segurança
3.7	Médicas/os especialistas (ginecologia-obstetrícia) por 10 mil mulheres em idade fértil (15-49 anos) (nº)	Saúde
3.7	Taxa quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%)	Saúde
3.8	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes (nº)	Saúde
3.8	Enfermeiras/os por 1000 habitantes por local de trabalho (nº)	Saúde
3.8	Médicas/os por 1000 habitantes (nº)	Saúde
3.9	Óbitos por envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas por 100 000 habitantes (nº)	Saúde
3.9	Óbitos por doenças do aparelho respiratório, por 100 000 habitantes (nº)	Saúde
3.a	Taxa quinquenal de mortalidade por tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões, padronizada por 100 mil habitantes	Saúde
4.1	Taxa de transição/conclusão no ensino básico (%)	Educação
4.1	Taxa de transição / conclusão no ensino secundário (%)	Educação
4.2	Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Educação
4.2	Proporção de estabelecimentos públicos e privados do Ensino Pré-Escolar dependentes do Estado	Educação
4.3	Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%)	Educação
4.3	Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (%)	Educação
4.4	Número médio de alunas/os por computador com ligação à internet matriculadas/os no ensino não superior (nº)	Educação
4.6	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	Educação
4.6	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	Educação
4.a	Número médio de alunas/os por computador matriculadas/os no Ensino Básico (n.º)	Educação
5.1	Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	Comunidade e inclusão
5.2	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1000 habitantes (nº)	Comunidade e inclusão
5.4	Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)	Comunidade e inclusão
5.5	Proporção de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais nas eleições autárquicas (presidentes de câmara e vereadoras) (%)	Comunidade e inclusão
6.1	Água segura (percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano) (%)	Ambiente
6.1	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	Habituação
6.2	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	Habituação
6.3	Proporção da área das massas de água superficiais com estado global "bom e superior" (%)	Ambiente
6.3	Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)	Habituação
6.4	Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para uso eficiente da água na agricultura (%)	Ambiente
7.1	Pacto dos Autarcas (vertente - pobreza energética)	Participação cívica e governação

ODSlocal

Meta ODS	Indicadores	Tema
7.2	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep / hab.)	Economia e rendimento
7.3	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)	Economia e rendimento
7.3	Consumo de energia elétrica na iluminação interior de edifícios do Estado, por habitante (kWh/hab.)	Participação cívica e governação
7.3	Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.)	Participação cívica e governação
7.3	Proporção de edifícios com certificação energética com classificação A a C (%)	Ambiente
7.a	Pacto dos Autarcas (vertente - mitigação)	Participação cívica e governação
8.1	Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por habitante em relação ao valor nacional (%)	Economia e rendimento
8.1	Índice de renovação da população em idade activa (n.º)	Emprego
8.5	Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)	Economia e rendimento
8.5	Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem	Economia e rendimento
8.5	Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	Comunidade e inclusão
8.5	Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por 100 indivíduos residentes com 15 ou mais anos	Emprego
8.8	Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (%)	Emprego
8.9	Visitantes de museus por habitante (nº)	Serviços
8.9	Museus por 10 mil habitantes	Serviços
8.10	Caixas multibanco por 10.000 habitantes (nº)	Serviços
8.10	Estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo) por 10.000 habitantes (n.º)	Economia e rendimento
9.1	Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais (%)	Participação cívica e governação
9.5	Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante [€ (milhares) / hab.]	Economia e rendimento
9.5	Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento (n.º)	Emprego
9.b	Proporção de pessoas coletivas e entidades comparadas constituídas em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (%)	Economia e rendimento
9.c	Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)	Serviços
9.c	Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais Portuguesas	Participação cívica e governação
10.1	Coefficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (%)	Economia e rendimento
10.1	Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (n.º)	Economia e rendimento
10.2	Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)	Economia e rendimento
10.2	Valor mediano do rendimento bruto declarado por sujeito passivo no município em relação ao valor mediano em Portugal (%)	Economia e rendimento
10.4	Impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos	Participação cívica e governação
11.1	Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	Habitação
11.1	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	Habitação
11.3	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante (%)	Ambiente
11.3	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (n.º)	Habitação
11.3	Solo Rústico ocupado por tecido edificado (%)	Habitação
11.3	Área artificializada em Solo Urbano (%)	Habitação
11.4	Despesas do município em património cultural por habitante (€/hab.)	Serviços
11.4	Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	Ambiente
11.4	Bens imóveis classificados por 10 mil habitantes (nº/hab)	Serviços
11.5	Habitantes por bombeiro (nº)	Serviços
11.5	Taxa de superfície florestal ardida (%)	Ambiente
11.6	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	Ambiente
11.6	Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)	Ambiente
11.6	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	Ambiente
11.7	Proporção de Solo Urbano não artificializado (%)	Ambiente
11.7	Proporção de espaços verdes em solo urbano (%)	Ambiente
11.a	Proporção da área da unidade geográfica ocupada por edificação isolada ou dispersa (%)	Habitação
12.5	Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	Ambiente
12.5	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	Ambiente
12.5	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	Ambiente
12.5	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	Ambiente
13.1	Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	Ambiente
13.1	Área edificada na Zona Costeira - 500 m (%)	Ambiente
13.1	Pacto dos Autarcas (vertente - adaptação)	Ambiente
13.2	Emissão de gases de efeito estufa (kt CO ₂ eq)	Ambiente

ODSlocal

Meta ODS	Indicadores	Tema
13.2	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep / hab.)	Economia e rendimento
13.2	Pacto dos Autarcas (vertente - mitigação)	Ambiente
13.3	Associados das organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes (n.º)	Ambiente
14.1	Plástico recolhido (t) por 10.000 habitantes	Ambiente
14.1	Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)	Habituação
14.2	Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Excelente" ou "Boa" (%)	Ambiente
14.2	Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Má" (%)	Ambiente
15.1	Proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico (%)	Ambiente
15.1	Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	Ambiente
15.2	Taxa de superfície florestal ardida (%)	Ambiente
15.2	Sapadores florestais por 10 km ² de área florestal (n.º)	Serviços
15.2	Área com aptidão integrada para sobreiro e azinheira, ocupada por sistemas agroflorestais de sobreiro e azinheira (%)	Ambiente
15.3	Territórios artificializados per capita (m ² /hab.)	Ambiente
15.3	Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para medidas de conservação do solo (%)	Ambiente
15.3	Solos de elevado valor pedológico e ecológico com usos não artificializados (%)	Ambiente
15.5	Proporção de espaços naturais no Solo Rústico (%)	Ambiente
15.8	Proporção de florestas de eucalipto por unidade territorial (%)	Ambiente
15.a	Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	Ambiente
15.b	Proporção de florestas de eucalipto em área de floresta (%)	Ambiente
16.1	Crimes contra as pessoas por 10 000 habitantes	Segurança
16.1	Crimes contra o património por 10 000 habitantes	Segurança
16.1	Crimes contra a vida em sociedade por 10 000 habitantes	Segurança
16.2	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos por 1000 habitantes (n.º)	Comunidade e inclusão
16.3	Crimes contra o Estado por 10 000 habitantes	Segurança
16.6	Índice de Transparência Municipal	Participação cívica e governação
16.6	Rácio dívida / receita do município (%)	Participação cívica e governação
16.7	Taxa de abstenção nas eleições autárquicas (%)	Participação cívica e governação
16.7	Proporção de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais nas eleições autárquicas (presidentes de câmara e vereadoras) (%)	Comunidade e inclusão
16.7	Participação dos cidadãos proporcionada pela Câmara Municipal na internet	Participação cívica e governação
16.7	Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%)	Participação cívica e governação
16.b	Disparidade entre sexos no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem (%)	Comunidade e inclusão
17.1	Dívida das câmaras municipais por habitante (€/hab.)	Participação cívica e governação
17.1	Receitas das câmaras municipais por habitante (€/hab.)	Participação cívica e governação
17.1	Relação entre receitas e despesas das câmaras municipais (%)	Participação cívica e governação
17.1	Proporção dos impostos no total de receitas das câmaras municipais (%)	Participação cívica e governação
17.6	Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (n.º)	Serviços
17.8	Número médio de alunas/os por computador com ligação à Internet matriculadas/os no ensino não superior (n.º)	Educação